

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CLEIDE FURTADO NASCIMENTO DANTAS

**AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS RELACIONADAS AO SABER E AO FAZER  
DAS ERVEIRAS DO VER-O-PESO: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR**

BELÉM  
2019

CLEIDE FURTADO NASCIMENTO DANTAS

**AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS RELACIONADAS AO SABER E AO FAZER  
DAS ERVEIRAS DO VER-O-PESO: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Mediação e Uso da Informação.  
Orientadora: Profa. Dra. Alegria Celia Benchimol.

BELÉM  
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

- D192p Dantas, Cleide Furtado Nascimento  
As práticas informacionais relacionadas ao saber e ao fazer das ervaíras do Ver-o-Peso : uma análise interdisciplinar / Cleide Furtado Nascimento Dantas. – 2019.  
141 f. : il. color.
- Orientadora: Alegria Celia Benchimol.  
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
1. Ervaíras. 2. Mercado Ver-o-Peso – Belém (PA). 3. Conhecimentos tradicionais. 4. Ciência da informação. I. Título.

CDD. 23. ed. - 020

---

Elaborada por Cleide Furtado Nascimento Dantas – CRB-2/1476

CLEIDE FURTADO NASCIMENTO DANTAS

**AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS RELACIONADAS AO SABER E AO FAZER  
DAS ERVEIRAS DO VER-O-PESO: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Mediação e Uso da Informação.

Aprovada em: 31 de maio de 2019.

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Alegria Celia Benchimol  
Orientadora – MPEG/PPGCI/ICSA/UFPA

---

Profa. Dra. Marise Teles Condurú  
Examinadora interna - PPGCI/ICSA/UFPA

---

Profa. Dra. Luisa Maria Gomes de Mattos Rocha  
Examinadora externa – PPGPMUS/UNIRIO

Para todas as “Cheirosas” do setor de ervas do  
Ver-o-Peso.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Maria José e Carlos Nascimento, grandes responsáveis pela minha formação e com os quais sempre posso contar.

À minha irmã Claudia e ao meu cunhado Diogo pelo apoio de sempre.

Ao meu esposo, Glauber Dantas, pelo companheirismo, por partilhar comigo sonhos e angústias, incentivando, aconselhando e sendo compreensivo nas horas certas.

Ao meu filho, Carlos Dantas, por me tornar uma pessoa melhor e se constituir no incentivo maior para continuar em busca de novos horizontes.

Ao Prof. Dr. Rubens Ferreira que foi quem deu os primeiros passos junto comigo na exploração deste tema que hoje me é tão caro.

À minha orientadora, Profa. Dra. Alegria Célia Benchimol, que segurou a minha mão e possibilitou a realização desta pesquisa, com paciência e presteza.

À banca examinadora que se disponibilizou e agregou conhecimento ao trabalho.

À Universidade Federal do Pará e a Biblioteca Central pela concessão de licença durante parte do mestrado possibilitando, assim, dedicação às atividades acadêmicas.

Aos colegas do Instituto de Geociências com quem tenho a satisfação em trabalhar e aprender, especialmente, aos servidores e bolsistas da Biblioteca pelo convívio diário.

Aos professores e aos colegas de turma do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pelo aprendizado e compartilhamento de informações e por propiciarem um convívio prazeroso durante a realização do curso.

Às erveiras da Feira do Ver-o-Peso que gentilmente me receberam e forneceram os dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa, dos quais não poderia deixar de citar Miraci, por sua solicitude.

A todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização do mestrado.

A todos vocês, meu mais profundo apreço.

“Diga minha querida! Diga meu bem! Meu amor do que você precisa,  
nós temos aqui!”

(Erveiras do Ver-o-Peso).

## RESUMO

Aborda as práticas informacionais relacionadas aos conhecimentos tradicionais das erveiras da Feira do Ver-o-Peso em Belém do Pará. De modo geral, objetiva analisar, em uma perspectiva interdisciplinar, os processos que envolvem a informação no saber e no fazer dessas trabalhadoras. Para cumprir tal objetivo, utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, fundamentando-se em uma abordagem qualitativa e fazendo uso de instrumentos como entrevistas semiestruturadas e a câmera fotográfica. Dos dados levantados em campo, somados ao referencial teórico adotado, resultaram o estabelecimento de 11 categorias de análise e a apresentação de um fluxo da informação no contexto das atividades das erveiras. Mostra que a oralidade é o meio pelo qual elas têm se utilizado para transmitir seus conhecimentos às possíveis sucessoras. As filhas ou as ajudantes absorvem as informações auxiliando em casa e/ou no cotidiano do trabalho no setor de ervas, as armazenam na memória e diante de uma necessidade desencadeiam um processo mental de recuperação de informações para o uso efetivo. Conclui que entender as práticas informacionais imbricadas no dia a dia de pessoas que detêm conhecimentos tradicionais, pode subsidiar condições que favoreçam a continuidade desses conhecimentos estruturados por um legado de informações transmitidas no movimento das gerações e, neste caso, numa das feiras populares mais famosa do Brasil: a do Ver-o-Peso.

**Palavras-chave:** Erveiras. Ver-o-Peso. Conhecimentos tradicionais. Ciência da Informação.



## ABSTRACT

This research deals with information practices related to the traditional knowledge of the erveiras Ver-o-Peso Fair in Belém do Pará. In general, the objective is to analyze, in an interdisciplinary perspective, the processes that involve the information on the know-how and do of these individuals who work at Ver-o-Peso. To fulfill this objective, it uses bibliographic research and field research as a methodology, based on a qualitative approach and making use of research instruments such as semi-structured interviews and the photographic camera. From the data collected in the field, together with the adopted theoretical framework, the establishment of eleven (11) categories of analysis and the presentation of a flow of information in the context of the activities of the erveiras were obtained. It shows that orality is the means by which the herbs have been used to transmit their knowledge to possible successors. The daughters or the helpers of the herders absorb information by assisting at home and / or the daily work of Ver-o-Peso, store them in memory and in the face of a need trigger a mental process of retrieving information for effective use. It concludes that understanding the information practices embedded in the daily life of people with traditional knowledge can support conditions that favor the continuity of this knowledge structured by a legacy of information transmitted in the movement of the generations and, in this case, one of the most famous popular fairs of the Brazil: the Ver-o-Peso.

**Keywords:** Erveiras. Ver-o-Peso. Traditional knowledge. Information Science.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1 –	Ilustração dos procedimentos metodológicos da pesquisa.....	50
Fotografia 1 –	Vista do Mercado da Praia com destaque para a “Banca da Cherosa”.....	61
Quadro 1 –	Categorias, subcategorias e referencial adotados na pesquisa.....	65
Quadro 2 –	Identificação, idade, escolaridade, religião, tempo de trabalho no Ver-o-Peso e local de nascimento das erveiras...	67
Esquema 2 –	Localização das barracas no Setor de Ervas do Ver-o-Peso..	78
Esquema 3 –	Distribuição das barracas no Setor de Ervas do Ver-o-Peso e seus respectivos permissionários.....	79
Fotografia 2 –	Composto de ervas para defumação de descarrego ou atrativa.....	93
Fotografia 3 –	Banhos embalados e dispostos para a venda.....	94
Fotografia 4 –	Alguns dos banhos comercializados nas barracas.....	94
Fotografia 5 –	Os cordões de perfumes multicoloridos que decoram as barracas do setor de ervas.....	95
Fotografia 6 –	O pó de tamaquaré ( <i>Uranoscodon superciliosus</i> ), produto de origem animal, muito vendido na feira.....	97
Fotografia 7 –	Movimentação de venda na tarde de uma quarta-feira do mês de janeiro, em um dos lados do setor de ervas.....	102
Fotografia 8 –	Registro do atendimento aos fregueses do setor de ervas, com os banquinhos logo à vista.....	109
Fotografia 9 –	“Basta olhar para ver”, algumas das demandas do setor de ervas para o Poder Público.....	122
Fluxograma 1 –	Processo de aquisição, armazenamento, recuperação, transferência e uso das informações que estruturam os conhecimentos tradicionais.....	125

## LISTA DE SIGLAS

BIONORTE	Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CEIA	Comunidade Evangélica Integrada da Amazônia
CEP	Comitês de Ética em Pesquisa
CESUPA	Centro Universitário do Pará
CI	Ciência da Informação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
ECO 92	Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EUA	Estados Unidos da América
GATT	<i>General Agreement on Trade and Tariffs</i>
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
OMC	Organização Mundial de Comércio
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
ONGs	Organizações Não Governamentais
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPBA	Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Antropologia
PPGAA	Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
PPGCAN	Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PPGD	Programa de Pós-Graduação em Direito
PPGDS	Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural

PPGDSTU	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
PPGEAP	Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca
PPGECM	Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPGGRN	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
PPGQ	Programa de Pós-Graduação em Química
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PPLSA	Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Saberes na Amazônia
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SECON	Secretaria de Economia
TRIPs	<i>Trade-Related Intellectual Property Rights</i>
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNAMA	Universidade da Amazônia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo
VER-AS-ERVAS	Associação das Erveiras e Erveiros do Ver-o-Peso

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1</b>	<b>A construção de um caminho no estudo sobre conhecimentos tradicionais.....</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>INFORMAÇÃO E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS EM UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR.....</b>	<b>22</b>
<b>2.1</b>	<b>Informação.....</b>	<b>22</b>
2.1.1	Transferência da informação: a teoria.....	29
<b>2.2</b>	<b>Conhecimentos tradicionais.....</b>	<b>30</b>
<b>2.3</b>	<b>Interdisciplinaridade.....</b>	<b>40</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>48</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>49</b>
<b>4.1</b>	<b>Pesquisa bibliográfica.....</b>	<b>51</b>
<b>4.2</b>	<b>A pesquisa de campo.....</b>	<b>52</b>
4.2.1	Instrumentos de coleta de dados.....	54
4.2.2	Termo de consentimento livre e esclarecido.....	55
<b>4.3</b>	<b>Análise dos dados.....</b>	<b>56</b>
<b>4.4</b>	<b>O Ver-o-Peso como <i>lócus</i> de pesquisa.....</b>	<b>58</b>
<b>5</b>	<b>AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS RELACIONADAS AO SABER E AO FAZER DAS ERVEIRAS DO VER-O-PESO.....</b>	<b>63</b>
<b>5.1</b>	<b>Perfil das erveiras.....</b>	<b>66</b>
<b>5.2</b>	<b>Aquisição do saber e das barracas.....</b>	<b>71</b>
<b>5.3</b>	<b>Temporalidades e organização do espaço.....</b>	<b>77</b>
<b>5.4</b>	<b>Transferência de informações: a prática.....</b>	<b>83</b>
<b>5.5</b>	<b>Organização do conhecimento.....</b>	<b>86</b>
<b>5.6</b>	<b>Produtos.....</b>	<b>92</b>
<b>5.7</b>	<b>Vendas.....</b>	<b>99</b>

<b>5.8</b>	<b>Freguesia.....</b>	<b>105</b>
<b>5.9</b>	<b>Ameaças.....</b>	<b>111</b>
<b>5.10</b>	<b>Representatividade.....</b>	<b>116</b>
<b>5.11</b>	<b>Demandas para o Poder Público.....</b>	<b>120</b>
<b>5.12</b>	<b>Fluxo da informação no contexto da atividade de erveira do Ver-o-Peso.....</b>	<b>123</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>129</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>131</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>139</b>
	<b>APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E ENTREVISTAS.....</b>	<b>141</b>

*[...] em minha terra, na longínqua e amada cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará, há uma prática extremamente bela e perfumada, que se chama o banho de cheiro ou banho da felicidade. Quereis aprender a fazê-lo? A receita é simples, e transmitindo-a, cumpro um dever, pois de coração vos desejo, a todos, muitas felicidades.*

*Tomai de uma lata de banha bem limpa. Dentro dela, com bastante água jogai fôlhas, raízes, madeiras cheirosas da Amazônia que, raladas, esmagadas – verdes pela juventude ou amareladas pela velhice – darão, depois de fervidas, um líquido esverdeado, com estranho perfume de mata virgem.*

*[...]*

*Eis as plantas necessárias ao banho da felicidade: catinga de mulata, manjerona, bergamota, pataqueira, priprioca, cipó catinga, arruda, cipoíra, baunilha (só uma fava) e corrente. Deixai ferver e ferver muito. Depois – ah depois... – deixai esfriar e está pronto o vosso banho de São João, que deve ser tomado à meia-noite de 23 de junho para abrir as portas de tôdas as venturas. São João ajudará.*

Fragmento de “Aruanda. Banho de Cheiro”, de Eneida de Moraes (1989, p. 69-70), no qual a escritora ensina como preparar o banho que movimenta a venda no setor de ervas do Ver-o-Peso nos meses de junho.

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão envolvendo a necessidade de proteção dos conhecimentos tradicionais teve início por volta dos anos de 1980 e se fortaleceu nos anos de 1990 por conta da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992 (LÓPEZ GARCÉS, 2007). Na mesma década, foi possível constatar uma ainda incipiente produção científica nacional na forma de teses, dissertações e artigos sobre o tema, que abriu um campo de possibilidades de estudos diante dos embates que se processavam em torno da apropriação e uso desses conhecimentos, nem sempre com o devido consentimento e/ou reconhecimento de seus detentores.

Em âmbito local, pode-se mencionar as teses e dissertações provenientes dos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), que, desde 2002, têm discutido os conhecimentos tradicionais em diferentes campos disciplinares<sup>1</sup>. Além disso, cabe mencionar os eventos promovidos pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) em parceria com o Centro Universitário do Pará (CESUPA)<sup>2</sup>, mais precisamente aqueles ocorridos nos anos de 2003, 2004 e 2005, que destacaram a relevância dessa temática em Belém.

Com relação ao MPEG, observou-se uma atuação ativa na promoção de eventos voltados ao tema dos conhecimentos tradicionais, com destaque em âmbito local e de abrangência internacional. Consta que, em 1988, ocorreu o I Congresso Internacional de Etnobiologia, organizado pelo antropólogo americano Darrell Posey, então pesquisador do Museu, e realizado pela instituição. Deste evento, resultou a criação da Sociedade Internacional de Etnobiologia e a Declaração de Belém, considerada um documento pioneiro por fazer a vinculação entre populações

---

<sup>1</sup> Como por exemplo: Agriculturas Amazônicas (PPGAA), Antropologia (PPGA), Biodiversidade e Biotecnologia (BIONORTE), Biologia Ambiental (PPBA), Ciência Animal (PPGCAN), Ciências Sociais (PPGCS), Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Direito (PPGD), Ecologia Aquática e Pesca (PPGEAP), Educação em Ciências e Matemática (PPGECM), Geografia (PPGEO), Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGGRN), Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA), Química (PPGQ) e Serviço Social (PPGSS), conforme levantamento realizado por Dantas *et al.* (2018). Em 2018, foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Mestrado em Diversidade Sociocultural (PPGDS), vinculado ao MPEG que se inserirá neste debate.

<sup>2</sup> Seminário “Saber Local / Interesse Global: Propriedade Intelectual, Biodiversidade e Conhecimento Tradicional na Amazônia”, 10 a 12 de setembro de 2003; Seminário “Propriedade Intelectual e Patrimônio Cultural: Proteção do Conhecimento e das Expressões Culturais Tradicionais”, 13 a 15 de outubro de 2004; e, Seminário Internacional “Proteção aos Conhecimentos das Sociedades Tradicionais”, 9 a 11 de novembro de 2005.



tradicionais e biodiversidade. Em 2018, o Congresso volta a Belém, em sua 16ª edição, com o tema “Os direitos dos povos indígenas e populações tradicionais e a conservação da biodiversidade três décadas após a Declaração de Belém”, tendo como organizadores o MPEG e a UFPA (MPEG, 2018).

Ao lado disto, apresenta-se como fator que desencadeou o estudo sobre os conhecimentos tradicionais a observação de que apesar do tema conter um número expressivo de trabalhos em diversas áreas do conhecimento, ainda são mínimas as contribuições no campo da Ciência da Informação (CI), que tem como objeto de estudo a informação, matéria prima que permite a construção de todo o tipo de conhecimento, conforme Robredo (2003).

Neste sentido, em CI poucas são as referências sobre o tema, representadas, por exemplo, pelo trabalho de Souza e Carvalho (2007), que tomam por objeto de estudo os processos de disseminação da informação sobre plantas medicinais a partir das Feiras Livres de Salvador (BA). Registra-se também a pesquisa de Miranda (2007), que, por sua vez, usa como sinônimo para conhecimentos tradicionais o termo etnoconhecimento, enfocando a representação do conhecimento afrodescendente na Classificação Decimal de Dewey (CDD). E, para finalizar, o artigo de Dantas e Ferreira (2013), que realizaram um estudo sobre os conhecimentos tradicionais detidos pelas erveiras da Feira do Ver-o-Peso, em Belém, Pará, abordando os processos de aquisição, armazenamento e transferência de informações sobre os produtos comercializados pelas trabalhadoras em foco.

Franca e Silveira (2015) também abordam o assunto no âmbito da CI, e, assim como Miranda (2007), o chamam de etnoconhecimento. Focaram especificamente o aspecto da organização e da representação do conhecimento, aliás, uma abordagem que vem se tornando comum no campo para pensar as questões sociais e culturais na forma como figuram nos instrumentos de classificação e de indexação. E na mesma direção, Franca (2016) investiga a questão da autoria indígena nos registros bibliográficos.

Assim, verifica-se a relevância de investigações que abordem o tema em uma perspectiva interdisciplinar. Desta forma, nesta pesquisa se pretendeu responder à seguinte questão: como as práticas informacionais das erveiras<sup>3</sup> do Ver-o-Peso

---

<sup>3</sup> Apesar da existência de homens trabalhando no setor de ervas medicinais do Ver-o-Peso, adota-se na pesquisa a expressão no feminino (as erveiras) por conta de sua grande representatividade no local.

podem ser compreendidas em relação ao manejo dos conhecimentos tradicionais, isto é, como elas contribuem para a continuidade desses conhecimentos?

Verifica-se que, do ponto de vista teórico, a importância deste estudo reside na possibilidade de sugerir um olhar interdisciplinar sobre os processos que envolvem a informação utilizada pelas erveiras do Ver-o-Peso, articulando os conceitos de informação e conhecimentos tradicionais na medida em que se parte do pressuposto de que esses conceitos são interdisciplinares e que transcendem a uma área, perpassando diferentes campos disciplinares que dialogam entre si.

Do ponto de vista prático, a relevância social desta pesquisa se dá no sentido de acrescentar a outros estudos realizados o olhar da CI sobre as práticas informacionais relacionadas aos conhecimentos tradicionais, precisamente daqueles detidos pelas erveiras da Feira do Ver-o-Peso. Como bem destaca Lévi-Strauss (2006), Santos (2005), Borges e Gondim (2003) e Cunha (2007), esse tipo de conhecimento não deve ser entendido como inferior nem superior em relação aos demais, mas, como diferente tipo de construção de indivíduos ou grupos sobre outras formas possíveis de uso dos recursos disponíveis no meio em que vivem. Isso faz com que este conhecimento seja elaborado, compartilhado e utilizado de modo peculiar, sobretudo porque não é aprendido nem ensinado dentro dos padrões formais de ensino-aprendizagem; e, mais que isso, possui uma aplicação muito particular: o tratamento da saúde física e espiritual de diferentes segmentos da população local.

Neste sentido, a pesquisa busca analisar, numa perspectiva interdisciplinar, os processos que envolvem a informação utilizada pelas erveiras do Ver-o-Peso, concretizada por meio do estudo dos conceitos de informação, conhecimentos tradicionais e interdisciplinaridade, como também pela contextualização do Ver-o-Peso e pela caracterização dos principais atores envolvidos neste processo, ou seja: as erveiras. Importante também foi a descrição do percurso da informação utilizada por elas na composição dos conhecimentos que possuem sobre os usos desses recursos obtidos da natureza.

Importa frisar que a dissertação foi desenvolvida respeitando a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que versa sobre:

as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016, não paginado).

Enquadrando-se no quesito VII do parágrafo único que determina quais as pesquisas que não necessitam de registro nem avaliação pelo sistema Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) / Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Ainda assim, utilizou-se um termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice B) no qual as participantes da pesquisa, após tomarem ciência dos objetivos e dos procedimentos metodológicos adotados, autorizaram o uso das imagens e dos depoimentos colhidos.

### **1.1 A construção de um caminho no estudo sobre conhecimentos tradicionais**

Escrever sobre como se deu a construção deste estudo sobre conhecimentos tradicionais remete à minha incipiente trajetória acadêmica, iniciada em 2008, na Faculdade de Biblioteconomia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da UFPA.

Em 2009, ao cursar a disciplina Normalização Bibliográfica, ministrada pelo professor Rubens da Silva Ferreira, em uma de suas aulas me deparei com o tema que motiva este estudo. O professor trouxe para leitura um capítulo do livro “Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais.”<sup>4</sup>

A atividade me despertou o interesse, talvez pela ideia de valorização de um tipo de conhecimento com o qual me deparava constantemente na área rural do município de Bujaru, de onde sou proveniente. Naquela altura, também já havia realizado trabalho sobre patrimônio cultural na disciplina Documentação, ministrada pelo professor Lucivaldo Vasconcelos Barros.

Trata-se, pois, de uma concepção moderna de patrimônio enquanto categoria de pensamento. Esse contato, facilitou o entendimento do uso na atualidade das qualificações “patrimônio de pedra e cal” e “patrimônio imaterial” ou “intangível”<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Capítulo intitulado “Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais: tendências e perspectivas” de autoria de Claudia Leonor López Garcés (2007).

<sup>5</sup> “Opondo-se ao chamado ‘patrimônio de pedra e cal’, aquela concepção visa aspectos da vida social e cultural dificilmente abrangidos pelas concepções mais tradicionais. Dentro desta nova categoria estão: lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas, etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida” (GONÇALVES, 2007, p. 111).

(GONÇALVES, 2007). Pude verificar ainda que os conhecimentos tradicionais são frequentemente atrelados à definição de patrimônio cultural imaterial, trazida pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Desde então, passei a ler textos sobre o tema em diferentes áreas do conhecimento. Observei que algumas delas se sobressaíam na abordagem aos conhecimentos tradicionais como o Direito e a Antropologia. Questionei-me sobre o porquê da CI, que tem como objeto de estudo a informação, matéria prima que sustenta todo tipo de conhecimento, apresentar poucos estudos nesse sentido. O contexto de surgimento da CI foi levado em consideração. Foi assim que esse contato preliminar possibilitou construir outra abordagem ao tema, tecendo um diálogo entre a CI e os demais campos disciplinares.

Constituiu-se então uma parceria acadêmica que, em 2012, resultou no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Conhecimentos tradicionais dos (as) erveiros (as) da Feira do Ver-o-Peso (Belém, PA): um olhar sob a ótica da Ciência da Informação", orientado pelo professor Rubens Ferreira. Àquela época compuseram a banca o professor Lucivaldo Vasconcelos Barros e a professora Maria Odaisa Espinheiro de Oliveira.

Deste exercício acadêmico, derivou a apresentação de resumo expandido na 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em São Luís (MA), em 2012, com publicação nos anais do evento e a publicação de artigo científico no periódico *Perspectiva em Ciência da Informação*, em 2013.

Em 2015, no Seminário Negritude em Movimento, ocorrido na UFPA, apresentei o trabalho resultante da monografia defendida no curso de especialização intitulado "Nível de escolaridade na comunidade Itapuama (Acará - PA)", realizado na Universidade da Amazônia (UNAMA). Naquele ano, eu havia desenvolvido minha pesquisa com pessoas quilombolas, enveredando pelo campo da Educação, precisamente na área da gestão e docência na Educação Superior, mas trabalhando com uma população detentora de conhecimentos tradicionais, sem me desligar do tema que tem motivado minhas reflexões acadêmicas.

Transcorridos 10 anos de conversas, trocas de e-mails, participação em eventos e outros canais de comunicação, ainda arquivo os apontamentos do que tem sido esse caminho de aprendizado construído continuamente.

Percebendo ao longo dos anos o meu interesse pelo estudo dos conhecimentos tradicionais e entendendo-os como um assunto de cunho interdisciplinar, ingressei no mestrado em Ciência da Informação da UFPA, em 2017. Fiz a escolha pela linha de pesquisa mediação e uso da informação, com o projeto de pesquisa em que propunha aprofundar o estudo iniciado na graduação.

É diante do contexto apresentado, que, com base nas contribuições teóricas obtidas no decorrer das disciplinas cursadas no mestrado e nas orientações da minha orientadora Dra. Alegria Célia Benchimol, apresento esta pesquisa que visa a analisar, em uma perspectiva interdisciplinar, os processos que envolvem a informação no saber e no fazer das erveiras do Ver-o-Peso.

Assim, uma vez tratados esses aspectos introdutórios, a dissertação segue estruturada em outras cinco partes. Os conceitos-chave da pesquisa são tratados na parte segunda, recorrendo a autores que se debruçaram sobre o estudo dos temas informação, conhecimentos tradicionais e interdisciplinaridade, em busca de subsídios para a abordagem aqui adotada.

Na terceira parte são apresentados os objetivos da pesquisa e a quarta parte é dedicada a metodologia utilizada para alcançá-los. No âmbito metodológico, discorreu-se sobre as etapas para a execução do trabalho: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e a análise dos dados. No que se refere à pesquisa de campo, são detalhados os instrumentos de coleta dos dados, assim como é apresentado um apanhado sobre o Ver-o-Peso, local onde se encontram as informantes desta pesquisa, buscando reconstruir sua trajetória histórica, econômica e social na cidade de Belém.

A quinta parte é destinada à apresentação e análise dos dados levantados a partir da pesquisa de campo, realizada no decorrer dos meses de outubro de 2018 a janeiro de 2019, que agregados ao referencial teórico possibilitaram a interpretação sobre as práticas informacionais que marcam o cotidiano das erveiras do Ver-o-Peso. Para isso, foram estabelecidas 11 categorias de análise que, por sua vez, estão subdivididas. Também é apresentado o fluxo da informação no contexto da atividade das erveiras. Por fim, a última parte é reservada às considerações finais da pesquisa, pontuadas com base no que se pode ler na literatura científica e nas

entrevistas realizadas no setor de comercialização de ervas medicinais da Feira do Ver-o-Peso.

## 2 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS EM UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Assim como para o termo informação a expressão conhecimentos tradicionais carrega consigo uma variedade de definições, abordadas por autores de diferentes áreas do conhecimento, consideradas pelos estudiosos como temas complexos, características que parecem ser comuns aos termos que têm um caráter interdisciplinar.

Para ambos os casos, buscou-se referência em autores que sustentem esta pesquisa, tais como: Araújo (2001), Buckland (1991), Capurro e Hjørland (2007) e Marteleto (1995, 2007) – na abordagem sobre informação; Cunha (1999, 2007), López Garcés (2007) e Zerda Sarmiento (2002) – para se tratar os conhecimentos tradicionais; e, Japiassu (1976), Fazenda (2012) e Pombo (2003, 2005) foram o aporte teórico sobre interdisciplinaridade.

### 2.1 Informação

Que a informação perpassa por diferentes campos do conhecimento, possui característica interdisciplinar e constitui objeto de estudo da CI parece não haver dúvidas. Contudo, há divergências no que diz respeito ao significado do termo, cabendo, portanto, conforme apregoam Wersig e Neveling (1975), deixar evidente as definições que serão utilizadas.

Nesse sentido, Capurro e Hjørland publicaram relevante artigo, em 2003, no *Annual Review of Information Science*<sup>6</sup>, em que discorrem sobre o conceito de informação, mencionando o seu uso na linguagem cotidiana como conhecimento comunicado. Os autores fazem uma análise panorâmica do conceito na CI e nas suas relações interdisciplinares em que apontam a importância da forma com que se definem os termos fundamentais tanto para a CI como para outras áreas do conhecimento. Em relação à CI, uma questão tem sido recorrente: como definir a informação? Em suas palavras:

---

<sup>6</sup> Traduzido para o português por Cardoso, Ferreira e Azevedo, publicado na revista *Perspectiva em Ciência da Informação*, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

no discurso científico, conceitos teóricos não são elementos verdadeiros ou falsos ou reflexos de algum outro elemento da realidade; em vez disso, são construções planejadas para desempenhar um papel, da melhor maneira possível. Diferentes concepções de termos fundamentais, como *informação*, são, assim, mais ou menos úteis, dependendo das teorias (e, ao fim, das ações práticas) para as quais espera-se que dêem suporte (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 149, grifo do autor).

Desta forma, Capurro e Hjørland (2007, p. 151) afirmam que “as definições não são verdadeiras ou falsas, mas sim, mais ou menos produtivas”. Mencionam a teoria do significado de Wittgenstein para falar da utilidade de compreensão de como as pessoas empregam os termos, isto é, defini-los a partir de como as pessoas os aplicam. Tendo em vista que nem sempre o uso comum que se faz deles corresponde às suas definições formais.

Como descrito pelos autores, “o uso ordinário de um termo como informação pode ter significados diferentes de sua definição formal, significando que visões teóricas conflitantes podem surgir entre as definições científicas explícitas e as definições implícitas de uso comum” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 151). Por isso, advertem que para além de comparar definições formais, deve-se também levar em consideração o significado empregado em relação a outros termos.

Os autores criticam a utilização do que chamam de definições persuasivas, isto é, “a tendência de se usar e de se definir termos para impressionar outras pessoas” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 154), justificando que tal atitude pode levar a uma confusão dentro da área, com consequências danosas. Em função disso, sugerem:

que o foco na conceituação de informação pode ter direcionado mal a nossa área e que uma maior atenção a conceitos tais como sinais, textos e conhecimento pode proporcionar modelos conceituais mais satisfatórios para o tipo de problema que a CI tenta solucionar. Quando usamos o termo informação em CI, deveríamos ter sempre em mente que **informação é o que é informativo para uma determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo (embora estas sejam frequentemente compartilhadas com membros de uma mesma comunidade de discurso)** (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 154-155, grifo nosso).

Capurro e Hjørland (2007) fazem um panorama da história do termo informação, contextualizam sua etimologia, passam por suas raízes latinas e origens gregas, seus usos modernos e pós-modernos, até chegar ao seu conceito interdisciplinar. Consideram importantes para a CI os conceitos de informação em



outras disciplinas tendo em vista que muitas de suas teorias e abordagens são oriundas delas. Nesse sentido, referem o conceito de informação nas ciências naturais, nas ciências humanas e sociais, para chegar à conceituação em CI. Nesta perspectiva, os autores entendem que não basta dizer qual o significado de informação em CI, mas como este termo se relaciona com outros termos básicos. Concluem que:

não deveríamos considerar o conceito de informação isoladamente, mas vê-lo em relação a outros conceitos como, por exemplo, documentos e mídia. [...] Assim, os pesquisadores devem ser explícitos sobre como definem este e outros termos teóricos. [...] Existem muitos conceitos de informação e eles estão inseridos em estruturas teóricas mais ou menos explícitas. Quando se estuda informação, é fácil perder a orientação (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 193).

As considerações tratadas acima são importantes na medida em que ajudam a pensar sobre os conceitos que possam subsidiar a compreensão das práticas informacionais de um grupo detentor de conhecimentos tradicionais que geram renda a partir desses conhecimentos. Neste caso, são enfocados sujeitos que têm se utilizado da oralidade para a transmissão dos conhecimentos que possuem referentes ao uso de ervas, cascas e raízes medicinais, que se encontram armazenados na memória. Desta forma, partindo da ideia de que informação é o que é informativo para alguém, caberá entendê-la em relação ao saber e ao fazer das erveiras do Ver-o-Peso.

Nesta direção, uma compreensão possível é a de “informação como coisa”, tratada por Buckland (1991), em famoso artigo intitulado “*Information as thing*”, no qual refere à dificuldade de se explorar o termo informação, isso porque se trata de uma palavra ambígua, usada de diferentes maneiras. Dentre a variedade de sentidos que o termo carrega, o autor identifica três principais usos para informação: a) informação como processo; b) informação como conhecimento e c) informação como coisa.

Para Buckland (1991), informação como processo está relacionada ao ato de informar, a mudança daquilo que se conhece ocorre quando se é informado. No caso de informação como conhecimento, a informação está atrelada ao conhecimento comunicado e tem por característica a intangibilidade. A informação como coisa se trata, então, do uso do termo para denotar coisas tidas como informativas. Ao se questionar sobre o que é informativo, há uma variedade de

coisas que podem ser citadas, dentre as quais: dados, textos, documentos, objetos e eventos ou qualquer tipo de evidência.

O autor caracteriza conhecimento, convicção e opinião como atributos individuais, subjetivos e conceituais. Entende que para comunicá-los há necessidade de serem expressos, descritos ou representados fisicamente, na forma de sinal, de texto ou de comunicação, e qualquer uma dessas hipóteses é informação como coisa. Desse modo, informação como conhecimento tem como marca a intangibilidade enquanto que informação como coisa está relacionada a algo tangível. Então, a partir desta apreensão pode-se afirmar que os conhecimentos tradicionais de que são detentoras as erveiras do Ver-o-Peso teriam a qualidade de intangíveis ao passo que as práticas informacionais que os permeiam podem ser consideradas informação como coisa (tangíveis).

Assim, a utilização do conceito de informação cunhado por Buckland (1991) é viabilizada na pesquisa na medida em que se está lidando com um tipo de informação diferenciado, não se está diante de uma tradicional abordagem da CI, em que predominam os estudos voltados para a informação científica e tecnológica, registrada em um suporte. São enfocadas práticas informacionais que permeiam conhecimentos tradicionais resultantes de observação e de experimentação, nos quais as informações são coletadas sobre a aplicação das coisas, procurando entender como funcionam tais recursos, para que servem, como utilizá-los, como prepará-los, em que quantidade e por quanto tempo. O conjunto dessas informações é que forma o conhecimento sobre a coisa observada/estudada.

Desta forma, segundo Buckland (1991) há possibilidade de aprendizado por meio do exame de vários tipos de coisas. Nesse sentido, informação é equivalente à evidência no aprendizado, isto é, a base para a compreensão, e o que se vê, lê, ouve e experimenta tem o potencial de afetar o conhecimento e as opiniões. Contudo, ser informativo é circunstancial, pois julgamentos subjetivos são o que determinam a utilidade das coisas. No contexto de uma variedade de opiniões individuais, determinar o que é ou não é tido como informação depende de um consenso.

Para ilustrar o que seria a informação por consenso, Buckland (1991) exemplifica com a busca de evidência por meio de um experimento utilizando a água a fim de saber se uma mulher seria ou não uma feiticeira. Este evento, por

consenso, foi considerado informação como coisa, necessário à resolução da questão. De acordo com o autor:

onde há um consenso de julgamento, o consenso é às vezes tão forte que o *status* dos objetos, especialmente documentos, transformam a informação em inquestionável [...]. Nestes casos são argumentos tão confortáveis quanto exatos, de uso comum, completos, e caros (BUCKLAND, 1991, não paginado, tradução nossa)<sup>7</sup>.

Esta concepção de informação por consenso pode ser aplicada ao contexto da atividade das erveiras na medida em que, por ser a informação circunstancial e composta por julgamentos subjetivos, deve haver um acordo que baseado na experimentação, leve a argumentos de uso comum por aquela coletividade.

Uma vez entendido isto sobre informação, cabe agora tratar da noção de práticas informacionais e, para isso, recorre-se a Araújo (2001) que destaca as práticas de recepção e geração de informação. Para a autora, a prática de recepção está relacionada às ações de acesso e seleção de informação e a prática de geração de informação se vincula à ação de reapropriação, quer dizer, a perspectiva de agregação de valor à informação.

A autora afirma que informação é um conceito com várias definições. Busca a origem etimológica do termo para atribuir um primeiro sentido, o que a leva a perceber dois sentidos complementares: primeiro, a compreensão de informação como um processo de atribuição de sentido, que corresponde às práticas informacionais de recepção e seleção; e, segundo, entender a informação como um processo de representação, vislumbrado a partir das práticas de geração e transferência de informação, por meio das ações de codificação, emissão, decodificação e uso de informação. Desta forma, “a informação pode ser conceituada como uma prática social que envolve ações de atribuição e comunicação de sentido” (ARAÚJO, 2001, não paginado).

Então, para Araújo (2001) a noção de práticas informacionais envolve as ações de acesso, seleção, codificação, emissão, decodificação e uso de informação. Esta definição se aplica ao contexto da pesquisa no momento em que se elabora o percurso da informação utilizada pelas erveiras. Isto foi viabilizado a partir do

---

<sup>7</sup> *Where there is a consensus of judgement, the consensus is sometimes so strong that the status of objects, especially documents, being information is unquestioned [...]. In these cases arguments are only over niceties such as accuracy, currency, completeness, and cost.*

entendimento de como estas trabalhadoras recebem e geram informações sobre conhecimentos tradicionais no contexto de sua atividade produtiva no Ver-o-Peso.

Neste contexto de estudo do termo informação, também se insere Marteleto (1995), que inicia o artigo intitulado “Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social”, com uma epígrafe atribuída ao linguista e filósofo suíço Ferdinand de Saussure, que diz “o ponto de vista faz o objeto”. A autora explica que se trata de:

uma indicação do modo como opera a pergunta sobre a informação, indicando, além da complexidade e fluidez do objeto, um ponto de vista que parte do princípio de que todo objeto científico é uma construção operada pelo pesquisador e, de maneira especial, quando estuda fenômenos sociais e humanos (MARTELETO, 1995).

Contudo, Marteleto (1995, não paginado) afirma não ser uma construção arbitrária. Mas sim, possibilitada pelas “realidades sócio-históricas, ou seja, pela consideração não apenas dos sujeitos, suas práticas e representações, mas ainda das estruturas e situações em que se encontram envolvidos”. Essa premissa serve a este estudo, na medida em que a autora se propõe a fazer uma abordagem sobre o conceito de informação, sobretudo, porque a partir do entendimento de que todo objeto científico é uma construção não arbitrária, condiz com a reflexão sobre como se deu a construção desse caminho de estudos sobre conhecimentos tradicionais.

Outra contribuição trazida por Marteleto (2001) se trata do estudo de fluxo e transferência da informação a partir da metodologia de análise de redes sociais. Dado que, as redes sociais:

referem-se a um conjunto de pessoas (ou organizações ou outras entidades sociais) conectadas por relacionamentos sociais, motivados pela amizade e por relações de trabalho ou compartilhamento de informações e, por meio dessas ligações, vão construindo e reconstruindo a estrutura social (TOMAÉL; MARTELETO, 2006, p. 75).

Desta forma, aplicando o conceito de redes sociais trabalhado por Tomaél e Marteleto (2006), pode-se dizer que esta pesquisa analisa práticas informacionais no âmbito de uma rede social estabelecida na feira do Ver-o-Peso, precisamente, voltadas a um grupo de pessoas que se conectam diariamente por meio da atividade que desempenham no setor de ervas e sobre a qual compartilham informações que possibilitam a continuidade do ofício.

Sobretudo, interessa a abordagem de Marteleto (2007, 2010) pelo fato da pesquisadora entender informação e redes como conceitos transversais. Segundo a autora (2010, p. 27), “informação e redes sociais são conceitos transversais que encontram abrigo de passagem em diferentes domínios de conhecimento, mídias, campos sociais ou comunidades profissionais”.

Numa consulta ao Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, encontra-se que transversal enquanto um adjetivo, refere-se a algo “que corta, que atravessa” sendo equivalente a oblíquo e transverso. Na condição de substantivo feminino significa “linha que corta ou que atravessa outra linha ou um plano” (TRANSVERSAL, 2018, não paginado).

A transversalidade se trata de um conceito amplamente mobilizado na esfera da educação em que, segundo Menezes (2001, não paginado) “é entendido como uma forma de organizar o trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas”. Ainda de acordo com o autor, apesar de transversalidade e interdisciplinaridade rejeitarem a visão compartimentalizada do conhecimento, diferem pelo fato de que a primeira faz referência a uma dimensão didática enquanto que a segunda diz respeito a uma abordagem epistemológica.

Hamze ([21--], não paginado) refere que “a transversalidade só tem significado dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento de conteúdos de forma integrada em todas as áreas do conhecimento”. De todo modo, sem se aprofundar nas questões que envolvem a contraposição entre os dois conceitos citados, concorda-se com Hamze ([21--], não paginado) quando afirma que “os temas transversais são campos férteis para a interdisciplinaridade [...]”.

Assim, conforme já apontou Marteleto (2010, p. 34) a informação se insere entre estas “temáticas [que] atravessam diferentes domínios acadêmicos [...]”. A transversalidade da informação pode ser conferida no estudo, já citado, de Capurro e Hjørland (2007, p. 160) em que afirmam que “atualmente, quase toda disciplina científica usa o conceito de informação dentro de seu próprio contexto e com relação a fenômenos específicos”.

No que concerne a esta pesquisa, adota-se uma perspectiva que não delimita os estudos à informação registrada em um documento. Assim, compreende-se a informação no contexto do que é informativo para alguém. Desta forma, tem-se o

mesmo entendimento de Robredo (2003) ao afirmar que a CI deve estudar todo tipo de informação.

### 2.1.1 Transferência da informação: a teoria

No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 367) definem transferência da informação como o “conjunto de operações envolvidas na transmissão da informação, desde sua geração, passando pelo processamento, difusão e uso”.

Tendo em vista uma discussão sob a ótica da CI, verifica-se a existência de diferentes modelos de transferência da informação propostos por estudiosos da área. Araújo (1997) relaciona os modelos do conceito físico, do conceito técnico, do conceito social e do *continuun* comunicacional, para então, propor um novo paradigma, o da transferência da informação enquanto um processo social.

Para a autora, a transferência da informação se trata de um processo que inclui as informações veiculadas e o contexto social em que ele ocorre. Desta forma, o processo de transferência da informação pode ser definido como um conjunto de operações que vão desde a sua geração até a sua utilização.

Nesta direção, ao se analisar os processos que envolvem a informação no saber e no fazer das erveiras do Ver-o-Peso, importante se mostra a compreensão de como essas pessoas têm transmitido às informações ao longo dos anos de trabalho nessa feira de Belém e que embasam os seus conhecimentos tradicionais sobre as ervas, cascas e raízes amazônicas.

No processo de transferência de informações relacionadas ao saber e ao fazer das erveiras do Ver-o-Peso, a oralidade e a observação se destacam, tendo em vista serem os meios empregados durante gerações para a aprendizagem do ofício (DANTAS; FERREIRA, 2017). A própria maneira como são organizados os conhecimentos dos quais são detentoras não está fracionada em forma de perguntas e respostas, mas sim em termos totalizantes. Isto implica num maior cuidado da pesquisadora que tem que conciliar estes aspectos com a lógica de apreensão do conhecimento da academia.

Uma vez tratado o entendimento dos conceitos de informação, práticas informacionais e de transferência da informação, importa agora discutir a expressão conhecimentos tradicionais. De algum modo o conhecimento depende da

informação, pois existe entre eles uma relação de intercâmbio. A informação, então, é tida como a matéria prima da qual se extrai o conhecimento (BARBOSA, 1997; McGARRY, 1999).

## 2.2 Conhecimentos tradicionais

O que é conhecido sempre parece sistemático, provado, aplicável e evidente para aquele que conhece. Da mesma forma, todo sistema alheio de conhecimento sempre parece contraditório, não provado, inaplicável, irreal ou místico.

Ludwik Fleck

A epígrafe ora apresentada, de autoria do cientista polonês Ludwik Fleck, foi extraída do livro *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*, de Peter Burke, e contextualiza o assunto em questão. Aliás, o próprio Burke (2003, p. 12) refere que “a ideia segundo a qual o que os indivíduos acreditam ser verdade ou conhecimento é influenciado, se não determinado, por seu meio social não é nova”. Desta forma, convém esclarecer que existem “várias espécies de conhecimento [...] há ‘conhecimentos’ no plural em toda cultura” (BURKE, 2003, p. 20-21), e o homem, ao longo da sua existência, tem-se utilizado de muitas dessas formas de conhecer na tentativa de explicar o mundo à sua volta.

Dentre a pluralidade de conhecimentos existentes, a atenção aqui se volta para os chamados conhecimentos tradicionais, entendidos como um conjunto de informações e conhecimentos acumulados das experiências obtidas no contato de povos, grupos humanos ou indivíduos com a natureza, sendo transmitido através das gerações, geralmente, de forma oral. Certamente, valendo-se da opinião de que:

a *grosso modo*, poder-se-ia afirmar que os conhecimentos tradicionais são aqueles produzidos pelas sociedades possuidoras de rasgos culturais específicos que as diferenciam das sociedades nacionais onde estão imersas. Estes conhecimentos constituem sistemas dinâmicos que se atualizam constantemente; estão estreitamente relacionados com os ambientes físicos e socioculturais destas sociedades (ZERDA [SARMIENTO], 2003); podem ou não constituir bens coletivos das mesmas (GUPTA, 2000); e são geralmente transmitidos através da oralidade (LÓPEZ GARCÉS, 2007, p. 71, grifo do autor).

Importa ainda frisar que se adotou nesta pesquisa o uso da expressão conhecimentos tradicionais e não sua forma no singular, de forma a acentuar o seu

caráter plural, assim como a diversidade de povos que os constituem, tendo por base o entendimento de Cunha (2007, p. 78) de que “há pelo menos tantos regimes de conhecimento tradicional quanto existem povos”.

Esses apontamentos são pertinentes na medida em que já se antecipam a possíveis mal-entendidos gerados pelas diversas formas encontradas para se referir a esse tipo de conhecimento. Como fez Cunha (1999) ao esclarecer os motivos pelos quais fez sua escolha. Em suas palavras:

digo *saber local* porque, a meu ver, embora a expressão englobe a de *saber tradicional* ou de *saber indígena*, ela se presta menos a confusões. A escolha dos termos não é fortuita. Saber local, como aliás qualquer saber, refere-se a um produto histórico que se reconstrói e se modifica, e não a um patrimônio intelectual imutável, que se transmite de geração a geração (CUNHA, 1999, p. 156, grifo do autor).

Nesse aspecto, a autora também já rebate o argumento de que os Direitos de Propriedade Intelectual não se aplicariam aos conhecimentos tradicionais por falta da característica de inovação, um dos pontos que envolve a questão desse tipo de conhecimento. Conforme pontua a autora (CUNHA, 1999, p. 156-157, grifo do autor):

mas sendo o saber local um processo de investigação e recriação, o problema está antes na erosão das condições de produção desse saber. Pois qual a natureza daquilo que se transmite? Diria que tanto quanto se talvez mais do que informações, é sobretudo uma combinação de pressupostos, formas de aprendizado, de pesquisa e de experimentação. Se entendermos o *tradicional* como essa *forma* específica de se praticar ciência (e não como *conteúdos* ancestrais específicos), então a palavra *tradicional* passa a ser equivalente a *local*.

Cunha (1999, p. 157) refere ainda que o saber local é visto a partir de dois extremos que chamou de ingênuos: “ora se o desvaloriza por completo por oposição à ciência, ora se o exalta como uma fonte de sabedoria última”. No que diz respeito às “Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico”, o assunto foi tema de conferência realizada pela autora na Reunião da SBPC, ocorrida em Belém (PA), em 12 de julho de 2007.

Neste evento, a antropóloga enfatiza que saberes tradicionais e saber científico são diferentes e não só em seus resultados. O primeiro, tendo como característica uma aplicabilidade mais local, enquanto que o segundo, teria uma validade universal. No que diz respeito à existência de alguma semelhança entre



eles, escreve: “a isso, uma resposta genérica mas central é que sim, ambos são formas de procurar entender e agir sobre o mundo. E ambas são também obras abertas, inacabadas, sempre se fazendo” (CUNHA, 2007, p. 78).

Cunha (2007, p. 78) refere que o senso comum vê os conhecimentos tradicionais como um “tesouro”, algo acabado, fechado e que nada lhes é acrescentado. Sobre o que discorda: “muito pelo contrário, o conhecimento tradicional reside tanto ou mais nos seus processos de investigação quanto nos acervos já prontos transmitidos pelas gerações anteriores. Processos. Modos de fazer. Outros protocolos”.

Dando continuidade, afirmando as diferenças entre conhecimentos tradicionais e conhecimento científico, Cunha (2007) menciona outra característica deste último, a sua hegemonia. Note-se que as próprias reflexões em torno dos conhecimentos tradicionais, em grande medida, partem da academia, isto é, o olhar do outro, de quem está de fora, observando, do “cientista”, que muitas vezes se sente “cômodo” para chamá-los como preferir, da melhor forma para analisá-los, o que por si só já caracteriza essa hegemonia.

De fato, o tema dos conhecimentos tradicionais e as questões que envolvem o seu reconhecimento, valorização, repartição justa e equitativa dos benefícios deles advindos junto a seus detentores, são discussões que se caracterizam atuais e complexas, como mencionou Cunha (1999), em conferência proferida no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), em 17 de junho de 1998.

Zanirato e Ribeiro (2007) caracterizam o assunto da proteção deste tipo de conhecimento como relevante, contemporâneo e que envolve muitos interesses, motivos pelos quais é tratado em âmbito internacional, refletindo em organismos como a Unesco, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Contudo, cabe ressaltar que quando se fala na atualidade do tema não significa que as discussões iniciaram agora, mas sim que ao longo dos anos foram se agregando estudos de diferentes campos do conhecimento que, devido à complexidade do assunto, o deixa ainda mais em destaque. Dessa forma, convém fazer um apanhado de como essa questão vem sendo apresentada e as consequências ocasionadas pela CDB.

Como descrito por Zerda Sarmiento (2002), desde a década de 1980, aumentou o interesse de institutos de pesquisa, universidades e laboratórios farmacêuticos transnacionais em torno dos conhecimentos tradicionais, principalmente, sobre aqueles associados à biodiversidade, dos quais podem derivar novas descobertas e aplicações, e em alguns casos, gerar patentes e comercialização.

Segundo López Garcés (2007), no âmbito acadêmico é conhecido que o acesso a conhecimentos tradicionais por indústrias farmacêuticas se revela em um verdadeiro “atalho” que proporciona economia em dinheiro e em anos de pesquisa. Dessa forma, as relações assimétricas que permeiam os processos de acesso e intercambio de conhecimentos entre sociedades tradicionais e empresas transnacionais é que trouxe à tona a necessidade do estabelecimento de medidas jurídicas voltadas à garantia de reconhecimento e repartição justa e equitativa dos benefícios advindos dos conhecimentos tradicionais.

Essa reivindicação por garantia de direitos envolveu diferentes atores, como associações ambientalistas e movimentos sociais, que aliados à organização dos povos indígenas, propiciaram a discussão da proteção dos conhecimentos tradicionais, inclusive desembocando na Conferência do Rio, em 1992 (ZANIRATO; RIBEIRO, 2007). Trata-se, pois, da segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), realizada no Rio de Janeiro. Nela, 156 países assinaram a CDB, o primeiro tratado mundial que versa sobre “a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos” (CONVENÇÃO..., 1992, p. 2). Esses aspectos podem ser percebidos logo no artigo 1º.

Cunha (1999) frisa que até o ano de 1992 existia uma dualidade relacionada aos direitos de propriedade intelectual. De um lado, recursos genéticos e conhecimentos tradicionais eram considerados patrimônio da humanidade e, por isso, deveriam ser de livre acesso. Ao passo que, no campo da biotecnologia, tudo era objeto de patente. Com efeito, essa diferença de tratamento se dava no contexto da divisão Norte-Sul. Os países do Norte detentores das patentes, isto é, da tecnologia, e os países do Sul ricos em biodiversidade, responsáveis pela maioria dos recursos genéticos mundiais.

Então, a alternativa apontada por Cunha (1999) seria tudo se tornar de livre acesso, um patrimônio comum da humanidade, ou tudo ser privatizado e, assim, igualmente protegido. O que em ambos os casos não seria simples. Se no decorrer da década de 1970 e início dos anos de 1980, avessos a uma privatização generalizada, levou-se a primeira alternativa, a CDB, todavia, muda este cenário. Os recursos genéticos deixam a condição de patrimônio da humanidade e passam a “objeto da soberania dos países em que se localizassem” e o seu acesso seria compensado mediante a transferência de tecnologia (CUNHA, 1999, p. 149).

Contudo, vários problemas foram constatados, entre eles, o referente à transmissão dos benefícios aos grupos locais, pois se por um lado as populações tradicionais têm direito de participar das decisões sobre seus territórios e usufruir dos benefícios, nem sempre são levadas em consideração pelos Estados nacionais (CUNHA, 1999).

Acrescente-se ainda as restrições dos Estados Unidos da América (EUA), principalmente relacionadas à transferência de tecnologia. Sendo-lhes mais conveniente levar o foro das discussões para o *General Agreement on Trade and Tariffs* (GATT) substituído pela OMC, resultando nos *Trade-Related Intellectual Property Rights* (TRIPS). No Brasil, as consequências foram as leis de Marcas e Patentes, de Proteção de Cultivares e a de Direitos Autorais. De forma mais abrangente, “as normas de que trata o TRIPS implicam na internacionalização dos direitos de propriedade intelectual, qualquer que tenha sido o seu lugar de origem” (CUNHA, 1999, p. 153).

Outra questão se coloca, o TRIPS tenta generalizar um “tipo ideal” de patentes pautadas em um estilo norte-americano, no qual há predomínio do privado, do individual, numa esfera em que não se enquadram os conhecimentos tradicionais nem o interesse dos bens públicos (CUNHA, 1999).

A propósito, Cunha (2007, p. 83) destaca mais um ponto que se revela interessante, é o fato de que muito se tem debatido sobre o potencial financeiro dos conhecimentos tradicionais para a farmacologia. “Mas tão ou mais significativo é o aporte da ciência tradicional para a agronomia, em particular no que se refere aos defensivos naturais e à variedade de espécies cultivadas ou semicultivadas pelas populações tradicionais *in situ*”, o que desponta em uma proposta de projeto de lei que quer “abrandar” as regras para a agrobiodiversidade.

Neste cenário, o Brasil se encontra entre dois posicionamentos: um de âmbito internacional e outro de âmbito interno. Conforme esclarece Cunha (2007, p. 83):

o Brasil é dos membros mais ativos, para não dizer o líder do chamado Disclosure Group, ou seja, o grupo de países megadiversificados (Brasil, China, Colômbia, Cuba, Índia, Paquistão, Peru, Tailândia, Tanzânia, Equador, África do Sul e, agora, desde junho de 2007, contando também com Venezuela, o grupo africano e o grupo dos países menos desenvolvidos) que postulam, junto à Organização Mundial do Comércio, que a origem e a legalidade do acesso aos recursos genéticos e/ou ao conhecimento tradicional sejam um requisito internacional para patentes. Ou seja, que não se possam obter patentes em lugar algum sem fornecer a prova de que o eventual acesso aos recursos genéticos ou ao conhecimento tradicional foi feito de forma legal. Da mesma forma, o Brasil tem se destacado junto a órgãos da ONU, por exemplo, a Organização Mundial para a Proteção Intelectual (Ompi), na defesa dos direitos intelectuais que resultam de conhecimentos tradicionais. Essa é a posição do Brasil no âmbito internacional. Mas, internamente, o governo está dividido, e um dos mais ferrenhos opositores a que se reconheçam direitos intelectuais aos saberes tradicionais é, curiosamente, o Ministério de Ciência e Tecnologia.

De forma que a posição ocupada pelas populações indígenas e tradicionais é semelhante à defendida pelo Brasil no âmbito internacional. Internamente, para elas não existem “grande diferença entre biopirataria por estrangeiros e o que consideram biopirataria genuinamente nacional” (CUNHA, 2007, p. 83).

Para Cunha (2007), o Brasil se encontra em uma posição privilegiada: por ser um país mega diversificado e por possuir equipamentos científicos que possibilitem o desenvolvimento e a valorização de seus recursos. Mas, para isso, necessita de um regime de colaboração e intercâmbio com os detentores desses conhecimentos.

Nesse sentido, reafirma a diferença entre conhecimentos tradicionais e conhecimento científico, enfatizando que o “seu valor está justamente na sua diferença” (CUNHA, 2007, p. 84). Haveria uma tríplice condição para que esses tipos de conhecimento convivessem:

preservar a vitalidade da produção do conhecimento tradicional, reconhecer e valorizar suas contribuições para o conhecimento científico e fazer participar as populações que o originaram nos benefícios que podem decorrer de seus conhecimentos (CUNHA, 2007, p. 84).

Conforme se observa, a questão ganhou destaque na década de 1990, justamente por conta da CDB. Porém, percebe-se que a preocupação em proteger os conhecimentos tradicionais está direcionada principalmente a uma parte deles, os

associados à biodiversidade, influenciada sobretudo pelo componente comercial (LÓPEZ GARCÉS, 2007). Conforme explica López Garcés (2007, p. 72):

desta maneira, a discussão sobre a necessidade de proteger os conhecimentos tradicionais viu-se atrelada à necessidade de proteger os recursos genéticos como patrimônio natural dos países em desenvolvimento. É o início de importantes discussões sobre proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, tendência que tem predominado no tratamento da questão, incentivada, entre outros fatores, pelo forte componente comercial relacionado ao acesso a este tipo de conhecimento tradicional e pela relação econômico-política desequilibrada entre países industrializados do Norte e países em desenvolvimento do Sul, ricos em biodiversidade. Até o momento, tem predominado o enfoque do mercado como fator decisivo nas discussões sobre a necessidade de proteger os conhecimentos tradicionais.

Verifica-se, então, que os conhecimentos tradicionais despertam grande interesse comercial por parte de segmentos baseados na possibilidade de utilização dos recursos genéticos e, também, preocupação quanto à proteção por parte de outros. Nesta perspectiva, Moreira (2007, p. 34) alega que:

esses conhecimentos, que até então se destinavam à manutenção das formas de vida das sociedades tradicionais, a partir do século XX passam a ser vistos sob uma ótica utilitarista decorrente do novo cenário científico e tecnológico que se delineia e que ganha contornos claros com a ascensão de novas tecnologias as quais passam a identificar nesses recursos um forte potencial industrial.

É exatamente o modo de vida com todo o conhecimento proveniente dele que chama a atenção para as populações detentoras de conhecimentos tradicionais. Ocorre que, se por um lado o acesso aos conhecimentos tradicionais possibilita soluções ou avanços científicos, por outro, “para as sociedades detentoras destes conhecimentos, eles são parte constitutiva da sua identidade, da sua razão de ser como povos e a garantia da sua própria sobrevivência” (ZERDA SARMIENTO, 2003 *apud* LÓPEZ GARCÉS, 2007, p. 72). Deste modo, López Garcés (2007, p. 72-73) propõe:

tratar o tema dos conhecimentos tradicionais além da divisão estabelecida entre conhecimento associado ou não à biodiversidade, enfatizando a necessidade de refletir sobre estratégias de proteção aos conhecimentos tradicionais em um sentido amplo, abrangendo, também, os conhecimentos tradicionais que, sem estarem diretamente associados à biodiversidade, fazem parte do conjunto de saberes dos povos indígenas e sociedades tradicionais, tais como línguas nativas, o conjunto de conhecimentos que conformam a cosmovisão dos povos, isto é, a sua concepção do mundo, do

território, das sociedades, as formas de ser e fazer expressadas em rituais, narrativas orais, cultura material e expressões artísticas, que constituem criações culturais específicas dessas sociedades.

É nesse sentido que a autora enfoca a questão da proteção aos conhecimentos tradicionais. Refere que Posey (1990) e Zerda Sarmiento (2003) chamam a atenção para o fato de que essas discussões tendem a se desenvolver não levando em consideração “as múltiplas dimensões que os constituem”.

A autora aborda as duas tendências mais conhecidas no que diz respeito à proteção ao conhecimento humano, com aplicação em nível mundial: os Direitos de Propriedade Intelectual, provenientes da OMPI, e a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, concebida pela Unesco.

As particularidades de cada uma dessas propostas relacionadas aos conhecimentos tradicionais e às críticas dos seus detentores são tratadas por López Garcés (2007, p. 74), para em seguida apresentar o enfoque dos Direitos sobre os Recursos Tradicionais, menos conhecido, “surgido no âmbito acadêmico da etnobiologia”.

Segundo a autora, o sistema internacional de Direitos de Propriedade Intelectual, proposto pela OMPI, concebido para a sociedades ocidentais e voltado ao reconhecimento e proteção de direitos individuais, divide-se em duas categorias: a propriedade industrial e o direito de autor. Com a CDB e a discussão sobre a necessidade de proteção aos conhecimentos tradicionais, algumas “adaptações” foram feitas, como em relação ao caráter coletivo, propostas pelo sistema *sui generis*.

Com relação à Unesco, López Garcés (2007) argumenta que, no intento de proteger as expressões culturais e os conhecimentos tradicionais das diversas sociedades humanas, esse órgão internacional tem procurado desenvolver instrumentos normativos que viabilizem essas estratégias. Nesse sentido, aprovou em 2003, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que em seu artigo 2, o define como:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um

sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2006, não paginado).

Manifestado nos campos das tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial, das expressões artísticas, das práticas sociais, rituais e atos festivos, dos conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo, e das técnicas artesanais tradicionais (UNESCO, 2006).

A Convenção propõe medidas de salvaguarda do patrimônio imaterial e estipula que os Estados nacionais que a ratificaram devem adotá-las, entrando em vigor em 2006 (LÓPEZ GARCÉS, 2007).

De acordo com a pesquisadora, ambas as tendências têm sido debatidas pelas sociedades tradicionais, instituições governamentais e Organizações não Governamentais (ONGs) de diversas partes do mundo. E para além dessas, outro enfoque é apresentado, o dos Direitos sobre os Recursos Tradicionais, de cunho acadêmico,

surgido no bojo das relações entre pesquisadores, povos indígenas e sociedades tradicionais, que propõe entender os conhecimentos tradicionais desde uma perspectiva mais ampla que considere as complexas e estreitas relações entre conhecimentos tradicionais, diversidade cultural, diversidade biológica, identidades e territorialidades, como fatores que se entrecruzam nas discussões sobre a definição do que se entende por conhecimentos tradicionais, formas de proteção e mecanismos de compensação (LÓPEZ GARCÉS, 2007, p. 77).

A origem deste enfoque remonta ao ano de 1988, época em que ocorreu o I Congresso Internacional de Etnobiologia, realizado no MPEG. Nele participaram cientistas e povos tradicionais de 25 países que discutiram sobre a importância dos conhecimentos tradicionais para o “desenvolvimento de opções ecologicamente sustentáveis e socialmente equitativas para o planeta, ao mesmo tempo que se advertia sobre as ameaças globais para os povos tradicionais e suas culturas” (LÓPEZ GARCÉS, 2007, p. 78). Deste evento derivou a Declaração de Belém, documento em que:

se enfatiza a importância de que cientistas e ambientalistas dirijam seus esforços às necessidades das comunidades locais e reconheçam o papel fundamental dos povos indígenas na preservação ambiental do planeta. Além de chamar a atenção sobre o fato de que muitos ecossistemas e povos indígenas no mundo estão desaparecendo e de reconhecer o estreito vínculo entre diversidade biológica e cultural, a Declaração de Belém

estabelece os princípios éticos das pesquisas etnobiológicas, incluindo consulta prévia às autoridades tradicionais em todos os processos que afetem suas sociedades, recursos e ecossistemas; e chama atenção sobre a necessidade de estabelecer mecanismos de compensação aos povos nativos pela utilização de seus conhecimentos e recursos biológicos, ao mesmo tempo em que advoga pelo repasse dos resultados das pesquisas nas línguas nativas (LÓPEZ GARCÉS, 2007, p. 78).

Darrell Posey, pesquisador do MPEG, em 1990, menciona que “a Declaração de Belém é o primeiro documento internacional a chamar a atenção sobre a justa compensação aos povos nativos pelos seus conhecimentos e a defesa legal de seus Direitos de Propriedade Intelectual” (LÓPEZ GARCÉS, 2007, p. 78). E neste sentido, Posey desenvolveu uma proposta chamada *Convênio sobre os Recursos Intelectuais, Culturais e Científicos Tradicionais*, no âmbito da Coalisão Global para a Biodiversidade Cultural.

Conforme se pode constatar, ainda hoje despontam os debates sobre a questão dos conhecimentos tradicionais, que por sua complexidade necessitam de uma abordagem mais ampla. Em termos que, são grandes os desafios que comprometem os vários atores envolvidos. Neste sentido López Garcés (2007, p. 82, grifo nosso) complementa com uma abordagem sobre a interdisciplinaridade.

*Na perspectiva acadêmica, evidencia-se a necessidade de adotar uma abordagem interdisciplinar na análise dos sistemas de proteção aos conhecimentos tradicionais, na qual a antropologia pode proporcionar ferramentas analíticas de aproximação às diversas formas de conhecimento e às formas jurídicas geradas pelas mesmas sociedades tradicionais para protegê-los.*

Segundo a pesquisadora, cabe a cada um desses atores questionar o alcance e as limitações dos atuais enfoques e tendências relacionados ao tema. Várias questões são levantadas, para as quais as possibilidades de repostas podem estar em pesquisas interdisciplinares e participativas que “contextualizem a diversidade da produção intelectual dos seres humanos como elementos culturais relacionados com diversos fatores, tais como a cosmovisão, territorialidade, identidade e os direitos de autodeterminação dos povos” (LÓPEZ GARCÉS, 2007, p. 82).

Nessa perspectiva, López Garcés (2007) aponta as contribuições que pesquisas interdisciplinares podem trazer ao trato do tema. Cabe então aos diversos campos disciplinares verificarem as suas potencialidades para o debate da questão.



## 2.3 Interdisciplinaridade

Uma vez tratados os temas informação e conhecimentos tradicionais, chega-se ao terceiro conceito norteador desta pesquisa: interdisciplinaridade. Assim como os dois que o antecedem, também para este termo “encontram-se as mais díspares definições” (POMBO, 2003, p. 1). Dessa forma, convém seguir o ponto de vista de Fazenda (2012) quando indica que na impossibilidade de construção de uma única, absoluta e geral teoria da interdisciplinaridade se deve buscar o percurso teórico dos pesquisadores que trataram as questões que envolvem o tema.

Isto significa que, para Fazenda (2012, p. 14), ainda que se depare com a impossibilidade de criação de uma única teoria da interdisciplinaridade, “é fundamental que se atente para o movimento pelo qual os estudiosos da temática da interdisciplinaridade têm convergido nas três últimas décadas”.

Para iniciar este intento, recorre-se às ideias do filósofo brasileiro Hilton Japiassu, precisamente aquelas expressas na terceira parte da sua tese de doutorado, defendida na França, da qual resultou a obra intitulada “Interdisciplinaridade e patologia do saber”, publicada em 1976. Cujo objetivo geral consiste em fornecer:

certos elementos e instrumentos conceituais básicos para uma tomada de consciência sobre o lugar real da posição e do tratamento dos principais problemas epistemológicos colocados pelas ciências humanas, do ponto de vista de suas relações interdisciplinares (JAPIASSU, 1976, p. 29).

Desta forma, Japiassu (1976) aborda o assunto em duas partes: a primeira trata do domínio do interdisciplinar, caracterizado como vasto e complexo, e a segunda sobre a metodologia interdisciplinar. Para o autor, o fenômeno da interdisciplinaridade surge como uma exigência diante da exagerada especialização das disciplinas científicas que levam a uma fragmentação do horizonte epistemológico.

Este esmigalhamento do saber ocorrido, sobretudo a partir do século XIX, tem como pano de fundo a perspectiva positivista de fazer ciência na qual se observou que “cada uma das ciências fundamentais [...] explode em disciplinas particulares” acelerando o processo de “desintegração do saber” (JAPIASSU, 1976, p. 49). Diante disso, a expressão “pesquisa interdisciplinar” se torna cada vez mais popular e

pesquisadores de diversas partes do mundo têm recorrido à essa metodologia. Japiassu (1976, p. 40) entende por pesquisas interdisciplinares aquelas “das aproximações, das interações e dos métodos comuns às diversas especialidades”.

Para Pombo (2005, p. 7), a interdisciplinaridade remete a uma “resistência à especialização”, que por sua vez está atrelada ao modelo analítico, adotado pela ciência, em que há um esquartejamento de cada totalidade, ou seja, a análise é realizada através de partes cada vez menores com a ideia de que, posteriormente, o todo poderá ser reconstituído.

Trata-se de entender a insuficiência do modelo analítico e suas especializações, das quais decorrem a institucionalização da ciência, com suas práticas de “patentificação”, e a cultura dos homens de ciência. Não significa ignorar os frutos advindos dessa metodologia, mas enxergar os seus custos (POMBO, 2003, 2005). Então, concebe-se a interdisciplinaridade “como o esforço de reconstituição da unidade do objeto que a fragmentação dos métodos inevitavelmente pulveriza” (JAPIASSU, 1976, p. 67).

Assim, a partir dos anos 70 começa a se notar uma inversão no âmbito científico, não em termos institucionais, mas em termos conceituais e de pesquisa (POMBO, 2003). Conforme explica Pombo (2005, p. 9-10, grifo do autor) ao observar que:

num número cada vez maior de casos, o progresso da ciência, a partir sobretudo da segunda metade do século XX, deixou de poder ser pensado como linear, resultante de uma especialização cada vez mais funda mas, ao contrário e cada vez mais, depende da fecundação recíproca, da fertilização heurística de umas disciplinas por outras, da transferência de conceitos, problemas e métodos - numa palavra, do cruzamento interdisciplinar. Trata-se de reconhecer que determinadas investigações reclamam a sua própria abertura para conhecimentos que pertencem, tradicionalmente, ao *domínio* de outras disciplinas e que só essa abertura permite aceder a camadas mais profundas da realidade que se quer estudar. Estamos perante transformações epistemológicas muito profundas. É como se o próprio mundo resistisse ao seu retalhamento disciplinar.

Nesse contexto de abertura da ciência para pensar a pesquisa na articulação entre conhecimentos de diferentes campos disciplinares, ocorre também, nos anos de 1970, a emergência das discussões sobre os recursos genéticos e os conhecimentos tradicionais, conforme já se mencionou (CUNHA, 1999). Ademais, o próprio debate sobre meio ambiente, promovido na Conferência de Estocolmo, em

1972, abriu caminhos para temas que necessitam de abordagens orientadas por um viés interdisciplinar, sobretudo em função de sua complexidade.

Na opinião de Pombo (2003, p. 6), é o início de “uma espécie de entusiasmo pelo trabalho interdisciplinar”, nos seguintes níveis: o discursivo, o de reordenamento disciplinar, o de novas práticas de investigação e o do esforço de teorização dessas novas práticas.

Disto derivam duas consequências: “o alargamento do conceito de ciência e a necessidade de reorganização das estruturas da aprendizagem das ciências, nomeadamente, a universidade” (POMBO, 2005, p. 11). Ao se falar da universidade, Pombo (2005, p. 4) menciona que “no Brasil há uma tradição ampla e já longa de trabalho interdisciplinar, tanto na investigação como no ensino”. A autora (2005, p. 13) explica:

em termos de experiências, os primeiros relatos começam, tanto quanto sei, nos anos 60, por exemplo, com Vieira e Durval (1965), Freitag-Rouanet, (1991) e Fazenda (1998), oferecem elaboradas descrições das mais significativas experiências entretanto realizadas; em termos de investigação, ainda nos anos setenta, recordaria apenas Lruyten, (1973) e Japiassu (1976). Depois, a partir dos anos 90, Paviani (1993), Lück (1994), Carneiro Leão (1992), Portela (1992), Fazenda (2002), Paviani e Botomé (2003).

Pombo (2005) menciona o número de cursos e programas de mestrado interdisciplinares em funcionamento aquela época no país. Cabe informar que, no âmbito desta universidade em que se apresenta a pesquisa, a UFPA, já se constatou um número considerável de teses e dissertações provenientes de seus programas de pós-graduação que têm discutido os conhecimentos tradicionais em diferentes campos disciplinares, sobressaindo-se a produção dos programas ditos interdisciplinares.

Japiassu (1976) reconhece que o termo interdisciplinaridade tem sido utilizado para diversas significações. Talvez isto tenha levado Pombo (2003) a afirmar que é uma tarefa difícil falar sobre o assunto, pois, de fato, na visão dela, ninguém sabe o que é interdisciplinaridade. A pesquisadora sugere, então, iniciar pelas palavras. Refere ser algo curioso não haver uma estabilidade ao conceito de interdisciplinaridade e, mesmo assim, a palavra possuir ampla utilização com aplicabilidade em muitos contextos, dos quais tratou: o epistemológico, o pedagógico, o mediático e o empresarial e tecnológico.

Somado a estes quatro contextos, tem-se outra questão: uma família de elementos tidos como mais ou menos equivalentes - pluridisciplinaridade,

multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, com fronteiras não estabelecidas (POMBO, 2005).

Desta forma, a palavra se caracteriza como ampla, banalizada, com uso diversos, que por sua vez, a torna gasta, vazia e sem sentido. Uma hipótese apresentada seria abandoná-la e buscar uma alternativa. Contudo, essa alternativa parece não resolver o problema, e sim agravá-lo (POMBO, 2003, 2005).

Sobre a questão das quatro palavras mencionadas acima, Japiassu (1976) chama a atenção para a fixação da terminologia e dos conceitos vizinhos por ele adotados, a saber: disciplina, pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. Neste sentido, o que se pode entender por:

*disciplina* e por *disciplinaridade* é essa progressiva exploração científica especializada numa certa área ou domínio homogêneo de estudo. Uma disciplina deverá, antes de tudo, estabelecer e definir suas fronteiras constituintes. Fronteiras estas que irão determinar seus objetos materiais e formais, seus métodos e sistemas, seus conceitos e teorias. Ora, falar de interdisciplinaridade é falar de interação de disciplinas. E *disciplina*, tal como a entendemos, é usada como sinônimo de *ciência*, muito embora o termo “disciplina” seja mais empregado para designar o “ensino de uma ciência”, ao passo que o termo “ciência” designa mais uma atividade de pesquisa (JAPIASSU, 1976, p. 61, grifo do autor).

Dito isto, baseando-se no nível de cooperação entre as disciplinas, o autor entende que existe uma gradação dos termos, na qual multidisciplinaridade está relacionada à “gama de disciplinas que propomos simultaneamente, mas sem fazer aparecer as relações que podem existir entre elas”, sendo a simples justaposição das disciplinas. A pluridisciplinaridade se trata da “justaposição de diversas disciplinas situadas geralmente no mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo a fazer aparecer as relações existentes entre elas” (JAPIASSU, 1976, p. 73). Enquanto que a interdisciplinaridade é uma “axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas e definida no nível hierárquico imediatamente superior, o que introduz a noção de finalidade” e a transdisciplinaridade, por sua vez, se constitui em uma “coordenação de todas as disciplinas do sistema de ensino inovado, sobre a base de uma axiomática geral” (JAPIASSU, 1976, p. 74).

É certo que estas palavras possuem a mesma raiz, *disciplina*, contudo, Pombo (2003, p. 2) entende que este fato “constitui um novo procedimento de dispersão de sentido”, pelo fato de ter, ao menos, três significados, a saber: como

ramo do saber, como componente curricular e como conjunto de normas. Então, a autora apresenta uma proposta de definição baseada na etimologia dos prefixos:

passa por reconhecer que, por detrás destas quatro palavras, multi, pluri, inter e transdisciplinaridade, está uma mesma raiz – a palavra *disciplina*. Ela está sempre presente em cada uma delas. O que nos permite concluir que todas elas tratam de qualquer coisa que tem a ver com as disciplinas. Disciplinas que se pretendem juntar: *multi*, *pluri*, a ideia é a mesma: *juntar* muitas, pô-las *ao lado* uma das outras. Ou então articular, pô-las *inter*, em inter-relação, estabelecer entre elas uma *acção recíproca*. O prefixo *trans* supõe um *ir além*, uma ultrapassagem daquilo que é próprio da disciplina (POMBO, 2005, p. 6, grifo do autor).

Conforme se pode notar, a proposta está baseada em dois princípios fundamentais: ter os três prefixos enquanto horizontes de sentido, isto porque, para Pombo (2003, p. 2-3), não faz sentido distinguir entre os prefixos pluri e multi; e, entendê-los como “uma espécie de *continuum* que é atravessado por alguma coisa que, no seu seio, se vai desenvolvendo”. Esta “coisa” seria uma tentativa de “romper o carácter estanque das disciplinas”, e se daria em diferentes níveis, conforme se observa:

o primeiro é o nível da justaposição, do paralelismo, em que as várias disciplinas estão lá, simplesmente ao lado umas das outras, que se tocam mas que não interagem. Num segundo nível, as disciplinas comunicam umas com as outras, confrontam e discutem as suas perspectivas, estabelecem entre si uma interacção mais ou menos forte; num terceiro nível, elas ultrapassam as barreiras que as afastavam, fundem-se numa outra coisa que as *transcende* a todas. Haveria, portanto, uma espécie de um *continuum* de desenvolvimento. Entre alguma coisa que é de menos – a simples *justaposição* – e qualquer coisa que é de mais – a ultrapassagem e a  *fusão* – a interdisciplinaridade designaria o espaço *intemédio*, a posição *intercalar*. O prefixo *inter* estaria lá justamente para apontar essa situação (POMBO, 2005, p. 6, grifo do autor).

Então, a proposta apresentada pela autora seria simples: “partir da compreensão dos diferentes prefixos das palavras disciplinaridade, do que eles têm para nos ensinar, das indicações que transportam consigo, na sua etimologia” (POMBO, 2005, p. 6). Pombo (2003), contudo, faz a ressalva de que a depender das circunstâncias essa “fusão unificadora” referida pela transdisciplinaridade poderia ser desejável ou não. Isto significa que para ela não há um sentido de progressividade na proposta. Conforme destaca Pombo (2003, p. 3):

pelo contrário, entre uma lógica de multiplicidades para que apontam os prefixos *multi* e *pluri* e a aspiração à homogeneização para que, inelutavelmente, aponta o prefixo *trans* enquanto passagem a um estágio qualitativamente superior, o prefixo *inter*, aquele que faz valer os valores da convergência, da complementaridade, do cruzamento, parece-me ser ainda o melhor.

Nota-se então que neste aspecto há divergência de pensamento entre Japiassu (1976) e Pombo (2003, 2005). Porém, entende-se que não configura nosso objetivo discuti-la. Deste modo, não se pode perder de vista o principal que seria compreender “o que se deixa pensar nessas várias palavras” (POMBO, 2005, p. 7), dito de outra forma, passar “do nível das palavras ao nível das ideias, ou, se preferirem, das ‘coisas’” (POMBO, 2003, p. 4). No qual se verifica que:

**a interdisciplinaridade é um conceito que invocamos** sempre que nos confrontamos com os limites do nosso território de conhecimento, sempre que topamos com uma nova disciplina cujo lugar não está ainda traçado no grande mapa dos saberes, **sempre que nos defrontamos com um daqueles problemas imensos cujo princípio de solução sabemos exigir o concurso de múltiplas e diferentes perspectivas** (POMBO, 2003, p. 4, grifo nosso).

E é nesse âmbito, estando diante de um desses imensos problemas cuja solução foge a uma única abordagem, que se acredita encaixar as questões que envolvem os conhecimentos tradicionais, demandando então o olhar de diferentes disciplinas e perspectivas, como sugeriu López Garcés (2007).

Soma-se à discussão do tema, a “Revisão histórico-crítica dos estudos sobre interdisciplinaridade<sup>8</sup>” feita por Fazenda (2012) que, desde o início da década de 1970, tem se dedicado ao estudo da interdisciplinaridade. O trabalho tende a contribuir na medida em que se propõe a explicitar as fases e as contradições do movimento para o qual caminham os estudiosos da interdisciplinaridade em três décadas, mencionando as principais dicotomias encontradas, assim como, a forma como os estudos e as pesquisas as vem enfrentando.

Para cumprir seu objetivo, Fazenda (2012, p. 14) recorre aos textos daqueles que considera os principais teóricos de que têm conhecimento, verificando seus posicionamentos, identificando e interpretando seus símbolos. Deste exercício,

---

<sup>8</sup> Trata-se do primeiro capítulo do livro *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisada*, publicado em 2012, que por sua vez se constitui em uma “ampliação do texto produzido para o 1º Congresso internacional de formação de professores nos países de língua e expressão portuguesas, Aveiro, Portugal, 1993” (FAZENDA, 2012, p. 13).

desponta a primeira questão, trata-se de uma “necessidade da superação da dicotomia ciência/existência, no trato da interdisciplinaridade”, significando que tanto as atividades de ensino quanto de pesquisa interdisciplinares requerem um aprofundamento teórico nas questões epistemológicas, isso porque a interdisciplinaridade está relacionada a uma reflexão sobre os impasses da ciência.

Questionada em suas objetividades, a ciência tem enfrentado um dilema que leva muitos a proclamarem uma crise das ciências. Nesse contexto, Fazenda (2012) sugere uma releitura da filosofia em seus primórdios e, então, visitar Sócrates, de quem parte o primeiro símbolo analisado: conhece-te a ti mesmo, o que leva a ideia de totalidade, de interdisciplinaridade. Totalidade, por sua vez, remete à interioridade que conduz a um exercício de humildade, fundamento da interdisciplinaridade.

Contudo, a busca pela totalidade vai levando o conhecimento ao caos, o que necessita desempenhar seu objetivo de ordem, de regra, de organização. Neste momento, Fazenda (2012) menciona Descartes do qual provém mais um símbolo: penso, logo existo. No retorno ao século XVIII, verifica-se que a razão está para conhecimento assim como lógica formal está para a objetividade, um critério, um sustentáculo. A tentativa de resgatar a subjetividade deixada de lado se dá com a criação de algumas ciências no início do século XX. Mas, por não atender por completo esse objetivo, um novo caos se instala e a dicotomia ciência/existência é radicalizada.

Diante deste impasse, a partir de meados do século XX já despontam possibilidades de solução para o problema provenientes de alguns segmentos das novas ciências. Então, proposições teóricas vão surgindo, mesmo que equívocos ainda permaneçam, e os seus avanços caminham em direção a interdisciplinaridade (FAZENDA, 2012).

Para Fazenda (2012), o entendimento da contradição que envolve ciência/existência permite a elucidação de outras dicotomias que dela decorrem, o que se viabiliza por meio da releitura dos primeiros estudiosos da interdisciplinaridade, divididos didaticamente em três décadas: 1970, 1980 e 1990. Dependendo do olhar que se adote, o movimento da interdisciplinaridade pode ser assim entendido:

se optamos por um recorte epistemológico, diríamos, reduzida e simplificadamente, o seguinte: em 1970 partimos para uma *construção epistemológica da interdisciplinaridade*. Em 1980 partimos para a *explicitação das contradições epistemológicas decorrentes dessa construção* e em 1990 estamos *tentando construir uma nova epistemologia, a própria da interdisciplinaridade*.

Entretanto, esse mesmo movimento poderia adquirir, quando olhado pela óptica das influências disciplinares recebidas, o seguinte perfil:

1970 – em busca de uma explicitação filosófica;

1980 – em busca de uma diretriz sociológica;

1990 – em busca de um projeto antropológico.

Uma terceira tentativa de organização teórica no movimento da interdisciplinaridade nas três últimas décadas nos indicaria que em:

1970 – procurávamos uma definição de interdisciplinaridade;

1980 – tentávamos explicitar um método para a interdisciplinaridade;

1990 – estamos partindo para a construção de uma teoria da interdisciplinaridade (FAZENDA, 2012, p. 17-18, grifo do autor).

Dessa forma, pode-se dizer que a década de 1970 marca o período de estruturação conceitual básica da interdisciplinaridade, cuja preocupação recai sobre a sua explicitação terminológica. No que concerne à década de 1980, se “caminhou na busca de epistemologias que explicitassem o teórico, o abstrato, a partir do prático, do real” (FAZENDA, 2012, p. 27). Já a década de 1990 é marcada por uma contradição nos estudos e pesquisas sobre interdisciplinaridade no Brasil, isso devido a uma proliferação de práticas intuitivas, o que motivou Fazenda (2012) a explicitação de “um projeto antropológico de educação, o interdisciplinar, em suas principais contradições” (FAZENDA, 2012, p. 35).



### 3 OBJETIVOS

Ao abordar de forma interdisciplinar os conceitos de informação e conhecimentos tradicionais no contexto de trabalho das erveiras do Ver-o-Peso, esta pesquisa tem como objetivos:

a) geral:

- analisar, em uma perspectiva interdisciplinar, os processos que envolvem a informação no saber e no fazer das erveiras do Ver-o-Peso.

b) específicos:

- identificar os processos que envolvem a informação;
- conceituar informação, conhecimentos tradicionais e interdisciplinaridade, exercitando o diálogo entre os referidos termos;
- contextualizar a feira do Ver-o-Peso como espaço de fluxo de informação e conhecimentos tradicionais, caracterizando as erveiras como pessoas detentoras de conhecimentos tradicionais, cujo trabalho se desenvolve fundamentado na comercialização de produtos da natureza; e,
- elaborar o percurso da informação utilizada pelas erveiras sobre conhecimentos tradicionais no contexto da atividade produtiva que desempenham nessa feira livre de Belém.

## 4 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, cabe registrar três grandes passos: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e a análise dos dados. Conforme se poderá observar, apesar de sugerirem uma continuidade ou linearidade, na realidade são processos que se comunicam e se retroalimentam de forma circular ou espiral.

Cada uma dessas etapas é constituída por atividades que possibilitaram alcançar os objetivos propostos na pesquisa. Conforme está ilustrado no Esquema 1, da pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento bibliográfico e fichamento dos textos selecionados, foi possível se obter uma redação provisória que deu origem ao referencial teórico sobre informação, conhecimentos tradicionais, interdisciplinaridade e sobre o *lócus* de pesquisa, correspondendo aos três primeiros objetivos específicos da pesquisa. Na pesquisa de campo, foram realizadas as entrevistas e o registro fotográfico, mediante o uso do termo de consentimento livre e esclarecido, que forneceram os dados para serem analisados na etapa posterior. Por fim, os dados foram ordenados, classificados e analisados o que possibilitou o atendimento do quarto objetivo e, assim, a redação do relatório final de pesquisa.

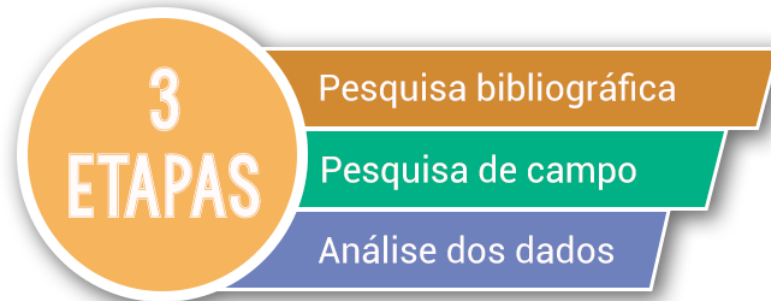
Ao escolher pesquisar as práticas informacionais relacionadas ao saber e ao fazer das erveiras do Ver-o-Peso por uma análise interdisciplinar, o estudo foi desenhado para seguir a abordagem qualitativa. Continuamente utilizada desde a década de 1970, de acordo com Appolinário (2007), nesta perspectiva a coleta de dados se dá mediante interações sociais, posteriormente analisados de forma subjetiva pelo pesquisador.

Entre suas características consta ser interpretativa e descritiva, quer dizer, “[...] se propõe a estudar relações complexas, sem o isolamento de variáveis buscando, compreender e interpretar o fenômeno em seu contexto natural [...]” (OLIVEIRA, 2008, p. 100). E quando se fala em fenômeno, faz-se menção à interpretação pelo observador de um fato, em outras palavras, o fenômeno faz jus a “interpretação subjetiva do fato” (APPOLINÁRIO, 2007, p. 155).

Desse modo, conforme Paulino (1999, p. 135), “a abordagem qualitativa é empregada [...] para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna”. E segundo Minayo (2002, p. 21-22), “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que

corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Esquema 1 – Ilustração dos procedimentos metodológicos da pesquisa.



## 1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

- ◆ Levantamento bibliográfico: primeiras aproximações teóricas;
- ◆ Fichamento: autores com contribuições teórico-metodológicas;
- ◆ Redação provisória: construção do referencial teórico.

**Objetivos  
1 & 2**



- **Informação:**
  - Transferência da informação.
- **Conhecimentos tradicionais;**
- **Interdisciplinaridade;**

**Objetivo 3**



- **O Ver-o-Peso como lócus de pesquisa.**

## 2 PESQUISA DE CAMPO

- ◆ Entrevistas;
- ◆ Registro fotográfico;
- ◆ Termo de consentimento.

## 3 ANÁLISE DE DADOS

### Objetivo 4



- **Ordenação dos dados:**
  - Transcrição das entrevistas;
  - Leitura e releitura dos dados;
  - Anotações.
  
- **Classificação dos dados:**
  - Agrupamento das informações sobre as (os) entrevistas (os): Perfil;
  - Estabelecimento de categorias: Dados agrupados de acordo com aproximações temáticas (núcleos).
  
- **Análise final dos dados:**
  - Núcleos temáticos + referencial teórico:
    - Interpretação;
    - Redação do relatório final.

Fonte: Dados da pesquisa.

#### 4.1 Pesquisa bibliográfica

A realização da pesquisa bibliográfica, que comumente marca todo início de pesquisa científica, volta-se para a busca e seleção das fontes já publicadas em relação ao tema, por meio das quais o pesquisador entra em contato com o que já foi escrito, dito ou filmado por outros estudiosos. Pode-se afirmar que se trata de um apanhado geral dos trabalhos publicados possibilitando o contato com dados atuais e relevantes sobre o tema (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Eco (1992, p. 42) indica o uso das bibliotecas para quem já dispõe de uma bibliografia segura ou na perspectiva de organizar uma, para aqueles que necessitem “buscar aquilo cuja existência ainda se ignora”, ao qual se acrescentam

na atualidade as possibilidades propiciadas pelo avanço tecnológico como acesso aos repositórios digitais e às diversas fontes disponíveis através da internet.

Na fase da pesquisa bibliográfica realizada para este trabalho, foram consultados livros, capítulos de livros, artigos de periódicos científicos, dissertações, teses, trabalhos apresentados em eventos, entre outros, tanto em meio impresso quanto digital, que forneceram as primeiras aproximações teóricas à realidade investigada. Por outro lado, a pesquisa bibliográfica também serviu para a construção do referencial teórico utilizado, apontando os autores com contribuições teórico-metodológicas pertinentes à pesquisa.

## **4.2 A pesquisa de campo**

No que concerne à segunda etapa deste trabalho, volta-se para a realização da pesquisa de campo, que implicou em idas ao Ver-o-Peso para a coleta dos dados, mediante o uso de entrevistas e o registro fotográfico. Conforme Marconi e Lakatos (2010), diferentes ciências e ramos de estudo têm se utilizado dessa técnica com a finalidade de levantar dados, voltando-se para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições, entre outros, na busca de compreender diversos aspectos envolvendo a sociedade. Na compreensão das autoras (2010, p. 169):

[a] pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

E, para isso, Marconi e Lakatos (2010) ressaltam três fases: primeiro, a realização da pesquisa bibliográfica, segundo, a determinação das técnicas de coleta de dados e de definição da amostra, e, por fim, o estabelecimento das técnicas de registro e análise dos dados. Conforme se pode observar, de uma forma geral, as fases da pesquisa de campo mencionadas acima estão de acordo com os três grandes passos estabelecidos para o cumprimento dos objetivos propostos na pesquisa.

A perspectiva dessas fases enquanto processos, que se comunicam e se retroalimentam de forma circular ou espiral, é evidenciada no estudo de Silva (2015) no qual se apresenta um sentido mais abrangente para campo. Segundo o autor:

o “campo” não é somente a nossa experiência concreta (mesmo se esta fosse mensurável de forma tão objetiva) que se realiza entre o projeto e a escrita etnográfica. Junto a essa experiência, o “campo” (no sentido amplo do termo) se forma através dos livros que lemos sobre o tema, dos relatos de outras experiências que nos chegam por diversas vias, além dos dados que obtemos em “primeira-mão”. Projeto de pesquisa, trabalho de campo e texto etnográfico não são fases que se concatenam sempre nessa ordem e de forma linear. Na prática essas etapas são processos que se comunicam e se constituem de forma circular ou espiral (SILVA, 2015, p. 27).

Como se pode observar, apesar de Silva (2015) direcionar sua abordagem para o trabalho de campo realizado na área antropológica, constata-se a ideia de que pesquisa bibliográfica, coleta e análise dos dados constituem etapas que se comunicam e se complementam em qualquer área de conhecimento investigada. Nesse sentido, também convém mencionar Minayo (2002, p. 26), quando discorre sobre o ciclo da pesquisa enquanto “um processo de trabalho em espiral”, iniciando com a fase exploratória, da qual resulta o projeto de pesquisa, passando pelo trabalho de campo, para então, chegar-se ao tratamento do material recolhido. Portanto, pode-se afirmar que “a idéia do ciclo se solidifica não em etapas estanques, mas em planos que se complementam” (MINAYO, 2002, p. 27).

Minayo (2013, p. 201) entende por campo, no âmbito da pesquisa qualitativa, “o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação.” Dito isto, tem-se a pesquisa de campo como aquela por meio da qual se pretende descrever e analisar como se dão as práticas informacionais relacionadas ao saber e ao fazer das erveiras do Ver-o-Peso, associados ao uso de ervas, cascas e raízes medicinais.

Nesta direção, a pesquisa de campo é aqui entendida como aquela que possibilitará a descrição e análise das práticas, crenças e valores culturais de um determinado grupo de pessoas. Por meio dela, a pesquisadora se insere na realidade estudada para que possa estabelecer relações de confiança, selecionar as suas informantes e, assim, realizar o seu trabalho. Desse modo, levantar as evidências sobre as práticas informacionais relacionadas ao saber e ao fazer das erveiras implica em idas até o local onde essas pessoas trabalham – na Feira do Ver-o-Peso – em Belém do Pará, o que ocorreu durante os meses de outubro de 2018 a janeiro de 2019, nos horários da manhã e da tarde.

#### 4.2.1 Instrumentos de coleta de dados

Com relação aos instrumentos utilizados para a coleta dos dados, cita-se a entrevista do tipo semiestruturada e a câmera fotográfica. Cabe mencionar também o registro de observações consideradas relevantes feitas em caderno apropriado com a finalidade de auxiliar na posterior análise dos dados.

Consideradas por Minayo (2013, p. 64) como “conversas com finalidade”, as entrevistas são caracterizadas pela sua forma de organização. Aquelas classificadas como semiestruturadas consistem em perguntas previamente esboçadas pela entrevistadora em que é possibilitado à entrevistada responder sem estar presa à indagação formulada.

Como fonte de informação, as entrevistas podem fornecer dados de duas naturezas: (a) objetivos ou secundários, possíveis de conseguir em outros meios como censos e estatísticas; (b) e subjetivos ou primários, “referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia” (MINAYO, 2013, p. 65). Conforme destaca a autora (2013, p. 65-66):

uma entrevista, como forma privilegiada de interação social, está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade. Quando se trata de uma sociedade ou de um grupo marcado por muitos conflitos, cada entrevista expressa de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la como nos dados que aí são produzidos. Além disso, pelo fato de captar formalmente a fala sobre determinado tema, a entrevista, quando analisada, precisa incorporar o contexto de sua produção e, sempre que possível, ser acompanhada e complementada por informações provenientes de observação participante.

Neste aspecto, é que o registro das observações consideradas relevantes em campo ajuda na análise dos dados, possibilitando a reconstrução dos passos e estabelecimento de laços.

Importa ainda ressaltar que, conforme explica Silva (2015, p. 39) sobre algumas circunstâncias impostas pelo campo e pelo projeto de pesquisa, como a quantidade de informantes considerada “adequada”, “a experiência mostra que o próprio campo condiciona o que observar e a quem”. Desta forma, o aspecto qualitativo das questões se sobrepõe ao quantitativo, e isto acaba por influenciar não só na realização do trabalho de campo, mas também na avaliação dos resultados.

De acordo com Silva (2015, p. 41), “a entrevista é um momento privilegiado para a troca de informações e de percepções entre as pessoas que dela participam” e, para realizá-la a contento, faz-se necessário o estabelecimento de uma relação de confiança entre pesquisadora e informantes, o que não ocorre de uma hora para outra.

A respeito das condições favoráveis à realização das entrevistas, convém mencionar que a autora já esteve no setor de ervas da Feira do Ver-o-Peso, com a finalidade de coletar dados referentes ao seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, no período de janeiro a fevereiro de 2012, quando foram estabelecidos alguns contatos importantes com 16 erveiras.

O contato anterior com o campo de certa forma contribuiu para o êxito das entrevistas ora realizadas uma vez que já se tinha estabelecido uma relação de confiança. Nesse retorno ao setor de ervas do Ver-o-Peso com o objetivo de coletar dados para a dissertação, num primeiro momento, buscou-se explicar às erveiras a finalidade da pesquisa, seus objetivos, relevância, metodologia, ressaltando a necessidade de sua colaboração. Para aquelas que ainda não se tinha contato, também foram feitas as devidas apresentações. Após isso, passaram-se as perguntas e registro das respostas.

Todos os relatos e os registros fotográficos obtidos naquele momento, assim como os atuais, foram realizados mediante a assinatura de um termo de consentimento por parte das entrevistadas (Apêndice B). Da primeira pesquisa resultou material empírico excedente que, na medida do possível, também foi utilizado na dissertação.

#### 4.2.2 Termo de consentimento livre e esclarecido

Mais do que aplicar esses recursos, importa informar que, com o objetivo de respeitar o princípio ético do uso dos discursos e das imagens levantadas na pesquisa de campo, utilizou-se um Termo de autorização de uso de imagem e entrevistas (Apêndice B) no qual as informantes concordaram em dar os seus depoimentos, permitindo ou não que fossem gravados, e autorizaram o uso do material empírico para fins científicos e de estudos, em favor da responsável pela pesquisa.



Neste documento, as entrevistadas também declararam que foram informadas sobre os objetivos da pesquisa e que possuem a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como de se recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo sua participação de forma temporária ou definitiva.

Pois, conforme afirma Santilli (2007), as comunidades tradicionais devem estar bem informadas e conscientes quanto ao seu direito de consentir previamente, ou não, o acesso e a utilização de seus conhecimentos, estando devidamente cientes dos riscos e dos benefícios que isso poderá acarretar. Tal consentimento deve ser por escrito e redigido com uma linguagem comum a essas comunidades, a fim de que elas possam ter acesso e compreender do que se trata. Além do mais devem estar informadas sobre qualquer alteração que ocorra e, assim, sujeitos a novo consentimento.

Cabe aqui evidenciar que esta pesquisa não tem como finalidade acessar patrimônio genético ou conhecimentos tradicionais associados, na forma como estes são definidos na Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, uma vez que não se buscou investigar as propriedades ou usos associados à origem genética de espécies vegetais, animais ou de outra natureza (BRASIL, 2015).

Ao invés disso, pretende-se somente analisar as práticas informacionais relacionadas ao saber e ao fazer das erveiras do Ver-o-Peso, quer dizer, compreender os processos que envolvem a informação utilizada por elas, bastando para isso o consentimento daquelas tidas como informantes na pesquisa mediante a assinatura do termo. Também houve a precaução em não identificar nominalmente as participantes da pesquisa. Dito isto, a parte seguinte diz respeito a forma como os dados coletados em campo foram analisados.

### **4.3 Análise dos dados**

Uma vez em posse dos “dados de campo” ou “matéria bruta”, nas palavras de Silva (2015, p. 32), passar-se-á à etapa de análise dos dados, a qual possibilitará “à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição” (MINAYO, 2002, p. 26).

Com a finalidade de realizar esta tarefa a contento, há necessidade de subdividi-la. Para Marconi e Lakatos (2010), feita a coleta dos dados, o passo a seguir chamado de elaboração dos dados envolve a seleção (exame minucioso), a codificação (categorização e atribuição de código) e a tabulação dos dados. Para então, seguir com a análise (interpretação, explicação e especificação das variáveis) e interpretação (construção de tipos, modelos, esquemas e a ligação com a teoria).

Beaud e Weber (2014) recomendam primeiro fazer a classificação do material, isto é, a realização de um inventário que possibilitará a seleção e a escolha das entrevistas e das observações mais importantes. Em seguida, proceder a transcrição das entrevistas, para enfim, estabelecer a relação entre os dados, seu contexto, a questão e os objetivos da pesquisa.

Conforme se pode observar, a partir das atividades de classificação e transcrição já se produz materiais escritos e o próximo passo é contextualizá-los. Para isso, um elemento essencial é a descrição e análise das relações de pesquisa, ao qual se juntam as análises do desenvolver da pesquisa, por meio da releitura do diário de campo, e do desenrolar da entrevista (BEAUD; WEBER, 2014).

Em posse de tudo isso, chega-se ao momento de interpretar os dados e redigir o relatório de pesquisa. Por meio da redação, a análise vai tomar forma e construir coerência. As narrações das observações e a análise das entrevistas são associadas. E nesta tarefa de interpretação dos dados, importa relacionar “as posições objetivas dos pesquisados, suas práticas”, observáveis, e “seus pontos de vista subjetivos”, manifestados nas entrevistas. Assim como merecem atenção as palavras utilizadas, o sentido, a maneira, o tom com que foram faladas, os silêncios, não ditos e mal-entendidos (BEAUD; WEBER, 2014, p. 172).

Em resumo, o produto da pesquisa será justamente a interpretação sobre as práticas informacionais relacionadas ao saber e ao fazer das erveiras do Ver-o-Peso, com base no que elas significam de acordo com os dados levantados em campo somados ao referencial teórico.

Uma vez tratadas as três grandes etapas estabelecidas para esta pesquisa, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e a análise dos dados, importa agora apresentar o local onde foi realizada e as trabalhadoras escolhidas como informantes.

#### 4.4 O Ver-o-Peso como *lócus* de pesquisa

Por se tratar de uma pesquisa que tem como *lócus* o Ver-o-Peso, cabe iniciar pela reconstituição da história deste mercado público. Tendo isto em vista, recorre-se às pesquisas anteriormente realizadas sobre o local onde são encontradas as participantes deste trabalho, buscando reconstruir sua trajetória histórica, econômica e social na cidade de Belém, a capital do estado do Pará.

Tido como ícone e principal ponto turístico da cidade, o mercado do Ver-o-Peso se constitui em um ambiente comercial, no qual uma infinidade de negociações são realizadas cotidianamente (LEITÃO, 2010). Conforme reporta Menezes (1959), foi instituído no século XVII, em data imprecisa, como a Casa de Ver o Peso, tendo sua renda destinada à Coroa Real.

De forma que, em suas origens, caracterizou-se por ser um entreposto comercial e posto de arrecadação fiscal, surgido em meio à movimentação e comercialização de produtos diversos, tantos vindos do interior para o mercado local e internacional, quanto oriundos da Europa para o comércio interno e regional. Foi implantado na confluência dos dois primeiros bairros de Belém, a Cidade Velha e a Campina, precisamente na Doca de Embarcações, onde “[...] eram pesadas as mercadorias embarcadas, taxadas pelo peso, e os impostos recolhidos para a Câmara de Belém” (LIMA, 2008, p. 37). A partir da sua extinção como ponto fiscal, passou a centro de abastecimento de Belém e ponto turístico.

E esse papel de principal centro de abastecimento da capital paraense, manteve-se até meados do século XX (CAMPELO, 2010). Na atualidade, a feira do Ver-o-Peso é de grande importância para o abastecimento da cidade de Belém e de municípios e localidades vizinhas, seja atuando de forma direta (consumidor final) ou indireta (outros feirantes) (LEITÃO, 2010). Ainda que tenha que lidar com a concorrência de supermercados e atacadistas (CAMPELO, 2010).

Como ponto turístico, o complexo do Ver-o-Peso:

[...] constitui-se de um importante patrimônio, situado no centro histórico de Belém, tornando-se um lugar especial não apenas do ponto de vista do patrimônio material expresso em sua arquitetura, mas especialmente por **guardar as experiências culturais tradicionais do mundo amazônico** (LEITÃO; RODRIGUES, 2011, p. 4-5, grifo nosso).

Nesse sentido, ao se reportar às experiências tradicionais relacionadas ao Ver-o-Peso, não há como não pensar nas erveiras que ali se encontram, tidas como fontes de informação pessoais sobre o assunto. O setor de ervas é de fato um dos que mais retém a atenção dos consumidores que passam pelo Ver-o-Peso. Esse espaço é constantemente visitado, principalmente por turistas que se deslocam para Belém do Pará e que não deixam de passar nesse cartão postal da cidade.

Com funcionamento diário, o Ver-o-Peso possui diversos horários e feiras. Leitão (2010, p. 26) fala em “temporalidades”, que variam no decorrer de um dia e nas diferentes épocas do ano, refletindo na realização das atividades e nos “rearranjos” na organização do espaço. A autora também observa a temporalidade na vida do trabalhador, que não raras vezes se consolida profissionalmente neste espaço. No que concerne a perspectiva espacial, Campelo (2010, p. 47) concorda que “há várias feiras no Ver-o-Peso”. Nesse sentido, os seus frequentadores mais assíduos conhecem os horários, as épocas e os espaços mais apropriados dependendo da finalidade que o procuram.

Assim, a maré, as safras e diferentes estações do ano também exercem influência sobre horários e espaços na feira. Conforme demonstra Leitão (2010, p. 28-29):

há nítida distinção dos espaços, diferentes feiras e mercados: a Feira do Açai; a parte das frutas com comércio mais atacadista; a *Pedra* – área de desembarque de pescado; o Mercado de Peixe; o de Carnes; o das Ervas, que está na feira do Ver-o-Peso propriamente, com a parte mais varejista.

Partindo desta perspectiva e considerando a área de feira propriamente, com comercialização mais varejista, tem-se “uma dinâmica de ocupação dos lugares por produtos indo do mais perecível ao mais durável” (LEITÃO, 2010, p. 29). Conforme Campelo (2010, p. 50), “[...] é possível perceber como a sua aparência vai se modificando conforme os produtos que vende: uns ditos mais tradicionais, outros mais comerciais. Os feirantes possuem características e peculiaridades também [...]”. Nesse entremeio, “as barracas de ervas medicinais podem formar um conjunto à parte, com dinâmica e organização próprias” (LEITÃO, 2010, p. 30).

De acordo com o Decreto Municipal nº 39326, de 10 de outubro de 2001, que regulamenta o uso do Complexo Ver-o-Peso, o horário de funcionamento do setor de ervas medicinais compreende o período de 6h às 17h, e os feirantes,

denominados na normativa como permissionários, devem estar cadastrados junto a Secretaria de Economia (SECON), cada um podendo ocupar até o máximo de três equipamentos de comercialização, contados aqueles destinados a esposa, aos filhos e a parentes até o 2º grau. Podem também possuir ajudantes, chamados prepostos (BELÉM, 2001).

Esse espaço na cidade de Belém, destinado à comercialização dos mais diversos itens, já passou por algumas transformações. Em descrições feitas por Penteado (1968), consta a existência de três mercados na área do Ver-o-Peso: o Mercado Municipal, o Mercado de Ferro e o Mercado da Praia. Este último estava:

[...] situado ao ar livre, na faixa de cais limitada pelas águas da baía do Guajará e pelos edifícios do Mercado de Ferro, da Recebedoria e do Frigorífico, era um espaço urbano ocupado permanentemente por uma feira, na qual as mercadorias, na mais completa desordem, se espalhavam pelo chão: cestas de fibras vegetais, louças e panelas ordinárias, paneiros de carvão, paneiros de farinha de mandioca, cachos de banana, vasos e potes de cerâmica; em tabuleiros toscos e improvisados, viam-se algumas verduras e legumes, utensílios de uso doméstico e **as indefectíveis ervas da Amazônia, usadas como medicamentos ou como perfumes, ou, ainda, para atrair a sorte ou, ao contrário, para afugentar o olhado, arranjar namorado, desfazer intrigas, atrair negócios, etc. etc., tudo de acordo com o gosto das pessoas, revelando um aspecto muito particular da alma da gente simples que habita a Amazônia** (PENTEADO, 1968, p. 246-247, grifo nosso).

Se, em 1948, Penteado (1968) caracterizou o mercado como desordenado, com as mercadorias expostas no chão e, dentre elas, as ervas da Amazônia. Já em 1965, o mercado estava transformado, nitidamente organizado. De acordo com as observações de Lima (2008), foi nesse período em que se introduziram as primeiras barracas na feira. Para a autora, o Mercado da Praia se trata de uma feira embrionária do Ver-o-Peso atual, e conforme Penteado (1968, p. 247, grifo nosso):

[...] é mais uma Feira do que um Mercado; as barracas são fixas, tôdas de metal, uniformes, distribuídas em setores (das frutas, de latarias e conservas, do feijão e da farinha, etc.). [...] Só o que não se alterou foi a variedade de artigos que são oferecidos à venda; nem faltam também os vidros de água-de-cheiro e **as ervas da Amazônia, indicadas para os mais variados fins** [...].

Pode-se inferir, com isso, que o espaço destinado à venda de ervas no Ver-o-Peso teve a sua origem no Mercado da Praia. Pois, como foi possível constatar na literatura, o comércio de ervas medicinais já existia nesta época. Penteado (1968) lista como típicos produtos comercializados no Mercado da Praia:

as águas, as ervas e raízes cheirosas, os sabonetes e defumadores constituem elementos obrigatórios no comércio deste mercado. Há, para todos os gostos, miçangas, olhos-de-bôto, banho desatrapalha, sabonete para finalidades curativas ou para encantar pessoas do sexo oposto ao do possível comprador, para fazer ou desfazer negócios, para arranjar casamento, etc. algumas barracas são famosas pela qualidade dos produtos vendidos; situadas próximas às docas do Ver-O-Pêso, possuem freguesia garantida (PENTEADO, 1968, p. 252).

Esses dados podem ser evidenciados na Fotografia 1, em que Penteado (1968) registra em preto e branco uma vista do Mercado da Praia, com destaque para a “Banca da Cherosa”, tal como mostra a placa.

Fotografia 1 – Vista do Mercado da Praia com destaque para a “Banca da Cherosa”.



Fonte: Penteado (1968, p. 253).

A imagem em primeiro plano da Banca da Cherosa evidencia a tradição do ofício nessa feira. E ao se visitar o setor de ervas na atualidade e encontrar as descendentes da erveira é de se pensar na transmissão dos conhecimentos tradicionais detidos por elas ao longo das gerações. Um tipo de conhecimento construído pelo acúmulo de informações sobre os tipos e as aplicações dos produtos que comercializam, sejam estas ervas, raízes ou cascas, sobre os quais se acredita obter benefícios para doenças físicas, emocionais e espirituais herdada desde tempos Pré-coloniais e Coloniais, quer de influência indígena ou africana.

Figueiredo (1979) refere a existência de uma vasta bibliografia que registra a utilização de produtos da flora, da fauna e de natureza mineral pela medicina popular. Na região amazônica, pode-se encontrar referências desde a época colonial, nas notas dos cronistas, e no decorrer do tempo, com os registros dos naturalistas, até a atualidade, nas produções científicas. Segundo o autor:

a utilização das plantas como instrumento de cura por segmentos da sociedade belemense, está diluída no tempo e no espaço, como a resultante – e tudo nos leva a estendê-la à própria subcultura amazônica – da integração de elementos culturais de que eram portadores os que participaram do processo de colonização da região (FIGUEIREDO, 1979, p. 4-5).

É nesse processo de acúmulo e de transmissão de informações sobre esses produtos que as informantes desta pesquisa podem ser pensadas como fontes de informações pessoais sobre as ervas medicinais na Amazônia.

E em que pese a existência de estudos anteriores sobre o Ver-o-Peso, o tema ainda tem muito a revelar, mencionado por Leitão (2010) como de uma riqueza de possibilidades de investigação. Pois, como evidencia Mott (2000), tanto o mercado quanto a feira local funcionam como uma espécie de vitrine, entre outras coisas, da população, da cidade, e da região na qual se encontra, e, do ponto de vista dos estudos acadêmicos, as feiras se constituem sempre um campo de possibilidades de investigação sob diferentes abordagens e interpretações. Razão pela qual foi proposta uma investigação pela abordagem da CI junto a esse Programa de Pós-Graduação da UFPA.

## 5 AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS RELACIONADAS AO SABER E AO FAZER DAS ERVEIRAS DO VER-O-PESO

Conforme já foi mencionado, esta seção se dedica a apresentação e análise dos dados levantados em campo que somados ao referencial teórico adotado constituíram a base para a interpretação sobre as práticas informacionais relacionadas ao saber e ao fazer das erveiras do Ver-o-Peso.

A partir da escuta atenta das entrevistas e dos apontamentos encontrados na literatura foram estabelecidas 11 categorias de análise. Para melhor abordá-las, cada categoria possui subdivisões. Conforme se pode observar, trata-se de tópicos que de certa forma se misturam e se complementam e juntos podem fornecer uma visão mais ampla sobre o objeto de estudo.

O Quadro 1 relaciona as categorias estabelecidas com suas respectivas subdivisões e, quando possível, fazendo menção ao referencial adotado. Em resumo, a categoria Perfil das erveiras traz a relação das participantes da pesquisa, caracterizando-as quanto à idade, escolaridade, religião, tempo de trabalho no Ver-o-Peso e ao local de nascimento, tendo como principal base os dados coletados em campo, mas encontrando referência em Dantas e Ferreira (2013) e Garcia e Navegantes-Alves (2018).

Na categoria Aquisição do saber e das barracas são observados aspectos como a forma de aprendizagem e o início do ofício de erveira, além das relações de parentesco que permeiam o setor de ervas, relacionados à transferência de patrimônio na feira do Ver-o-Peso tratada por Santos e Leitão (2014), que foram complementadas na perspectiva de Belém (2001), Campelo (2010), Costa e Cordovil (2017), Dantas e Ferreira (2013, 2017) e Pantoja (2004).

A categoria Temporalidades e organização do espaço é abordada em seguida, fazendo menção à disposição das barracas no setor de ervas e as temporalidades observadas no decorrer de um dia e em diferentes épocas do ano, pautadas principalmente no estudo de Leitão (2010) e complementando com Belém (2001), Campelo (2010), Costa e Cordovil (2017), Dantas e Ferreira (2013, 2017), Moraes (1989), Moreira (2007) e Penteado (1968).

Na categoria Transferência de informações se investigou se as erveiras estão repassando as informações que possuem sobre o trato com as ervas por meio da identificação de acompanhantes na atividade diária ou a troca de informações com



as colegas, ou ainda, se transmitem as informações a alguém, quem seria e de que forma. Destacaram-se nesse sentido os próprios fregueses para os quais se encontrou referência em Gomes (2015).

Novas descobertas, a forma como as informações são armazenadas e se essas informações são consideradas sigilosas pelas erveiras constituíram os tópicos tratados na categoria Organização do conhecimento, na qual se relacionou aos trabalhos de Carvalho (2016), Gomes (2015) e Lima (2008).

A variedade, os produtos mais procurados, suas origens e se são adquiridos diretamente do produtor, além da questão que envolve o cultivo doméstico, são pontos abordados na categoria Produtos, que remete aos estudos de Dantas e Ferreira (2013), Garcia e Navegantes-Alves (2018), Gomes (2015) e Lima (2008). Em seguida, na categoria Vendas, perguntou-se se as erveiras consideram-nas boas, se garantem o sustento familiar e as melhores épocas do ano para a comercialização, foram referidos os estudos de Dantas e Ferreira (2017), Figueiredo (1979) e Lima (2008).

Com relação à categoria Freguesia, buscou-se saber o público que a compõe, identificando aspectos como predominâncias de gênero, entre locais e turistas e passantes ou fixos, além de possíveis mudanças no comportamento dos consumidores do local, fazendo menção aos trabalhos de Gomes (2015) e Lima (2008).

No que se refere à categoria Ameaças, foram abordados os fatores esquecimento, incerteza quanto à continuidade do ofício, desmandos públicos e apropriação indevida com base em Costa e Cordovil (2017), Dantas e Ferreira (2013), Lima (2008), Lopes, Lima e Almeida (2010) e Soares (2010). E na categoria Representatividade o foco se deu sobre a Associação Ver-as-Ervas citando a notícia veiculada sobre a inauguração da sua sede (ASSOCIAÇÃO..., 2008), que junto com Carvalho (2016), Costa e Cordovil (2017) e Lima (2008) embasaram a discussão sobre o aspecto organizativo do setor.

Por fim, a categoria Demandas para o Poder Público traz os principais pontos relatados pelas erveiras, a saber: limpeza, segurança e situação das barracas, que já tinham sido alvo de análise por Campelo (2010), Leitão (2010) e Lima (2008).

Quadro 1 – Categorias, subcategorias e referencial adotados na pesquisa.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Referencial</b>
Perfil das erveiras	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Idade</li> <li>• Escolaridade</li> <li>• Religião</li> <li>• Tempo de trabalho no Ver-o-Peso</li> <li>• Local de nascimento</li> </ul>	Dantas e Ferreira (2013), Garcia e Navegantes-Alves (2018) e Lima (2008).
Aquisição do saber e das barracas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com quem aprendeu</li> <li>• Como começou a trabalhar</li> <li>• Parentes com o mesmo conhecimento</li> <li>• Relações de parentesco</li> </ul>	Belém (2001), Campelo (2010), Costa e Cordovil (2017), Dantas e Ferreira (2013, 2017), Lima (2008), Pantoja (2004) e Santos e Leitão (2014).
Temporalidades e organização do espaço	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disposição das barracas</li> <li>• Decorrer de um dia</li> <li>• Diferentes épocas do ano</li> </ul>	Belém (2001), Campelo (2010), Costa e Cordovil (2017), Dantas e Ferreira (2013, 2017), Leitão (2010), Lima (2008), Moraes (1989), Moreira (2007) e Penteado (1968).
Transferência de informações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem filhos</li> <li>• Ajudantes</li> <li>• Trabalha sozinha</li> <li>• Outras erveiras</li> </ul>	Gomes (2015)
Organização do conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inovações</li> <li>• Registro</li> <li>• Sigilo</li> </ul>	Carvalho (2016), Gomes (2015) e Lima (2008).
Produtos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais são vendidos</li> <li>• Quais têm mais saída</li> <li>• De que locais vem</li> <li>• Cultiva em casa</li> <li>• Compra direto do produtor</li> </ul>	Dantas e Ferreira (2013), Garcia e Navegantes-Alves (2018), Gomes (2015) e Lima (2008).
Vendas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• São boas</li> <li>• Garantem o sustento da família</li> </ul>	Dantas e Ferreira (2017), Figueiredo (1979) e Lima (2008).

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhor período</li> </ul>	
Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Homens ou mulheres</li> <li>• Turistas ou locais</li> <li>• Fixos ou passantes</li> </ul>	Gomes (2015) e Lima (2008).
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esquecimento</li> <li>• Continuidade do ofício</li> <li>• Desmandos públicos</li> <li>• Apropriação indevida</li> </ul>	Costa e Cordovil (2017), Dantas e Ferreira (2013), Lima (2008), Lopes, Lima e Almeida (2010) e Soares (2010).
Representatividade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ver-as-Ervas</li> </ul>	Associação... (2008), Carvalho (2016), Costa e Cordovil (2017) e Lima (2008).
Demandas para o Poder Público	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limpeza</li> <li>• Segurança</li> <li>• Situação das barracas</li> </ul>	Campelo (2010), Leitão (2010) e Lima (2008).

Fonte: Dados da pesquisa.

### 5.1 Perfil das erveiras

A relação das erveiras que serviram de informantes neste trabalho pode ser vista no Quadro 2, em que são caracterizadas quanto à idade, escolaridade, religião, tempo de trabalho no Ver-o-Peso e ao local de procedência. Um exercício deste tipo já havia sido realizado pela autora em outra oportunidade em que contactou 16 feirantes, neste mesmo setor, como se pode constatar em Dantas e Ferreira (2013). Optou-se por não identificá-las pelos seus nomes e ao invés disso utilizar a denominação erveira ou erveiro e a ordem de entrevista.

Quadro 2 – Identificação, idade, escolaridade, religião, tempo de trabalho no Ver-o-Peso e local de nascimento das erveiras.

Identificação	Idade	Escolaridade	Religião	Tempo de trabalho no Ver-o-Peso	Local de nascimento
Erveira 1	68 anos	8ª série Cursos de enfermagem e de parteira leiga	Católica	40 anos	Fortaleza
Erveiro 2	56 anos	Ens. Médio completo	Evangélica (CEIA)	32 anos	Belém
Erveira 3	60 anos	2ª série	Católica	51 anos	Belém
Erveira 4	46 anos	Ens. Médio completo	Evangélica (Assembleia de Deus)	1 ano e meio	Ceará
Erveiro 5	31 anos	Ens. Médio completo	Católica	13 anos	Belém
Erveira 6	52 anos	2ª série	Católica (dizimista da Universal)	37 anos	Igarapé Miri
Erveira 7	32 anos	Ens. Médio completo	Católica	13 anos	Belém
Erveira 8	52 anos	Ens. Médio completo	Católica	30 anos	Belém
Erveira 9	50 anos	2ª série	Católica	31 anos	São Francisco do Pará
Erveira 10	46 anos	Ens. Médio completo	Evangélica (Assembleia de Deus)	15 anos	Maranhão
Erveira 11	50 anos	Ens. Médio completo	Católica	31 anos	Belém
Erveira 12	61 anos	4ª série	Católica	30 anos	Belém
Erveira 13	53 anos	4ª série	Evangélica (CEIA)	40 anos	Belém
Erveiro 14	58 anos	5ª série	Adventista	30 anos	Belém
Erveira 15	50 anos	4ª série	Evangélica (CEIA)	42 anos	Belém
Erveira 16	68 anos	8ª série	Católica (frequentadora Umbanda)	52 anos	Belém
Erveiro 17	38 anos	Ens. Médio completo	Evangélico (Quadrangular)	26 anos	Belém
Erveiro 18	69 anos	8ª série	Espírita	44 anos	Belém

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme se pode constatar no Quadro 2, foram entrevistadas 18 erveiras com idades entre 31 e 69 anos, predominando aquelas na faixa etária dos 50 que representa 44,4 % do total de informantes, seguidas das que estão na faixa dos 60 anos (27,7%), dos 30 anos (16,6%) e dos 40 anos (11,1%). Apesar de ser recorrente

a afirmação de que o ofício se inicia quando criança, ao ajudar os pais, no período das entrevistas não se observou nenhuma criança ou adolescente no setor de ervas.

Outro aspecto a se pontuar é a representatividade feminina neste setor. A maioria das barracas é gerida por mulheres, segundo Lima (2008) numa proporção de 50 para 30 barracas, o que também refletiu no recorte de informantes constituído por 13 erveiras (72,2%) e cinco erveiros (27,7%) entrevistados.

No que diz respeito à escolaridade, todas as entrevistadas cursaram a educação básica, mas em diferentes níveis. Do total de informantes, sete possuem o ensino fundamental incompleto, três o ensino fundamental completo e oito o ensino médio completo. A erveira 1, que frequentou a escola até a 8ª série, hoje denominado 9º ano, também possui os cursos de enfermagem e de parteira leiga, que somados a sua experiência de vida lhe dão segurança no modo de agir. Isso se evidencia no trecho abaixo em que relata a sua atuação diante a uma situação de risco.

Cheguei a ir pra escola, fiz curso de enfermagem básica, fiz de parteira leiga e fiz até a 8ª. [Chegou a exercer o ofício de parteira?] Não. Só em emergência dentro de ônibus, na Transamazônica. Em casa, uma vez eu cheguei e tive que aparar uma criança, que iam levar pro médico, mas não deu tempo. E também cheguei em casa e já tinha uma também me chamando na porta, que eu fui lá e cheguei lá e tava com parteira em casa, aí eu ainda discuti com ela, que isso não podia ser, se aquela mulher morresse ela iria ser a culpada. Foi que o pessoal disseram: a sabidona chegou. Aí eu disse: olha, eu não sou sabidona, mas eu tive 16 filhos normais, tenho curso de parteira e de enfermagem. Olha aqui, venha cá, nisso venha cá, peguei na criança de um lado e outro assim [mostrou na minha barriga], aí mostrei a bunda da criança que tava aqui, mas o que tava nascendo era o ombro. Chamei o pai da criança, segurei a cabeça da criança e dei pra ele segurar e disse que o que tava nascendo era o ombro e que aquela mulher não tinha condições de ter o filho normal, que ele fosse correndo chamar um carro pra levar a mulher pro hospital. Aí ele foi, levou a mulher pro hospital, operaram. Cinco horas da manhã a mãe dela bateu na minha porta, eu já estava acordada. Aí ela disse: graças à Deus você salvou minha filha e meu neto, a criança estava do jeito que a senhora falou. Aí eu disse: eu não lhe dei pra senhora pegar e pro seu genro também? Foi assim já que aconteceu comigo. [Onde fez o curso de parteira?] Eu fiz no SESI, em Altamira.

Essa variação nos níveis de escolaridade das trabalhadoras do setor de ervas do Ver-o-Peso reflete a situação da feira como um todo. Na qual, pode-se encontrar feirantes desde os que não frequentaram os estabelecimentos de ensino formal até aqueles que possuem o ensino superior completo, e isto pode ser constatado em Lima (2008). O erveiro 2, que possui o ensino médio completo, refere a importância

de se manter informado e que, na sua opinião, para o trabalho informal, o estudo que possui tem lhe atendido. Conforme mencionou o erveiro:

eu tenho o segundo grau completo, o ensino médio completo, né, não é muita coisa, mas já serve pra gente poder assim conversar com as pessoas. A pessoa que tem o segundo grau, ela pode evidentemente conversar e debater com qualquer pessoa, basta ela se atualizar, assistir televisão, ler jornais, não é muita coisa assim pra você exercer uma função dentro de uma empresa, mas pra você trabalhar de forma informal, na boa, sem problemas.

Cabe destacar ainda dois pontos abordados pelo erveiro 2: a falsa ideia do feirante enquanto analfabeto e a satisfação das erveiras que conseguiram formar seus filhos em cursos superiores, muitas das vezes, oportunidade propiciada pelo trabalho no setor de ervas.

As pessoas, às vezes, tem uma ideia, uma impressão, às vezes, umas pessoas, muito ruim do feirante. Assim: haa, o feirante é o cara analfabeto e tal. Mentira! Toda regra tem exceção. Nós temos amigos aqui que conseguiram formar seus filhos. Eu tenho um sobrinho que está estudando medicina na Argentina, entendeu. A gente tem colegas aqui que tem filhos que já concluíram a faculdade, são professores, outros, a gente tem amiga aqui que criou os filhos aqui sem marido sem nada e o filho é concursado, lá no interior de São Paulo, formado em administração. E assim sucessivamente. Agora é o que eu digo sempre para as pessoas, a gente, se você não teve uma oportunidade de se formar por alguma outra razão, que você consiga investir nos seus filhos, isso é importante porque o que você pode dar de melhor pro teus filhos é a educação, essa é a verdade.

O aspecto religioso é outro ponto marcado pela diversidade na feira do Ver-o-Peso. Durante as entrevistas, quando perguntadas sobre a religião que frequentavam, sobressaíram-se quatro respostas: católica, evangélica, adventista e espírita. As erveiras que se declararam católicas são a maioria, totalizando 10. Destas, chamaram a atenção duas: a erveira 6, que afirma ser católica, mas é dizimista da Igreja Universal do Reino de Deus, denominação evangélica; e, a erveira 16, que também se declara católica, mas frequenta a Umbanda. A erveira 6 explica sua opção da seguinte forma:

eu sou católica, mas sou dizimista da Universal. [Participa nas duas ou só dizimista?]. Não, é porque eu sou dizimista, acredito muito em Deus, que Deus está em todo lugar e eu escolhi esta igreja porque eu me identifiquei. Você tem que está em um lugar que você se identifique e como dizimista eu escolho lá pra dar.

Entre as evangélicas, três erveiras participam da Comunidade Evangélica Integrada da Amazônia (CEIA), duas são da Assembleia de Deus e uma da Igreja do Evangelho Quadrangular. Cabe informar que as frequentadoras da CEIA são irmãs e uma delas, a erveira 15, se converteu recentemente, conforme ela mesma relata: “olha, eu era católica e faz oito dias que eu aceitei Jesus. [Em qual a senhora está participando agora?]. É a CEIA”. O erveiro 14, irmão das participantes da CEIA, foi o único entrevistado a se declarar adventista e o erveiro 18 se declarou espírita.

A maioria das erveiras trabalha há décadas no setor de ervas do Ver-o-Peso lidando com a comercialização de ervas, cascas e raízes medicinais. O tempo de trabalho mencionado no Quadro 2 corresponde aos anos consecutivos trabalhados na feira, tendo em vista que é comum o relato de que se acompanhava os pais ou ajudavam em casa, separando as ervas, antes de adotarem a atividade como fonte de renda própria. Mas, também existem aquelas com pouco tempo de feira, como é o caso da erveira 4 que trabalha com a irmã há um ano e meio. Segundo ela menciona:

na verdade eu estou aqui através da minha irmã, ela que trabalha aqui direto, há 32 anos, eu estou através dela. [Desde quando a senhora trabalha aqui?] Tem um ano e meio. [Como a senhora começou a trabalhar com ervas?]. Pois é, quando eu vim pra cá ela já trabalhava e ela veio pra cá, na verdade, através da família do marido dela, quase todos da família do marido dela trabalham aqui [...]. [E o que lhe motivou a vir trabalhar aqui?] Não porque, é, eu estava trabalhando aos finais de semanas né, aí ela me convidou pra vim pra cá trabalhar, uma parte da semana aqui e outra parte lá [...] como cabeleireira.

Nota-se que a atividade desenvolvida pela erveira 4 mais se aproxima de uma ajudante na barraca da irmã, e esta sim desempenha a atividade a mais de três décadas. É de se observar ainda que o seu depoimento difere da maioria das erveiras que trabalha no setor de ervas e, nesse sentido, destaca-se o fato de ela possuir outra ocupação que exerce aos finais de semana: a de cabeleireira.

No tempo de permanência no Ver-o-Peso também é possível notar certo desconforto entre as mais antigas no que se refere a presença de novatas trabalhando no espaço. Esta relação entre novatos e antigos também foi observada por Lima (2008), principalmente nos setores que caracterizou como mais tradicionais. Uma das causas apontadas é a preocupação de que, quando mal utilizadas, além de não obter o resultado esperado, as ervas podem causar uma reação indesejada, conforme explica a erveira 1:

os que são venenosos como cabacinha [*Luffa operculata*], como avelós [*Euphorbia tirucalli*], como aquele cachorro-pelado, a gente sempre avisa e se tomar eu não me responsabilizo e se você vai tomar, quem lhe passou aquele chá, tome com cuidado porque olhe como você vai beber, por exemplo o assacu [*Hura crepitans L.*] mata é uma planta super venenosa e bebe-se pra câncer. Eu nunca tomei, eu tomei esse cachorro-pelado, mas foi nove pingos dentro de um litro de água, botei ele na geladeira, essas mineral grande assim, não tem aquelas? Nove pingos ai tomava dois dedinhos de manhã e dois dedinhos a tarde, pra câncer, pra agapilore, é venenoso e cega também se cair no olho e na boca também o leite puro queima parece que tá furando. O banho pra tomar, comigo-ninguém-pode [*Dieffenbachia seguine*], pra ferver bem fervido e não deixar cair no olho porque aquilo é venenoso também, pra tomar o banho né, em cima da pele pode queimar, se criança morder vai inchar muito, vai doer, e se engolir pode tapar a garganta e morrer, não pode, tem muita planta perigosa, precisa-se ter cuidado ao lidar com vegetal.

As erveiras entrevistadas são de origem diferenciada, embora a maioria seja constituída por belenenses. Há aquelas que nasceram em Igarapé Miri e São Francisco do Pará, municípios paraenses, como é o caso das erveiras 6 e 9 e, ainda, nos estados do Ceará e Maranhão, como é o caso das erveiras 1, 4 e 10. Mas seja como for, oriundas da zona urbana ou não, os conhecimentos transmitidos através das gerações vêm do rural, conforme destacaram Garcia e Navegantes-Alves (2018).

## 5.2 Aquisição do saber e das barracas

No que diz respeito a forma como as erveiras adquiriram o conhecimento sobre ervas, cascas e raízes medicinais, são duas, de acordo como relataram: (a) com os pais, repassado de geração a geração as informações acumuladas sobre os tipos e as aplicações dos produtos da medicina popular, ajudando-os no desenvolvimento das atividades; (b) ou com as próprias pessoas que já trabalhavam com as ervas, cascas e raízes nesse mercado, começando como ajudantes nas barracas, confirmando o que já foi relatado por Dantas e Ferreira (2017). Isso permite inferir que a socialização das pessoas entrevistadas com outros sujeitos detentores de conhecimentos tradicionais foi determinante na aquisição das informações que possuem sobre os produtos que comercializam.

As erveiras 15 e 16 representam bem o primeiro exemplo, pois adquiriram o conhecimento ajudando as mães. Hoje, elas trabalham diariamente com a venda de ervas, cascas e raízes medicinais, acompanhadas pelos filhos no Ver-o-Peso, e explicam:



eu trabalho [no Ver-o-Peso] desde a idade de oito anos. Eu vim pra cá através da minha mãe [...]. Aprendi com a minha mãe, tudo o que eu sei foi com ela, que eu aprendi [...]. Eu vinha acompanhando ela, com o passar do tempo foi que eu consegui a minha barraca e sempre trabalhando ao lado dela. Ai, depois da morte dela, meus irmãos me deram a barraca, passaram pro meu nome e eu, meu filho que trabalha comigo (Erveira 15).

Eu era criança quando a minha mãe me trouxe pra cá porque, na verdade, aqui no meu trabalho é a quinta geração, era da minha avó, passou pra minha mãe, da minha mãe passou pra mim e eu já estou passando pra filhos e netos, é a quinta geração. Tá com mais ou menos 52 anos que eu estou aqui (Erveira 16).

Percebe-se que ao ajudar as mães, como outros e outras, elas assimilavam as informações sobre as ervas, cascas e raízes medicinais, construindo o conhecimento que as levaram a ser donas de suas próprias barracas, o que mostra a importância do aprendizado intergeracional na formação das erveiras (DANTAS; FERREIRA, 2013).

Nota-se também que essa transferência de saber e barracas no setor de ervas não se dá por acaso. Por exemplo, numa família constituída por mais de um filho, pode(m) existir aquele(s) com maior aptidão ao ofício. Essa questão pode ser observada nos depoimentos das erveiras 6 e 15:

[tenho] duas meninas e um rapaz. Só a S. que é do ramo de ervas. Os dois não sabem nada, foram criados com isso aqui, mas não gostam da feira, não conhecem erva nenhuma, não sabe pra que serve nem sequer amarrar os macinhos eles não sabem, não se identificaram. Agora a outra, caçula, não, ela já é povão, é Ver-o-Peso mesmo, que é a S. [...] Hoje a minha filha S., ela se identifica também, tem amor naquilo que faz, porque você tem que ter amor, naquilo que faz né, hoje a minha filha, é só uma filha, que é a caçula que se identifica, do mesmo jeito que eu sou, ela ama isso aqui. Ela disse pra mim: mamãe se eu pudesse eu comprava essa loja bem aqui pra eu morar aqui no Ver-o-Peso. Ela se identifica muito aqui. Então, já vai assim de pai pra filho, por esse motivo. Hoje, depois da S., eu tenho uma neta, que é dessa filha que não sabe nada do Ver-o-Peso, pelo que eu observei vai ser, ficar no lugar da S., ela já vem aos domingos, ela tem 11 anos, ela se senta aqui, ai ela bota um avental que é meu, ai ela senta e não tem vergonha: diga meus queridos, diga meu bem, temos copaíba [*Copaifera langsdorffii*], andiroba [*Carapa guianensis*], é, tudo ela oferece. E esse domingo ela veio né, foi o centro da atenção ela aqui, ai todo mundo se engraça né [...] Quer dizer que futuramente já está pegando gosto, ela se identifica aqui, a piquichita, já a neta. Quer dizer, eu digo, olha mais uma que vai disputar com a S. aqui [risos] (Erveira 6).

Eu já tenho gente pra ficar no meu lugar [pode dizer quem é?] É a K. Vai ficar no meu lugar, vai. É a K. que vai ficar, vai, vai. Vai porque a outra mais velha, até pra vim aqui ela é difícil, é hoje que ela veio aqui porque a bom eu pedir. Porque ela trabalha tem a casa dela tudo. Mas, pra gente fazer o material em casa, as mercadorias, ela só entra quando eu peço, entendeu. Se a K. passar pra casa dela e eu tiver fazendo alguma mercadoria, ela vai na casa dela, volta e vem me ajudar a fazer e a outra ela só vem se eu

chamar, entendeu. Então eu sei que ela não é a pessoa certa pra ficar aqui, não, não é. Eu sei que a K. que vai ser a cabeça de tudo (Erveira 15).

Isso mostra que para exercer o ofício não basta ser descendente de erva, há necessidade de uma afeição pela atividade. Normalmente, essa percepção de possíveis sucessoras é feita no dia a dia, por meio da observação, como fazem as ervas 6 e 15. Cabe mencionar que S. foi uma das ervas entrevistadas quando se esteve coletando dados em 2012. Naquela altura, com 25 anos, explicou que passou a vir para o Ver-o-Peso tirando as folgas da mãe e, assim, teve início o seu trabalho diário com as ervas. Atualmente, está ausente no setor de ervas pelo fato de ter acabado de dar luz ao seu primeiro filho.

Aliás, sobre a questão envolvendo a aquisição do saber familiar e das barracas, cabe mencionar o estudo de Santos e Leitão (2014) em que tratam da transmissão de patrimônio no Ver-o-Peso. As autoras abordam especificamente o setor de farinha, mas na maioria dos casos as referências também podem ser aplicadas ao setor de ervas. Por exemplo, no que diz respeito às diferentes formas de se conseguir uma barraca: compra, doação, aluguel e herança. Sendo a forma predominante, mais tradicional, a transmissão de geração em geração na família, em conformidade a legislação; e a outra considerada prática, em que a passagem da barraca leva em consideração as relações de amizade.

Lima (2008) também relatou a tradição familiar no trabalho no Ver-o-Peso, sendo saberes, barracas e experiências transmitidas de geração em geração. A esse respeito comentou a Erveira 12: “eu tenho 30 anos de trabalho, quase 30 anos, porque realmente eu quase me criei aqui no Ver-o-Peso né, porque aqui é, são heranças né, de pai pro filho, quer dizer que meu pai faleceu ai deixou a herança dele aqui né pra gente trabalhar [...] trabalha eu e meu filho”.

A propósito, a Erveira 7 pode ser citada como exemplo de quem adquiriu sua barraca por outro meio que não a transmissão familiar, conforme relata: “eu já vou fazer 13 anos aqui, direto. [A barraca é sua?] Eu adquiri ela, eu ganhei ela de uma pessoa que eu ajudei ai trabalhando e essa pessoa me deu ela”. Nota-se que a erva iniciou o ofício como ajudante e por meio de uma doação adquiriu a sua própria barraca. Contudo, observa-se também que o conhecimento sobre o trato com as ervas permeia a sua família, como a maioria dos feirantes desse setor. Ela explica:

porque a minha mãe ela criou a gente daqui das ervas, trabalhando aqui e antes dela falecer ela deixou a barraca lá pras minhas irmãs, entendeu. Ai, então, eu vim pra cá pro Ver-o-Peso também, me virar pra criar meus filhos, assim como ela criou nós, ai é de geração pra geração né. [Quem era a pessoa que você ajudava?] Era o seu C., só que no momento, parece que ele já foi embora, é o horário.

Pontua-se que C., citado como o doador da barraca, foi um dos erveiros entrevistados anteriormente pela pesquisadora. Naquela altura, tinha 59 anos e trabalhava no setor de ervas desde os seus 26 anos de idade. Nascido em Belém, iniciou sua atividade numa loja localizada no bairro da Pedreira, aprendeu com o pai, vigiense, que era médium e pai de santo, posteriormente, C. comprou barraca no Ver-o-Peso.

Outro exemplo envolvendo a forma de transmissão de saberes e das barracas é o da Erveira 10, que iniciou a atividade por meio da sogra, ajudando-a. Segundo informa: “a minha sogra que me trouxe pra cá e me deu esta banca [...]. Aprendi com ela, ela me ensinava, eu não sabia nada, ai eu via as pessoas vendendo, perguntando pra que queria, pra que servia, ai eu fui, mas ela me ensinou muito”. Logo, se vê, que esposos, sogras, irmãos também possuem papel importante nesse quesito, visto que ao trazer um familiar para auxiliá-los acabam por os iniciarem no ofício.

Ainda sobre a posse das barracas, fazendo referência ao Decreto Municipal nº 39326 de 10 de outubro de 2001, que regulamenta o uso do Complexo Ver-o-Peso (BELÉM, 2001), a Erveira 1 ao se referir a uma das colegas de trabalho ressalta que são apenas permissionários, quer dizer, oficialmente os trabalhadores não são donos de suas barracas, apenas tem a permissão para exercerem suas atividades mediante cadastramento. Conforme relata:

[...] porque quando eu vinha vender ervas com a minha mãe, ela ainda não vinha vender [...] ela não tinha nem banca [com o passar do tempo] conseguiu, alugou uma banca, ai quando veio o pessoal ela deu o nome dela e ficou com a banca, quem alugou perdeu, se eu alugo a minha eu perco, é assim, se tem uma banca que você aluga, você não precisa, quem tá lá na banca é o dono, porque aqui ninguém é dono de banca, é da Prefeitura, a gente não pode vender, a gente vende, por baixo do pano, a gente não pode vender não é nossa, nós somos permissionários, nós não somos donos.

O depoimento da Erveira 1, além de ilustrar a questão da posse das barracas no Ver-o-Peso, manifesta o clima de competição entre as erveiras. Neste trecho, os nomes citados foram suprimidos intencionalmente a fim de evitar maiores atritos.

As relações de parentesco no setor de ervas também são evidentes e ao conversar com as erveiras é comum a afirmação de que neste setor é muito família. O Erveiro 14, quando perguntado sobre a existência de parentes exercendo o mesmo ofício, informa que possui quatro irmãos trabalhando no local, a Erveira 13, S., o Erveiro 2 e a Erveira 15, além de dois sobrinhos K. e K. Destes, três foram entrevistados. Se levar-se em consideração que estes erveiros são tios e primos de S., que trabalha com a mãe (Erveira 6), irmã de C. que possui três filhos e mais algumas irmãs com barracas no Ver-o-Peso, vê-se que se trata de uma teia familiar. É com base em constatações como esta que Campelo (2010) chega a afirmar que o setor é dominado por duas famílias de mulheres. Costa e Cordovil (2017, p. 48) mencionam a existência de “uma extensa rede de parentesco” naquele espaço.

A Erveira 13 informa que trabalha no setor de ervas do Ver-o-Peso há 40 anos. No mesmo local também trabalham suas irmãs e seus irmãos, além de seus sobrinhos, conforme já foi mencionado. Ela recorda que os seus filhos já a acompanharam nos trabalhos na feira. Atualmente, outra familiar a auxilia no setor de ervas. Trata-se da sobrinha K., filha da Erveira 15. Segundo informa a Erveira 13:

eu trabalho aqui há mais ou menos uns 40 anos. Aqui trabalha eu, trabalha as minhas irmãs, meus irmãos, minhas sobrinhas, meu filho mais velho já trabalhou aqui, o mais novo trabalhou aqui [...] meus filhos também trabalharam aqui. Hoje, trabalha eu e a minha sobrinha e a minha sobrinha é a K. e ela trabalha aqui, tá terminando já o ensino dela, o ensino médio, se Deus quiser ela será uma biomédica, se Deus quiser, em nome de Jesus.

Assim como relataram os irmãos Erveiro 14 e Erveira 13, nos depoimentos das Erveiras 9 e 11 também ficam demonstradas as relações de parentesco que se estabelecem na feira do Ver-o-Peso (PANTOJA, 2004) e esclarecem:

quase tudo é parente. Parente pra cá, parente pra li, parente pra lá (Erveira 9).

Na verdade a maioria da família do meu ex-marido trabalha aqui, tia dele, irmã, a mãe já trabalhou também só que já faleceu, avô do meu ex-marido, tem tias hoje, e tem irmãs, que trabalham aqui. [Quem são as irmãs?] Tem a S., tem a R.; de tia tem a D., tem a D. Ai vem a outra geração né, tem os filhos da S., as filhas da tia do meu ex-marido, trabalha muita gente da família aqui (Erveira 11).

A propósito, cabe mencionar que o início do ofício de ervaíra tem motivações diferenciadas, mas normalmente está atrelado a uma referência familiar. O que pode ser exemplificado com a trajetória do Erveiro 2, que trabalha no setor há 32 anos e conta que começou quando se viu desempregado nos anos de 1980. Na época, o setor de ervas surgiu como uma oportunidade de geração de renda pelo fato de possuir parentes trabalhando no Ver-o-Peso. Em seu depoimento, é possível observar a dificuldade de adaptação e o papel dos familiares na decisão de se tornar ervaíro:

eu morei em São Paulo quatro anos e meio, quando eu cheguei aqui em 1986, eu tava desempregado e tava muito a fim de ingressar numa faculdade, pra isso eu achava que deveria fazer o cursinho, aí a minha mãe já falecida trabalhava aqui já alguns anos, esse aqui é um setor onde é muito família, é um setor aonde tem família que está na quarta geração, aí a minha mãe por trabalhar aqui surgiu uma oportunidade de trabalhar aqui no setor de ervas. No começo, eu tive muita dificuldade de me adaptar, até porque também eu pensava que isso seria temporário, acabou que o tempo foi passando e eu fui ficando e hoje eu já estou com essa idade e não me vejo mais sendo absorvido por outro setor do mercado, outro setor, emprego etc. Então daqui eu já me vejo aqui dentro, gosto de trabalhar aqui entendeu, então é isso.

No relato do Erveiro 2, diferente do que ocorreu com os seus irmãos entrevistados, o ofício foi construído a partir de uma necessidade emergencial, e não a partir de um aprendizado espontâneo. Assim como o ervaíro, outras ervaíras também tiveram o início da atividade pautada em uma necessidade. A Erveira 6, por exemplo, conta que já possuía o conhecimento sobre o manuseio das ervas. Mas foi a partir de uma necessidade que passou a vender no Ver-o-Peso.

Olha, eu vim pra cá eu tinha 15 anos, ia fazer 16. [Teve uma motivação específica?] A necessidade. Eu casei muito nova, com ordem da justiça, que eu era de menor né. Naquele tempo existia uma lei, mexeu com a moça tinha que casar. Como eu também gostava do rapaz, a gente não tinha condições de casar, do jeito que a minha mãe queria, aí passamos os burros na frente dos bois. Aí casamos, pela uma forma de necessidade, como a minha mãe já era esse negócio de trabalhar como parteira, benzia essas coisas, tinha muito conhecimento com as ervas, fazia banho. Então, a gente foi criado assim. Hoje, eu me identifico muito com coisas naturais, da terra, que nem o xarope, uma gripe eu já curo com, é parece índio. Nesse tempo eu casei né, e não tinha, porque meu marido bebia muito, fiz uma péssima escolha de marido, minha mãe não queria, quando a mãe diz que não quer, não adianta, mas mesmo assim eu passei o pé adiante da mão. O que acontece, eu só não passava fome porque eu era sempre fui virada, desde mocinha. Mesmo o papai sendo delegado ele era muito ruela e a gente passava muita necessidade dentro de casa. O que aguentava a gente era com as benzeção que a mamãe fazia, era pegar uma criança que ela era parteira, um banho pra um, um banho pra outro, e ela dizia eu vou

buscar. Assim a gente foi adquirindo este conhecimento. Quando chegamos aqui na cidade, aqui em Belém aí ficou melhor, eu já sabia que aqui vendia essas ervas, foi no tempo que casei, passava necessidade, aí eu disse vou tirar umas ervas pra levar pra vender, todo mundo vende no Ver-o-Peso, eu vou lá também e com essa venda eu comecei a vender pros donos, pros permissionários das barracas, aí era daqui que eu levava o meu sustento. Depois de algum tempo eu já consegui comprar uma barraca, como eu já tinha o conhecimento de muita coisa, aí eu já fui mais, como é que se diz, ganhando mais conhecimento. Então, o que acontece, eu já fiquei direto né. Como eu já sabia muita coisa, a minha mãe fazendo, vê como era, o que deixava de ser, aí eu já fui pegando mais prática e fui me interessando mais e mais, mais. Hoje chegou um ponto que eu amo aquilo que faço, me orgulho de ser feirante [...].

A história de vida da Erveira 6 é representativa daquelas erveiras que obtiveram o conhecimento por meio dos pais, no caso dela da mãe, de origem do interior do estado do Pará, que ao se deslocarem para a cidade, por uma necessidade de obtenção de renda, passaram a vender ervas para os banqueiros e a partir disso adquiriram suas barracas mediante compra.

Outro exemplo, em outra perspectiva, que pode ser citado é o do Erveiro 5, que iniciou a atividade aos 19 anos de idade. Neste caso, ele possuía outra profissão, lutava boxe, e por uma facilidade, o fato da academia se localizar próximo ao Ver-o-Peso, vinha acompanhar o pai e, assim, se identificou com o ofício. Conforme se observa:

[...] não eu comecei tarde, comecei com 19 anos, eu tinha outra profissão. É porque eu disputava campeonato de boxe profissional né, aí como ficava perto da academia eu peguei e vim pra cá com ele [o pai]. Acabei que eu larguei o boxe e fiquei fixo aqui com ele.

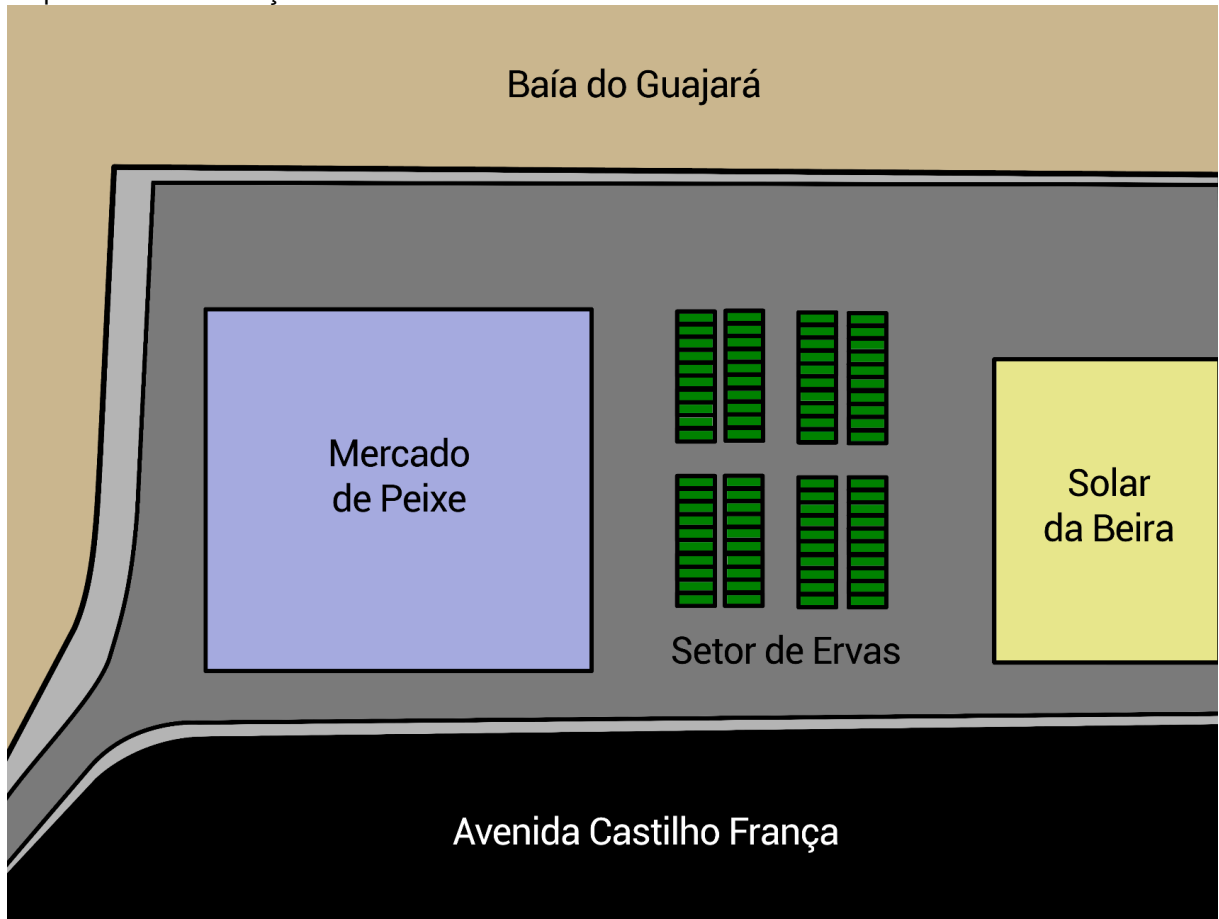
De fato, o que se constata é que ao se transmitir a barraca para uma descendente, não se trata apenas de deixar uma barraca, “mas um conjunto de práticas que englobam o conhecimento do produto, os clientes, o modo de atender, os fornecedores, o sobrenome da família e muitas das vezes o próprio apelido do antigo permissionário da barraca” (SANTOS; LEITÃO, 2014, p. 112).

### **5.3 Temporalidades e organização do espaço**

Conforme já foi pontuado, o setor de ervas medicinais do Ver-o-Peso constitui um conjunto a parte dentro desta feira, com dinâmica e organização próprias (LEITÃO, 2010). Está situado entre o Mercado de Peixe e o Solar da Beira e é

constituído por 80 barracas que ficam entre a Baía do Guajará e a Avenida Castilho França, distribuídas em quatro fileiras, de duas em duas, unidas pelos fundos (LIMA, 2008) e cobertas por uma lona branca. Os Esquemas 2 e 3 ilustram o local.

Esquema 2 – Localização das barracas no Setor de Ervas do Ver-o-Peso.



Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos dados levantados em campo, foi possível ilustrar a forma como essas barracas são ordenadas no setor de ervas e, a partir de conversas informais somadas as informações que constam nas próprias barracas, identificar as pessoas responsáveis por elas (Esquema 3). Nota-se que algumas erveiras possuem mais de uma barraca e fica evidente a predominância feminina no local. A ordem em que as barracas estão dispostas fica clara, na perspectiva de quem está observando de frente o setor, no qual consta a numeração que inicia da esquerda para a direita e sempre no sentido da Avenida para a Baía.

Esquema 3 – Distribuição das barracas no Setor de Ervas do Ver-o-Peso e seus respectivos permissionários.

20 - Miguel	40 - Anderson	60 - Ivone	80 - Dora
19 - Izabel	39 - Tite	59 - Leila	79 - Socorro
18 - Izabel	38 - Jhonata	58 - Junior	78 - Cintia
17 - Hilma	37 - Garcia	57 - Leila	77 - Maria Loura
16 - Edimar	36 - Cleia	56 - Gisele	76 - Cintia
15 - Sueli	35 - Coló	55 - Nega	75 - João
14 - Sueli	34 - Coló	54 - Nega	74 - Rony
13 - Zezinho	33 - Jureminha	53 - Kleber	73 - Sheila
12 - Zezinho	32 - Jureminha	52 - Gizeuda	72 - Dudu
11 - Zezinho	31 - Cheirosinho	51 - Tieta	71 - Dudu
10 - Alexandre	30 - Tati	50 - Marcelo	70 - Edna
9 - Sara	29 - Luis	49 - Tião	69 - Robertina
8 - Sara	28 - Beth	48 - Tião	68 - Naldo
7 - Sara	27 - Beth	47 - Silvana	67 - Naldo
6 - Helena	26 - Joel	46 - Edivaldo	66 - Nazaré
5 - Miraci	25 - Joel	45 - Edivaldo	65 - Heloisa
4 - Miraci	24 - Eliana	44 - Davi	64 - Neia
3 - Miraci	23 - Deuza	43 - Antonio	63 - Loirinha
2 - Vitoca	22 - Edna	42 - Nazaré	62 - Loirinha
1 - José Carlos	21 - Deuza	41 - Patrícia	61 - Mariazinha

Fonte: Dados da pesquisa.

As barracas em que foram concedidas as entrevistas representam 30% do total, com a ressalva de que houve um caso em que duas pessoas que trabalham no mesmo equipamento serviram de informantes além do fato já mencionado de existirem algumas feirantes com mais de uma barraca. Deste modo, as 18 entrevistas realizadas correspondem a 24 barracas no setor de ervas.

De acordo com os relatos obtidos e as descrições de Penteado (1968), nem sempre o espaço destinado à comercialização das ervas foi assim. A Erveira 3 lembra que quando começou a frequentar o Ver-o-Peso com o pai e a avó ainda não



existiam as barracas, os produtos eram dispostos no chão e a parte onde as ervas eram comercializadas não ficava na localização atual. Ela também menciona que naquela altura trabalhavam apenas 15 pessoas e com o tempo outras foram sendo incorporadas até se formar o quantitativo atual, como se observa:

desde a idade de nove anos, comecei vindo com meu pai e a minha avó. Tinham barraca aqui. Eu me lembro, porque a minha vó, vixi, ela morreu com 115 anos e meu pai morreu com 78. Não era barraca não, era no chão, era tudo colocado no chão ali pra trás, era 15 pessoas, ai depois foi aumentando, ficou 80 pessoas. Eu vinha acompanhar e ficava só olhando (Erveira 3).

Outros depoimentos na mesma direção são dados pelas Erveiras 8 e 16 ao recordarem a origem interiorana da família, a aquisição do conhecimento por meio da família materna e a forma como vendiam os produtos no Ver-o-Peso, colocados no chão. Segundo as erveiras:

a minha mãe é de Genipauba e meu pai é de Castanhal. [Já trabalhavam com ervas lá?] Não. A minha mãe por causa de família e meu pai casou com a minha mãe e entrou nesse ramo. O papai aprendeu com a mamãe né e a minha mãe, é, veio desde pequena, de família, no interior. Eles vinham muito pra cá vender, quando não existia barraca eles vendiam no chão, então eles atravessavam de lá pra cá pra vender o produto (Erveira 8).

Eu to aqui, como eu falei, desde criança eu já aprendi com elas [mãe e avó]. Elas moravam no interior e elas vinham do interior no barco, iam trazendo as plantas que tinha pra lá pro interior, aí na época não tinha nada organizado, tinha que colocar no chão, ai elas colocavam uma sarrapilha no chão e arrumava as plantinhas em cima, conforme o cliente ia chegando, o freguês ia perguntando, elas faziam encomendas pras elas do interior, perguntavam se tinha as plantas que eles queriam. Ai elas: “não, tem meu filho, venha buscar amanhã”. Ai, nisso foi foi, na época eram três vendedoras de ervas medicinais, hoje nós somos 80. [Começou com essas três?] As três, elas que iniciaram isto aqui, a minha avó, a minha mãe e mais uma colega delas de trabalho. [Qual era o interior?] Genipauba. Na verdade essas ervas todas vem do interior de Belém: Abaetetuba, Barcarena, Boa Vista, Genipauba foi como tudo começou né. Elas trazendo as plantinhas de lá de Genipauba (Erveira 16).

O relato da Erveira 16 condiz com a Fotografia 1, de Penteadó (1968), e somado ao que disse a Erveira 8 levam a refletir sobre como se constituiu esse espaço destinado à venda de ervas no Ver-o-Peso com tamanha representatividade local e nacional. Pois, como observado por Dantas e Ferreira (2017), tratar-se de um local onde se concentra e trabalha a maior quantidade de vendedoras de ervas medicinais do município.

Esse espaço social e historicamente constituído consiste numa referência em que belenenses e turistas podem ter acesso não só a esses produtos como, também, aos conhecimentos daquelas que os comercializam, ainda que existam outros pontos de venda de plantas medicinais em Belém de menor visibilidade social, como indicaram Costa e Cordovil (2017) e Dantas e Ferreira (2013), no mercado do bairro da Pedreira, do Guamá, do Marco, do Bengui, da Sacramento, do Telégrafo, do Jurunas, de São Brás, entre outros.

Nesse sentido, as erveiras podem ser vistas como fontes de informação; pois, são pessoas detentoras de conhecimentos tradicionais referentes ao uso de ervas, cascas e raízes medicinais, e que geram renda a partir desse saber, estruturado por um repertório significativo de informações que se encontram armazenadas na memória. Em vista dessa realidade:

vale ressaltar que o que faz um grupo social ser identificado como tradicional não é a localidade onde se encontra, [...] enfim, não é o local que define quem elas são, mas sim seu modo de vida e as suas formas de estreitar relações com a diversidade biológica, em função de uma dependência que não precisa ser apenas com fins de subsistência, pode ser também material, econômica, cultural, religiosa, espiritual, etc. (MOREIRA, 2007, p. 36).

Isso quer dizer que as erveiras representam um grupo que tem conseguido reproduzir conhecimentos tradicionais no ambiente urbano e que, apesar da existência de uma infraestrutura de saúde na capital e de casas especializadas em ervas, nesse espaço esses conhecimentos encontram suas formas de aplicação para tratar dos males do corpo e do espírito (DANTAS; FERREIRA, 2013, 2017).

No que concerne ao horário de funcionamento do setor de ervas, está estabelecido no Decreto Municipal nº 39326 de 10 de outubro de 2001, e compreende o período de 6h às 17h (BELÉM, 2001). Basta transitar pelo local que, no decorrer de um dia, percebe-se que as atividades seguem um determinado “ritmo”. Campelo (2010) sugeriu um passeio como a melhor forma para se conhecer as diferentes feiras que compõe o Ver-o-Peso. Neste setor específico, as feirantes chegam cedo e começam por organizar suas barracas, dispendo suas mercadorias de forma a chamar a atenção dos passantes, clientes em potencial. Nesse sentido comenta o Erveiro 17, que acorda às 5h:30 e, ao chegar ao Ver-o-Peso, começa por “arrumar, colocar as coisas em ordem” no seu equipamento de trabalho, já a espera de seus clientes.

No período da manhã parece haver uma procura maior pelos produtos. Isso pode ser explicado pelo fato de que, no Ver-o-Peso, horários e feiras se inter cruzam (LEITÃO, 2010), e, nesse caso, a hipótese de que a pessoa que vai até a feira em busca dos ingredientes para preparar o almoço já passa pelo setor de ervas e leva o que estaria precisando e vice-versa. É o que exemplifica a Erveira 16: “[...] quer dizer, o cara que vem comprar um peixe no mercado, ele já encosta aqui nas ervas; o que vem comprar uma erva, vai direto comprar um peixe, é assim [...]”.

Após o almoço, por orientação das próprias erveiras, é o melhor período do dia para se conceder entrevistas, uma vez que ao cair da tarde diminui o movimento dos clientes. Segundo Campelo (2010), o agito em torno da feira do Ver-o-Peso dura até às 14h. Por fim, no final da tarde resta guardar o material e retornar para suas casas, o que pelo que se percebeu, para a maioria, leva algum tempo, tendo em vista morarem em bairros distantes ou até mesmo outros municípios.

Esse aspecto remete ao que Leitão (2010) chamou de temporalidades na vida do trabalhador. Já que além das erveiras terem se consolidado profissionalmente trabalhando no Ver-o-Peso, normalmente, desde crianças acompanhando os pais, passam a maior parte do dia nesse espaço. Saindo muito cedo de casa para chegarem aos postos de trabalho e iniciarem o dia e retornarem tarde. Conforme o Erveiro 17: “na verdade, a gente diz que a nossa casa é aqui e que a gente passa tempo em casa”.

No que concerne à disponibilidade dos produtos no mercado, isto é, quando se procurou saber se os produtos comercializados no setor de ervas são afetados por safra ou estação, diferente do que se observa no restante do mercado Ver-o-Peso, a resposta foi negativa. Segundo o Erveiro 17:

é assim, cada produto, é porque não tem assim, por exemplo, não é como manga, manga só dá num certo período, não, o nosso bloco ele é independente, porque tem vários cultivadores, várias pessoas que vendem. Então, às vezes pode faltar, mas você vai acabar achando. Por exemplo, ai volta aquele caso da empresa, não vou falar nome, quando ela descobriu isso, ela fez isso. Haa pode gravar aqui? Ai a gente, humildemente. Ai eles pegaram a propriedade da priprioca e ai eles foram atrás da pessoa e simplesmente compraram tudo, tu-do, nós ficamos dois anos sem o produto. E ai quando chegava, chegava um valor gigantesco e ai né, a gente teve que procurar outras pessoas. Só que ai como tava aquela febre, eles descobriram, ai vumm, compraram tudo, tanto é que eles têm uma fábrica indo pra Mosqueiro.

Nesse relato, o Erveiro 17 faz referência a um famoso caso de apropriação de conhecimentos tradicionais envolvendo as erveiras do Ver-o-Peso. Para ele, a oferta dos produtos nesse espaço não sofre influência de safra ou estação. Contudo, a disponibilização da pripioca (*Cyperus articulatus*) foi diretamente afetada quando a empresa citada passou a comprar toda a produção, gerando escassez do produto o que, por sua vez, levou ao aumento no preço.

As diferentes épocas do ano possuem influência sobre o setor de ervas medicinais do Ver-o-Peso. Nos períodos de festas como São João, Círio, Natal e final de Ano/Ano Novo as barracas se encontram muito enfeitadas, com os produtos a mostra e as erveiras em evidência, o que de certo modo se deve a maior procura pelos diversos banhos em destaque nas barracas.

E sobre este costume dos paraenses de se banhar nas vésperas de São João, Moraes (1989) recorda em *Aruanda e Banho de Cheiro*, em que ensina como preparar o banho que movimenta a venda no setor de ervas do Ver-o-Peso no mês de junho.

#### **5.4 Transferência de informações: a prática**

Na busca por identificar se as trabalhadoras do setor de ervas do Ver-o-Peso estão repassando as informações acumuladas a outros indivíduos, conforme aconteceu com elas, e forma como isso ocorre, investigou-se num primeiro momento se tem alguém que as acompanham na lida diária ou se trocam informações com outras erveiras. Posteriormente, perguntou-se diretamente se transmitem os seus conhecimentos para alguém, quem seriam essas pessoas e de que forma.

Para a primeira questão, constatou-se que entre as entrevistadas a metade trabalha sozinha em seus equipamentos e os motivos são diversos. A Erveira 1, é um exemplo de quem trabalha sozinha, conta que quando os filhos eram pequenos costumava trazê-los consigo aos sábados, pois nesses dias não tinham aula. Atualmente, os filhos possuem outros ofícios, mas afirmou ensiná-los tendo em vista o uso pessoal, assim como ensina os clientes para que possam fazer o uso adequado dos produtos.

O Erveiro 2, por sua vez, trabalha sozinho em sua barraca no Ver-o-Peso, mas transmite as informações para a esposa, inclusive ela já o auxilia na elaboração dos produtos. Segundo ele afirma:

eu transmito sim, eu falo essas coisas principalmente pra minha esposa [...] A minha esposa, ela me ajuda na fabricação dos meus produtos. A minha esposa é arquiteta. Mas, assim, quando ela tem as folgas eu ensino ela na fabricação de alguns produtos [...].

O Erveiro 17, que é filho de uma conhecida vendedora de ervas, já falecida, participante mais de uma vez de programas televisivos de grande repercussão nacional, também trabalha sozinho no setor de ervas. Dos nove filhos, ele foi o herdeiro e somente mais um irmão aprendeu a lidar com as ervas. No dia a dia de trabalho afirmou que sempre troca informações com os colegas, no seu ponto de vista: “principalmente com os mais antigos, com os mais velhinhos que a gente sempre tem algo para aprender. Alguma erva que tem o nome diferente que pra mim é nova, mas que a pessoa já sabe”.

No caso da Erveira 9, que aprendeu o ofício com a mãe e trabalha há mais de 30 anos no setor de ervas do Ver-o-Peso, afirmou trabalhar sozinha, mas recentemente começou a ensinar a sobrinha E.

Nota-se que, de modo geral, as pessoas que trabalham sozinhas, afirmam transmitir as informações que possuem sobre as ervas, cascas e raízes medicinais, seja para algum parente no ambiente familiar, seja para os fregueses, quando ensinam a preparar ou usar determinado produto.

Aliás, foi possível perceber na pesquisa a importância das orientações dadas aos clientes, fornecendo informações sobre as aplicações e o modo como cada erva ou produto vendido deve ser utilizado para produzir o efeito desejado, seja a cura de uma determinada doença ou o reequilíbrio de alguma moléstia espiritual. Nesse sentido, o estudo de Gomes (2015) converge ao identificar que grande parte dos consumidores do setor de ervas acredita plenamente que aprende com as explicações das Erveiras.

A Erveira 16 é um exemplo de quem, além de gostar de possuir o conhecimento, também gosta de ensinar as pessoas que a procuram, indicando principalmente o modo correto de usar cada erva:

as pessoas que chegam aqui comigo [...] é, conta o problema dela aí eu já passo o remédio, já sei qual é o remédio certo, a erva que tem que tomar o chá, eu ensino o modo de usar porque essas ervas, veja bem, elas curam de verdade mas não pode ser feito com excesso, tem que ter o controle da erva, tem que saber tomar o chá, não pode tomar assim [...] adoidado não. Tem que tomar dentro do controle, igual como se você fosse tomar assim, um antibiótico que o médico passa, tem que ter a dosagem certa, a mesma coisa são as ervas. Não é porque é folha, dá no mato que também já vai

tomar exagerado, tem que ter o controle pra fazer o chá, **nisso eu sou profissional** nessa parte, porque **quando eu vendo eu ensino logo pro freguês o modo de usar**, porque Deus o livre! Eu pergunto logo: você já sabe o modo de preparar? Você já sabe como fazer? Eu pergunto logo. Se ele disser “ah eu sei”, mas se não souber eu tenho a satisfação de, aquele prazer de ensinar o modo de usar, como preparar o chá.

Observa-se neste trecho o cuidado da erveira em informar os clientes sobre o preparo e o uso das ervas que vende, sobretudo relacionado à orientação quanto ao uso abusivo desses produtos naturais.

Ainda sobre as erveiras que trabalham sozinhas, existem casos como o da Erveira 8, que não tem filhos, mas que alegou trocar informações com as próprias colegas de trabalho. Perguntada se transmite os seus conhecimentos a alguém, ela explicou:

assim mesmo pra família não, não porque ninguém, como é que se diz, se interessou por essa área, querem é mais estudar, trabalhar noutro ramo. [E para outras pessoas?] Haa, às vezes assim, quando vem, nem todos é tradicional né, de família, tem uns que já vem com marido, aí a gente ensina, eu ensino pra qualquer um dos meus colegas.

Esse aspecto levantado pela erveira se torna um risco, conforme se verá adiante na parte em se trata das ameaças, na medida em que não se está preparando ninguém visando à continuidade do ofício no Ver-o-Peso.

As erveiras que trabalham acompanhadas contam com filhas, irmãs, sobrinhas e até pessoas que não são da família. A Erveira 3, mãe de quatro filhos, menciona que duas das filhas já trabalharam com ela e, atualmente, é acompanhada pelo filho na lida diária.

A Erveira 11 é um exemplo de quem trabalha acompanhada pela irmã, a Erveira 4, que também participou da pesquisa. Informou que, além dela, possui um ajudante que a auxilia há anos na atividade. O Erveiro 5 é outro que divide as atividades com o pai, isto é, alguém da família, mas também é acompanhado por alguém fora do círculo familiar, segundo informou uma senhora que foi acolhida na banca.

Uma característica comum e que não se pode deixar de observar é que as erveiras têm se utilizado da oralidade para a transmissão dos conhecimentos que possuem. Logo, a voz é o principal meio de transmissão, por meio da qual ensinam as características de determinados produtos, para que eles servem e como devem ser preparados.

## 5.5 Organização do conhecimento

Quando perguntadas se são feitas novas descobertas relacionadas ao manuseio das ervas no decorrer do tempo e de que forma isso ocorre, as respostas das erveiras foram positivas e negativas. O Erveiro 5 foi um dos que afirmou que novas aplicações ocorrem e com certa frequência. Isso porque, no cotidiano, sempre que se depara com um problema de saúde, faz uso de diferentes espécies de ervas e dependendo do funcionamento já podem ser identificadas como eficazes para determinada moléstia. Conforme explicou:

já sim, várias vezes. [Como ocorre?] É porque a gente faz o nosso próprio uso também, quando a gente está com algum problema, a gente vai e usa a erva, se funcionar a gente já usa ela para aquela finalidade também. Porque na verdade são pra várias coisas, tipo, a gente está com um problema no estômago, a gente usa uma erva diferente, a gente nunca usa a mesma, pro fígado, pra dor de cabeça, pra dor na perna, tudo a gente diferencia e assim vai aprendendo.

Como se pode constatar no relato do erveiro, o conhecimento resulta da observação e da experimentação, sendo baseado no aprendizado construído a partir do acerto e do erro para descobrir a funcionalidade de determinadas coisas, como por exemplo, descobrir para que doença ou moléstia espiritual serve uma determinada planta, casca ou raiz. Nesse processo de observação e de experimentação eles coletam informações sobre a aplicação das coisas, procurando entender como funcionam tais recursos, para que servem, como utilizá-los, como prepará-los, em que quantidade e por quanto tempo. O conjunto dessas informações é que forma o conhecimento sobre a coisa observada/experimentada.

A Erveira 8 concorda que as inovações existem. Contudo, sinaliza noutra perspectiva: “às vezes, as pessoas vêm procurar uma erva que nós não conhecemos né, agora já tem a internet, a gente vai na internet, procura, vê pra que serve, já começa a comercializar.” Neste caso, a descoberta se dá no dia a dia de trabalho no Ver-o-Peso, a partir de uma demanda da clientela para a qual não se tem resposta. Então, busca-se em outras fontes. Com o avanço tecnológico em que se encontra a sociedade, o meio citado é a internet. No setor de ervas é comum encontrar as trabalhadoras manuseando seus *smartphones*, observa-se que as funcionalidades destes aparelhos se aplicam no desempenho da atividade. Não só

no que diz respeito às pesquisas, mas também e principalmente relacionadas às vendas, como se poderá constatar adiante em tópico específico.

A Erveira 1 descreveu um momento difícil pelo qual passou e que teve como consequência uma descoberta que ajudou a curá-la da enfermidade que a acometia:

eu pelo menos descobri uma assim, eu tava muito doente, muito doente em 2012, com seis cistos [...] no colo do útero, ai eu tava muito feia mesma, que nem sentar assim no banco direito eu conseguia, que doía, assim na frente quando eu sentava [...] ai eu fiz ultrassonografia, eu fiz transvaginal, ai eu tomei os remédios que a doutora passava e nada diminuía [...] ai eu fiquei coisa porque duas irmãs morreram de câncer. Meu Deus, eu vou deixar meus filhos, igual como a minha irmã deixou os meninos sem pai e sem mãe, o menor tinha seis anos? Ai eu ficava pensando e rezava de noite, pedindo pra Deus me ajudar, que eu trabalho com ervas, tomava um tanto de remédio daqui: aroeira [*Schinus terebinthifolius*], barbatimão [*Stryphnodendron*], súcuba [*Himatanthus sucuuba*], tudo eu fazia o chá. Só faltava me envenenar tomando e nada diminuía. Que a doutora passava e nada. Toda vez que eu ia lá já ia tremendo, morrendo de medo, dava um jeito de abrir meu exame, comparava com o anterior, não tinha diminuído tava era crescendo e eu não queria operar tenho pavor de cirurgia, pavor de cirurgia, nunca fiz um [a] cesário [a] tudo normal, tenho medo de anestesia. Menina, foi ai que eu rezei a noite, pedi pra Deus me ajudar, porque não há ninguém mais poderoso do que Ele, ai eu sonhei com uma mulher. Eu sonhei assim: que eu estava numa praia, ai eu via uma mulher, loira, de cabelão muito comprido e ela estava despida, mas eu não via o seio dela nem via a bunda dela nem via nada só o cabelo loiro comprido. Ela dizia assim: G., ela parecia com uma irmã minha também que ela era bem loira, tinha cabelo bem longo assim, eu tenho foto dela do cabelo que batia assim na coxa dela, mas não era ela. E ela dizia assim: olha o teu remédio é esse aqui, raiz de pupunha [*Bactris gasipaes*], toma, ela tirou assim e deu assim na minha mão, e eu descia de uma balsa e pegava na praia assim na mão dela, pegava a raiz de pupunha [*Bactris gasipaes*], peguei, no sonho. Menina, de manhã cedo, botei os meninos pra fora de casa pra ir procurar onde tinha pupunheira que eu queria a raiz. Tomava dois litros por dia, trazia pra cá a garrafa, pegava assim uma porção batia, fervia, botava na geladeira de noite, de manhã vinha embora com a garrafa pra cá e tomava todinha, pensa, que eu tomava dois litros e mijava acho que quatro. Num ia nem pro banheiro, achava um jeito de vim só de saía, cortava a garrafa pet e mijava, porque pagar um real, naquele tempo não era um real mas era o mesmo valor, equivalente a isso, equivalente também sabe e eu tinha filho pra criar, não tinha que tá pagando toda hora pra mijar, toda hora, toda hora, porque dava uma mijadeira sem fim. Com 90 dias certinho, fui bater a ultrassonografia e tava muito pequeno e eu disse assim: graças à Deus. Menina, graças a meu bom Deus, secou só com isso. O remédio que eu tomei sempre o que ela me passou, eu tomei 40 ampicilina de 500 que ela passou, só isso e tomava o chá, chega quando eu urinava, chega fedida aquele da pílula, aquele cheiro da ampicilina chega rescendia, ai graças a Deus, eu fiquei pesando 40 quilos, sequinha, mas valeu a pena.

Este episódio demonstra que os conhecimentos associados ao uso de ervas, cascas e raízes com propriedades medicinais, além de estarem relacionados à experimentação, estão envoltos em atitudes de fé ou do sobrenatural. No caso da Erveira 1, a partir de uma necessidade pessoal, a revelação da propriedade curativa



se deu através de um sonho. Observou-se que a erveira, na tentativa de restabelecer sua saúde, fez uso de diferentes ervas e de remédios prescritos pelo médico, porém sem sucesso. Segundo contou, foi a partir de uma oração que, em sonho, uma mulher que lhe lembrava a irmã, lhe disse o remédio a ser tomado.

Importa frisar que não cabe aqui discutir a eficácia desses produtos, mas tão somente procurar entender esse conhecimento como um saber construído ao longo de diferentes gerações e com base em informações sobre os tipos e as aplicações de produtos naturais representados pelas ervas, cascas e raízes medicinais. Apesar de que, conforme constatou Gomes (2015), os consumidores do setor de ervas medicinais do Ver-o-Peso acreditam na eficácia dos produtos comercializados com benefícios para a saúde e bem estar espiritual ou emocional.

Sobre o aspecto envolvendo as propriedades medicinais e a fé na eficácia dos produtos comercializados no Ver-o-Peso, o Erveiro 2 explica:

o que eu costumo dizer é, em relação a alguns perfumes é que você tem de usar, você tem de usar com fé que as coisas vão acontecer; já em alguns produtos, uma pomada, por exemplo, você não precisa usar uma pomada com fé porque ela é eficaz de verdade, você usa porque está sentindo dor naquela região do corpo, naquela parte do corpo, então você vai usar e ela vai atingir aquilo, você vai obter êxito, não tem como, entendeu. Você usa uma garrafada pra gastrite, ulcera, pedra na vesícula etc. ela vai atingir aquilo, não tem como. Já você usar um perfume que envolve simpatia, envolve fé etc. é uma outra situação.

Dentre as que disseram não haver inovações, parece haver uma concordância de se tratar de um legado pronto e acabado transmitido através das gerações no decorrer do tempo, do que se discorda firmemente.

No que diz respeito à forma como essas informações são armazenadas, a grande maioria das entrevistadas afirmou guardar tudo na memória. As prováveis sucessoras dos conhecimentos ouvem e observam as mais experientes, assimilam as informações e guardam na memória, quando se faz necessário reproduzem o que aprenderam. Nesse sentido, o Erveiro 17 e a Erveira 1 comentam:

é assim, como é diariamente, então, toda hora você está usando aquele teu arquivo. Haa erva tal pra tal coisa, haa é verdade. Então, a pessoa: haa eu quero uma erva pra dor de barriga. Já lembro. Mas ai, é no decorrer de 27 anos de trabalho, ai já fica na cabeça (Erveiro 17).

Nem gravo e nem escrevo, nada, fica tudo na cabeça mesmo. Quando a gente quer preparar um remédio a gente mesmo prepara, em casa, [lembra] de tudo, a gente já sabe tudo de có, pra que serve pra que não serve, essa

erva serve pra isso, essa serve pra aquilo, essa aqui é pra banho, afastar maus fluídos [...] (Erveira 1).

Como se pode vê, o conhecimento que possuem é estruturado em uma tradição oral, permanecendo armazenado na memória e são recuperados sempre que precisam para uso próprio, de familiares ou para atender a demanda de um cliente. O Erveiro 17 mencionou a forma como essas demandas podem chegar, por meio de uma indicação de erva para tratar dor de barriga, ou então, conforme relatou a Erveira 1, quais as ervas que podem ser utilizadas no banho para afastar maus fluídos. Diante dessas questões, as detentoras destes conhecimentos fazem uma busca em seu estoque mental, acumulado na vivência diária com suas antecessoras no Ver-o-Peso, fornecendo a resposta demandada pelo cliente.

Por outro lado, houve pessoas que afirmaram escrever sobre os conhecimentos que possuem. Foi o caso da Erveira 11 que, numa espécie de diário, registra as informações que permeiam seu dia a dia de trabalho. Segundo a erveira:

na verdade, uma vez eu fiz, digamos assim, um diário, falando sobre a minha vida, o meu trabalho, tudo que eu gosto mais de fazer que é o meu trabalho, eu gosto de fazer minha mercadoria, eu gosto de vender, enfim, eu gosto de está aqui no Ver-o-Peso. A minha casa é aqui na verdade. [E esse diário?] Fica em casa, guardado [...]. Porque de vez em quando a gente sempre precisa repassar alguma coisa pra alguém e eu posso repassar pra qualquer pessoa que vier a precisar.

Nota-se que este hábito de escrever sobre a manipulação dos produtos não é usual. Parece ser vinculado pelas erveiras a quem está iniciando o ofício, aprendendo, permanecendo a ideia de que quem já conhece não precisa escrever. Isto se evidencia quando o Erveiro 2 relata que no início precisava anotar e agora não mais: “no começo, quando eu fabricava as pomadas, eu anotava a quantidade dos ingredientes que eu colocava, hoje já não preciso mais fazer isso, eu já sei a quantidade, pego, eu já sei que aquele tanto dá pra fazer tantas pomadas.” A Erveira 6 é mais enfática ao explicar:

pelo conhecimento, num precisa a gente escrever nada, porque a gente já sabe, tá mais do que decorado, aí então, assim, pra gravar ou escrever, quando a pessoa começa, que não tem o conhecimento, que é aprendiz, mas pra quem praticamente já nasceu conhecendo, não precisa.

O que pode ser facilmente compreendido levando em consideração se estar lidando com um tipo de conhecimento pautado na oralidade como meio de transmissão das informações. Por outro lado, estes relatos trazem à tona as peculiaridades que envolvem aquelas que vêm de família com tradição na feira e iniciaram o aprendizado na infância de forma espontânea e aquelas que vieram a adquirir o conhecimento mais tardiamente, uma referência à relação entre novatos e antigos no Ver-o-Peso, tratada por Lima (2008).

Procurou-se saber também se na opinião das erveiras existem informações sigilosas relacionadas ao conhecimento que possuem. Algumas respostas se direcionaram para um sentido mais comercial, do sigilo enquanto vantagem competitiva, pautada no provérbio de que “o segredo é a alma do negócio”. Por outro lado, tiveram aquelas respostas que relacionaram o sigilo à necessidade de evitar a apropriação e o uso indevido dos conhecimentos. Essas questões podem ser observadas nos relatos do Erveiro 2 e da Erveira 6:

o segredo é a alma do negócio. Nós temos aqui os nossos amigos e os nossos conhecidos. Conhecidos pra mim são diferentes de amigos, entendeu. Então, tipo assim, você confia algumas coisas quando você sente que a pessoa é amiga. Mas quando não é, dificilmente você vai confiar algumas situações (Erveiro 2).

Deixa eu te explicar: talvez seja por isso, porque você, eu sou uma pessoa assim, eu não ajo assim de má fé com ninguém, sempre procuro buscar o meu trabalho, mostrar o meu trabalho, não pegar o teu trabalho e expor pra ganhar lucro com o teu trabalho, não eu não. Talvez seja por isso, pela língua grande da gente, que a gente tem pegado pela cara, que nem esse pessoal que vende ervas ai. Gente, eu acho isso errado [...]. Não tem essas casas que vende ervas secas? Isso ai foi montado, ixi, são praticamente crianças perto da gente. Você vê que lá eles empregam qualquer pessoa, que não tem o conhecimento. Eu acho que mesmo sendo com ervas secas lá, com casca, agora estão vendendo até garrafadas, gente tem que saber com que você está trabalhando, isso eu acho isso errado. Então, a gente fala e eles copiam, ai pegam o conhecimento vão montar, sem saber exatamente a origem daquilo, botam a torto e a direito pra não falar outra expressão. Mas por causa de que, culpado disso é a gente, porque a gente passou muita informação, hoje em dia está ai. Não é o caso da gente dizer que não queira dividir. Mas que fosse igual a gente trabalha aqui, com conhecimento e sabedoria. Lá, eles trabalham mais, eles vão mais na teoria, sem ter conhecimento. Só porque tá aquela placa escrita. Mas, vai lá e pergunta: pra que é que serve isso? Como é que se faz? De onde é que se extrai? Nenhuma daquelas moças sabe te dizer. Então eu acho isso errado. Mas isso o culpado é a gente mesmo. Que nem aconteceu com o caso da Natura, com inocência, como é que faz, ensina, o que aconteceu, a Natura lançou [...] ela pegou o nosso conhecimento levou, a Natura nunca pensou que fosse perder pra meia dúzia de feirantes [...] (Erveira 6).

No depoimento da Erveira 6 são citados dois exemplos das consequências por não se manter sigilo sobre as informações: (1) o caso das casas de ervas medicinais que impactaram nas vendas e (2) o caso Natura que teve vários desdobramentos.

Um dos efeitos observado foi o sentimento de desconfiança que permeia o setor de ervas no que diz respeito a conceder entrevistas e falar sobre determinados assuntos. O Erveiro 5 foi bem representativo. Quando indagado se existem informações sigilosas, respondeu: “tem sim muitas coisas. É praticamente desde a vinda da erva até o ponto de saída dela, é uma informação que a gente não pode passar. É porque, mais é proteção nossa, pra ninguém querer copiar, querer roubar o que é nosso.” Ao se buscar referências na literatura sobre o assunto, tem-se que:

em um plano, por exemplo, o segredo guardado por cada erva e erva a respeito de seus produtos faz parte dos próprios modos tradicionais de preparo e comércio de ervas e derivados em mercados populares. Ou seja, a manutenção do segredo é inerente ao próprio saber. Em outro plano, a gestão daquilo que passou formalmente a ser reconhecido como um *bem* coletivo passível de negociação e valoração econômica requer da associação Ver-as-Ervas a padronização das relações individuais com os saberes de todos. [...] lógicas múltiplas de revelação e ocultação de saberes e fazeres se fazem presentes na vida cotidiana do Ver-o-Peso, sobretudo no Setor de Ervas, e evidentemente participam dos processos de formação de preços e de agregação de valores a produtos do mercado popular, além de hoje estarem no centro da mira de sujeitos interessados na prospecção e no desenvolvimento de novos produtos mais lucrativos a partir daqueles saberes e fazeres tradicionais – em uma relação sempre assimétrica (CARVALHO, 2016, p. 221, grifo do autor).

O Erveiro 5 se negou a responder algumas perguntas que lhe foram feitas, o que de pronto foi respeitado pela pesquisadora. Aliás, esse foi um dos itens tratados no Termo de autorização do uso de imagem e entrevistas (Apêndice B) no qual se informou que as participantes teriam a liberdade de deixar de responder a qualquer questão. O erva explicou: “sobre este tipo de informação, assim, a gente já não pode participar, por conta de uma reunião que a gente teve na Associação, a gente já não pode”. Sobre os temas da Associação e do caso Natura serão melhor abordados posteriormente.

## 5.6 Produtos

De acordo com o que se pode observar e com o relato das próprias erveiras há uma variedade de produtos ofertados nas bancas do setor de ervas do Ver-o-Peso que podem ser distinguidos como místicos ou medicinais e, ainda, podem ser encontrados prontos para usar ou para serem manipulados pelo próprio freguês, seguindo as orientações das erveiras. Conforme explica a Erveira 13:

aqui a gente tem vários produtos, a gente tem o lado místico e temos o lado de medicina mesmo, como xaropes, pomadas, garrafadas, tinturas. Nós temos também, na parte mística, nos temos sabonetes, temos banhos pra descarregar, pra limpar o corpo e temos pra abrir os caminhos, levantar o astral, melhorar o ambiente, harmonizar e temos também a parte também medicinal que ainda é pra você manipular os produtos como as cascas, as folhas, que a gente quando você vai comprar a gente explica tudo como é, o passo a passo.

Dentre os produtos mais postos à vista, pode-se citar do lado místico: os sabonetes, os banhos, os perfumes e as defumações. Na parte medicinal, tem-se: os xaropes, as pomadas e as garrafadas. *In natura* se encontra as cascas, as folhas, as raízes, além de óleos como de andiroba (*Carapa guianensis*), de piqui (*Caryocar brasiliense*) e de copaíba (*Copaifera langsdorffii*), mel de abelha e leites a exemplo dos de Amapá (*Parahancornia amapa*) e de sucuba (*Himatanthus sucuba*).

Diante do exposto, pode-se afirmar que as experiências de vida das erveiras se revertem no acúmulo de informações sobre os produtos que comercializam, transformando-se em um tipo de conhecimento que se aplica ao tratamento de uma infinidade de doenças, sejam do corpo ou da alma. E que, além das doenças, os conhecimentos são utilizados também com a finalidade de produzir bem-estar nos indivíduos, melhorar as relações sexuais e/ou afetivas, profissionais e familiares (LIMA, 2008).

Assim, além das ervas, cascas e raízes, o conhecimento sobre outros produtos também faz parte do cotidiano de trabalho das erveiras do Ver-o-Peso, como as indicações de defumadores, banhos e perfumes, registrados respectivamente nas fotografias seguintes.

Fotografia 2 – Composto de ervas para defumação de descarrego ou atrativa.



Fonte: Dados da pesquisa.

Para cada necessidade ou dificuldade do cliente, as erveiras oferecem produtos defumadores. Conforme apontam Dantas e Ferreira (2013, p. 119):

trata-se de compostos de ervas aromatizadas, que servem tanto como atrativos como meios de descarrego, entre outras funções. Segundo explicam, o aroma dos defumadores exalado com a fumaça ajuda a afastar os maus espíritos e as energias negativas dos ambientes ou, ainda, a atrair as boas energias que são canalizadas pelas pessoas que os queimam.

Estes produtos podem ser encontrados expostos nas barracas para venda, assim como os banhos que são acondicionados em garrafas como as da Fotografia 3 e 4. Um dos banhos em destaque na Fotografia 4 é o banho dos estudantes, segundo as erveiras, indicado para as crianças que têm dificuldade de aprendizado. Assim como este, outros banhos também são preparados e colocados à venda com títulos que correspondem às suas funções, a saber: banho atrativo; quebra inveja; chama freguês; mão aberta (Fotografia 3); abre as portas e outros mais. Outro ponto a se observar são as informações sobre o modo de usar impressas no rótulo das embalagens, o que faz referência ao cuidado já mencionado que as erveiras têm em informar aos clientes a maneira correta de usar os produtos.

Fotografia 3 – Banhos embalados e dispostos para a venda.



Fonte: Dados da pesquisa.

Fotografia 4 – Alguns dos banhos comercializados nas barracas.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os perfumes – assim como as defumações e os banhos – também possuem nomes sugestivos, indicando claramente suas aplicações. De acordo com Dantas e Ferreira (2013, p. 119) “resultam da combinação de chás obtidos de plantas, cascas e raízes que são misturados a perfumes conhecidos pela população, funcionando como uma espécie de ‘poção mágica’”. Coloridos, eles acabam por decorar as barracas do setor de ervas (Fotografia 5). Entre os perfumes, têm-se os seguintes: chega-te a mim; chora nos meus pés; carrapatinho; vai e volta; encanto do boto; laço de amor; mil homens; corre atrás de mim; chama homem; chama dinheiro e outros. Em forma líquida, acredita-se que os banhos e perfumes funcionam como purificadores, que eliminam as energias negativas, liberando o corpo físico para atrair os efeitos desejados.

Fotografia 5 – Os cordões de perfumes multicoloridos que decoram as barracas do setor de ervas.



Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre quais seriam os produtos mais procurados, as respostas são diversas. As Erveiras 3 e 1 são exemplos de quem afirma que tudo é procurado. A Erveira 1 observa ainda que, se antes os clientes buscavam mais as ervas, hoje preferem os produtos prontos. Na sua opinião:



não tem assim definitivamente um produto mais procurado. Sempre eles procuram de tudo um pouco. Procuram a babosa [*Aloe vera*] pra cuidar do cabelo, fazer xarope, esipra, tudo eles procuram, procuram também os banhos. Agora os remédios eles estão procurando mais assim as garrafadas. De primeiro eles procuravam muito as ervas pra eles mesmos fazerem, agora eles já procuram mais os remédios feitos.

A Erveira 6, por sua vez, afirma que geralmente as ervas são muito procuradas para serem feitos banhos e chás. Mas que parece haver uma preferência diária, um dia saem mais as ervas, outro as garrafadas e no outro os perfumes. Todavia, constata-se que entre os produtos aplicados ao tratamento de doenças destacam-se, as garrafadas, os óleos medicinais de andiroba (*Carapa guianensis*), copaíba (*Copaifera langsdorffii*), o leite do amapá (*Parahancornia amapa*), o mel de abelha, os xaropes, as pomadas e as cascas.

Garcia e Navegantes-Alves (2018), em estudo envolvendo os produtos e os conhecimentos das erveiras do Ver-o-Peso, identificaram os óleos de andiroba (*Carapa guianensis*) e de copaíba (*Copaifera langsdorffii*) como os produtos mais vendidos neste setor, atribuindo-lhes a condição de um dos principais produtos utilizados na medicina tradicional amazônica.

Noutra perspectiva, Gomes (2015) ao entrevistar os consumidores do setor apontou as ervas, os banhos e as garrafadas como os produtos mais consumidos, mas também foram citados: andiroba (*Carapa guianensis*), copaíba (*Copaifera langsdorffii*), sachês aromatizantes e perfumes. Como se observa, dependendo da pessoa para quem se pergunte, as respostas tendem a variar segundo a ordem de preferência, no entanto, os produtos parecem ser os mesmos.

Para o Erveiro 2, os produtos mais procurados são os atrativos dentre os quais destaca os perfumes e as ervas. Conforme mencionou:

bom, o que o pessoal mais procura, no geral, são coisas atrativas, pra dinheiro, pra negócio, ai só depois que eles estão bem financeiramente ai que eles querem se arrumar com alguém, entendeu, é assim que funciona, dificilmente, muito raramente alguém vem aqui querendo alguma coisa pro amor sem antes querer alguma coisa que atraia dinheiro, muito, muito, muito difícil, toda regra tem exceção né [Nesse caso, quais são os produtos que saem mais? É o chama dinheiro, chama freguês, é o abre caminho da felicidade, afasta olho gordo, que são as essências. As ervas também né que abrem caminho, chama, chega-te a mim, são coisas atrativas, que abrem os caminhos né.

Desta parte mística podem ser citados os banhos, os perfumes, o óleo de boto (*Inia geoffrensis*) e o pó de tamaquaré (*Uranoscodon superciliosus*). Com

relação a estes dois últimos produtos citados, evidenciam que no setor de ervas medicinais também são comercializados produtos de origem animal. Segundo C., o pó de tamaquaré (*Uranoscodon superciliosus*) vende bastante e é utilizado com o objetivo de “amansar” alguém, “a pessoa compra com o intuito de fazer alguém besta, pra que ela fique besta, mansa, tudinho, sabe.” Este produto aparece registrado na Fotografia 6.

Fotografia 6 – O pó de tamaquaré (*Uranoscodon superciliosus*), produto de origem animal, muito vendido na feira.



Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere à origem dos produtos comercializados na feira as indicações genéricas sinalizam em sua maioria para os interiores e as ilhas do estado do Pará. Nesse sentido, Garcia e Navegantes-Alves (2018) já haviam indicado que são produtos oriundos das regiões das estradas e dos rios. Mas, na pesquisa de campo também são citados outros estados com destaque para o Piauí. Alguns depoimentos foram mais específicos a este respeito como o do Erveiro 2 e o da Erveira 13:

os óleos basicamente eles vêm assim, alguns vem de Santarém tipo copaíba [*Copaifera langsdorffii*] vem de Manaus, de Santarém, é Paragominas. Andiroba [*Carapa guianensis*] eu compro muito do pessoal que traz de Cametá. Banhas eu compro também de pessoas que vem do interior, tipo assim banha de poraquê [*Electrophorus electricus*] [...] (Erveiro 2).

Tem uns que vem, como a copaíba [*Copaifera langsdorffii*] vem de Terra Santa, o mel de abelha vem do Piauí, as cascas tem umas que vem do Piauí e outras vem daqui do outro lado da ilha, as ervas vem de Icoaraci, vem de Outeiro, vem de Mosqueiro, vem de Marituba e a andiroba [*Carapa guianensis*] vem daí do outro lado também, que agora eu esqueci o lugar, mas é daqui de perto também e é tudo assim, o único que é mais longe é a copaíba [*Copaifera langsdorffii*] (Erveira 13).

Conforme se pode perceber a proveniência está relacionada ao tipo de produto que se busca. O levantamento de Garcia e Navegantes-Alves (2018) conclui que as cascas vêm da região dos rios, as ramas e plantas inteiras são provenientes da região das estradas e os óleos podem ser fornecidos por ambas. Nesta pesquisa, tem-se dentre os lugares citados: os distritos administrativos de Belém: Icoaraci, Outeiro e Mosqueiro; a Ilha do Marajó, sendo também indicado um de seus municípios, Ponta de Pedras; a Comunidade Boa Vista do Acará; os municípios paraenses: Abaetetuba, Ananindeua, Barcarena, Cametá, Marituba, Paragominas, Santarém e Terra Santa. Além das capitais: Fortaleza, Macapá e Manaus. O estado do Piauí foi bastante citado.

Ressalta-se que a maior parte das ervaíras não cultiva as ervas em casa, devido principalmente a falta de espaço. Outros fatores que também influenciam são a falta de tempo e a moradia de aluguel. A Erveira 6 é um exemplo deste último fator, menciona que cultivava bastante, mas teve que se mudar e suas plantas ficaram na antiga residência. Como se vê:

cultivava, muito, porque eu amo planta, eu tive que abandonar a casa porque os ladrões estavam invadindo, ficou as minhas plantas tudo. Hoje moro em casa alugada [...]. Mas Deus é tão maravilhoso que hoje eu consegui comprar uma casa pra mim, eu estou mudando pra minha casa, daqui pro final do ano. E da onde o dinheiro, daqui, que Deus me deu [...].

Por outro lado, têm-se alguns exemplos de cultivadores: a Erveira 1 exhibe com orgulho as ervas que trouxe de casa e conta que o que pode ela cultivar, principalmente as ervas para banho e para chá: “eu tenho na minha casa as ervas pra banho, pra chá, são poucas, o que eu posso plantar, eu planto [...]. Essa erva que eu tenho aqui nenhuma foi comprada, trago de casa.”

As Erveiras 2, 3, 12 e 16 também mencionam que cultivam domesticamente algumas plantas. A Erveira 3 cita, por exemplo, o sucuriju (*Mikania lindleyana*) e o amor crescido (*Portulaca pilosa*). Já o Erveiro 2 destaca a castanha da índia (*Aesculus hippocastanum*), a rosa de todo ano e a mucuracaá (*Petiveria alliacea*). Quando perguntado o erveiro responde:

[Cultiva em casa?] Algumas, muito poucas [...]. Algumas coisinhas assim eu planto em casa, tipo castanha da índia [*Aesculus hippocastanum*], rosa de todo ano, um pezinho de mucuracaá [*Petiveria alliacea*], eu tenho, entendeu. São coisas poucas né, porque na verdade a maior parte do meu quintal é acimentado, por causa dos meus animais [...].

Nesse quesito dois erveiros se destacam. O Erveiro 5 não só cultiva, como comprou uma casa em Mosqueiro só para esse fim e possui uma variedade de ervas. A Erveira 15, por seu turno, arranjou uma forma alternativa para cultivar em casa, planta em vasos, e afirmou ter bastante deles.

Cultivo. Comprei uma casa em Mosqueiro só pra plantação só, as ervas. [Tem todas essas ervas lá?] Quase todas (Erveiro 5).

Bastante. É, mas eu não tenho chão não. Meu quintal, a área que eu tenho é como daqui ai pra esse contêiner, ai é mais largo, tudo lajotado, minhas plantas é tudo em vaso. Mas tenho muito vaso e tenho pra parte de trás do terreno, entre uma casa, e outra tem mais outra área, tem mais plantas, mas não é chão, é tudo vaso (Erveira 15).

Para os demais casos, a aquisição das ervas, assim como dos outros produtos, se dá por compra, seja direto do produtor seja por meio de atravessador. A maioria das entrevistadas alegou que negocia com os produtores, pois, de um modo geral, com a entrada da figura do atravessador, que seria a pessoa que compraria dos produtores e revenderia para as erveiras, acabaria por encarecer os produtos.

## 5.7 Vendas

Quanto às vendas, as opiniões divergiram. Algumas informantes afirmam serem boas, principalmente pelo fato de garantir o sustento da família. Outras alegam que já não são tão boas assim, sobretudo em virtude de alguns dos produtos se encontrarem à disposição nos supermercados e em casas especializadas em ervas.

A Erveira 6 sempre agradece a Deus pelas suas vendas, explica como se dá o fluxo de pessoas que chegam ao setor de ervas e que mesmo com sua barraca localizada em uma posição menos favorecida, vende bem:

amiga, eu acho assim, Deus dá o frio conforme o cobertor. Eu sempre tive uma coisa comigo, amiga, você vê o local aonde Deus me deu, você não vê. Lá na frente, quem vem lá da frente é as primeiras barracas, certo. Quem vem aqui pelo esse buraco aqui, o meu ex-cunhado aqui é que pega, preferência da banca dele, certo. Quem vem por ali é lá da frente e eu fico aqui, pra chegar até mim aqui, só Deus na causa. Mas eu agradeço muito a esse Deus, meu Deus. Deus me abençoa tanto que se bobar eu vendo mais do que qualquer pessoa lá da frente [...] vendo bem.

A Erveira 7 é outro exemplo de quem afirma que as vendas são boas e menciona o valor que esse conhecimento tem em sua vida, pois tudo o que possui foi conseguido por meio do trabalho com as ervas: “[isso aqui é] tudo tudo pra mim. Porque tudo o que eu tenho eu ganho eu consegui através daqui do Ver-o-Peso, aqui através das ervas, entendeu, eu tenho a minha casa, tenho o meu trabalho que é esse e sustento os meus filhos, a minha família, graças a Deus.”

Neste mesmo sentido, o Erveiro 2 se emocionou ao explicar que o conhecimento que possui “significa muita coisa, porque [lacrimou] é difícil dizer assim, ele representa muita coisa porque é daqui que eu consigo sobreviver, pagar minhas contas né, então é isso né”. O Erveiro 5 entende o conhecimento tradicional associado que detém como um bem herdado e ganha-pão, pois garante o seu sustento, nas suas palavras: “olha, é um bem que veio pra mim, é daí que eu tiro o meu sustento”.

Para a Erveira 1 o conhecimento que possui também representa muita coisa, principalmente por ter conseguido sustentar os filhos, sozinha, fruto de seu trabalho. Porém, revela que as vendas já não são as mesmas daquela época. Queixa-se da atual situação das vendas, lembra quando levava o avental cheio de dinheiro para conferir em casa. Em sua opinião, os possíveis motivos são a concentração das vendas em duas erveiras e a existência das casas de ervas:

pra mim, [esse conhecimento] representa muita coisa, porque daqui que eu tirei o sustento dos meus filhos. Agora se eu fosse iniciar com eles tudo pequenininho, agora aqui, como eu fiquei sem marido, com eles tudo pequenininho aqui, tava ralado pra mim criar eles, porque eu não vendo nada, naquele tempo vendia, chegava com o avental cheio de dinheiro, cansei de chegar como avental cheio de dinheiro pra conferir em casa, agora não, só

as duas que vendi. [Esse seria o motivo?] É. Ainda teve as casas de ervas, fora isso tem as casa de ervas, ai pronto, acaba, acaba mesmo.

No setor de ervas, muitos concordam que a concorrência tem se refletido nas vendas, principalmente em virtude de alguns dos produtos se encontrarem à disposição nas gôndolas dos supermercados e em casas especializadas em ervas. Estas últimas também são citadas em outro momento como um dos motivos de não se querer transmitir os conhecimentos para terceiros. Pois, muitos de seus donos já trabalharam no Ver-o-Peso e quando saíram abriram lojas desse tipo em outros locais da cidade. Conforme também já pontuaram Dantas e Ferreira (2017).

Nesse sentido, observa-se uma mudança de cenário se considerar-se o levantamento feito por Figueiredo (1979) no qual verificou que os produtos da flora e da fauna amazônica encontrados nas feiras e mercados na cidade de Belém, até então, podiam ser encontrados em pequenas proporções em casa especializadas em artigos de Umbanda, não sendo encontrados ainda em supermercados.

Estas constatações levam a perceber que a comercialização deste tipo de produto vem se expandindo com o decorrer do tempo, porém, mesmo com a possibilidade de obtenção em outros pontos da cidade o Ver-o-Peso continua sendo referência para aqueles que o procuram. Na Fotografia 7, registra-se a movimentação de venda em um dos lados no setor de ervas do Ver-o-Peso. Foi capturada numa tarde de quarta-feira, do mês de janeiro, período que não é considerado o mais movimentado. Ainda sim, se observa boa circulação de pessoas.

Fotografia 7 – Movimentação de venda na tarde de uma quarta-feira do mês de janeiro, em um dos lados do setor de ervas.



Fonte: Dados da pesquisa.

A Erveira 13 também comenta a respeito das vendas, que para ela não estão como eram antigamente. Segundo a erveira lembra, no passado, vendiam tanto que não conseguiam conferir o dinheiro na feira, o que acaba por confirmar o relato da Erveira 1 sobre o avental cheio de dinheiro levado para casa:

[...] não, não estão mais boas como era antigamente né, quando eu vim, logo quando eu vim pra cá que a gente ganhava tanto dinheiro que a gente não conseguia conferir aqui na feira, de tanto dinheiro que era. Mas, de qualquer forma, eu me dou por feliz porque daqui eu pago todas as minhas despesas, daqui eu me mantenho, daqui eu vivo e sobrevivo muito bem graças a Deus, mas não é como era mais né, mas tudo muda né (Erveira 13).

Mesmo assim, a Erveira 13 afirma que vende bem. Atualmente, possui três barracas, mas já teve só uma e dela provinha seu sustento. Conforme se observa, trata-se de uma boa renda, tendo em vista que consegue manter um plano de saúde administrado por uma das maiores operadoras de planos de saúde no país, assim como, teve o filho frequentando uma das mais tradicionais instituições de ensino privada de Belém. Atualmente, consegue manter o filho na Argentina, onde cursa

Medicina. Além de conseguir obter outros bens mencionados. Isto porque, a seu ver, possui produtos diferenciados e se considera uma boa vendedora:

[..] eu tenho meu carro chefe da minha barraca, tudo na minha barraca, graças à Deus, eu vendo bem. Pra você ter uma ideia, daqui dessas barracas, tem três equipamentos porque pelo Decreto de feiras e mercados eu só posso ter três equipamentos, mas antes eu só tinha uma e eu vivia exclusivamente daqui de uma barraca. Olha, aqui eu pago plano de saúde Unimed, daqui dessas barracas eu pagava o Colégio Santa Rosa pro meu filho, hoje em dia eu mando uma boa importância pra ele viver na Argentina, que não é barato pra ele viver lá, daqui eu pagava um carro que meu finado marido deixou e não deixou tudo pago, mas eu pagava daqui, graças à Deus, e os meus remédios eles são diferenciados das outras [...] (Erveira 13).

É possível ter uma base de quanto seria esta renda levando-se em consideração o que se ouviu da Erveira 3 ao dar certeza de que seus filhos têm interesse em continuar o seu ofício, após uma comparação com o salário mínimo:

eles querem, porque aqui ganha fácil, sabe o que quer dizer ganha fácil, quando a feira está boa, tu vás embora com os teus \$200,00, \$300,00 limpinho, sem fazer força, por dia, quem é que ganha um salário desse, vai ter que trabalhar pra ti ganhar \$900,00 vim descontado, ainda tiram o do teu ônibus.

O depoimento acima também remete a um sentido de liberdade e independência, propiciado pelo trabalho e por ter uma barraca no Ver-o-Peso que significa, entre outras coisas, ser dono do próprio negócio e não ser explorado, conforme mencionou Lima (2008).

É verdade, como contaram, que as vendas já não são as mesmas. Também é verdade que, ainda sim, conseguem fazer uma boa renda, garantir o sustento da família. Isso se evidencia no depoimento da Erveira 15 quando ressalta que cada erveira tem seu cliente e que ninguém fica sem vender. Apesar de que seja fato que algumas vendem mais que outras:

cada um tem o seu cliente. Aquele que diz eu não vendo nada, está mentindo. Todo mundo vende. São 80 barracas, todo mundo vende. Uns vendem mais outros vendem menos, mas que todo mundo vende, vende e ninguém fica aqui sem levar nada pra casa, todo mundo ganha o seu dinheiro.

Quando se esteve coletando dados no Ver-o-Peso, em 2012, foram unânimes as respostas quanto à época ou os períodos do ano em que as vendas são



melhores no setor de ervas, a saber: São João, Círio, Natal e final de ano/Ano Novo. Atualmente, a maioria das informantes confirma essa informação. Contudo, algumas argumentam que já não existe essa época boa.

O Erveiro 2 acredita que a melhor época para se vender é o Círio, por conta da movimentação na cidade relacionada à grande festa religiosa que acontece em outubro, e o final de Ano quando se procura deixar para trás as coisas ruins que aconteceram e atrair coisas boas, por meio dos banhos. Ele também acrescenta as férias escolares e os períodos em que acontecem eventos em Belém, pois, a circulação de pessoas aumenta e, normalmente, querem conhecer o Ver-o-Peso, como se vê:

olha, eu acredito assim que a melhor época do ano para se vender, na minha opinião pessoal, é o Círio né, mês de outubro, porque recebemos pessoas do Brasil inteiro e também eu creio que final de ano, por se tratar da virada de ano, último dia do ano as pessoas usam muito os banhos tanto atrativos quanto pra descarrego. Eu citaria ai um outro de boas vendas é a época do mês das férias né, férias escolares, que há toda aquela, assim como vai gente daqui pra outros estados, vem muita gente de fora também né e um outro período seria época de congresso, quando há congresso aqui em Belém do Pará há um aumento considerável de vendas porque as pessoas que vem em Belém do Pará, cada 10 pessoas, 9 querem conhecer o Ver-o-Peso [...].

Por outro lado, a Erveira 3 alega que não existe mais época boa, que as datas festivas mencionadas foram um fracasso nas vendas, ainda tinha expectativas para o final de Ano. Em sua opinião: “Natal foi ruim, talvez vá melhorar pra gente na virada do Ano, mas agora nem presta mais [...]. Não tem mais época, acabou. São João deu um fracasso, Natal já é um fracasso, virada do Ano é um fracasso, porque aqui tem muita gente já novato [...]”.

Uma das explicações possíveis para essa mudança de cenário é dada pela Erveira 6 que comenta que nessas épocas em que a procura aumenta e poderiam melhorar seus ganhos, pessoas estranhas ao setor passam a comercializar as ervas:

olha, deixa eu explicar: antigamente, era São João e final de Ano. Hoje, não tá bom, porque, só aqueles fregueses fiel e que a gente tenta conversar e explicar. O que acontece, tempo de São João pessoas que nunca trabalhou com ervas, não tem o conhecimento o que é o que não é, eles trabalham com tomate, cebola, tucupi, essas coisas, porque esses tempos eles compram aquelas ervas que não sabe quem é quem, joga em cima do carro e vão vender aqueles montes, assim tudo quanto é mato doido, não desclassificando meus colegas, de jeito nenhum, mas é o que acontece. Eles vão vender pelo preço mínimo e hoje tu sabe que o paraense vai muito pelo preço e não pela qualidade, ai eles vão e compram. Ai é quando se

atrapalham, enquanto aqui você paga mais caro, mas é só produto selecionado, nessas ervas que você vê, espia quantas qualidade tem, nos temos ervas de banho de cheiro é um, banho atrativo é outro, não leva cheiro, banho de descarga que é o de limpeza é outro, o banho pra constipação na cabeça é outro, então você leva só erva selecionada [...]. Final de Ano era uma outra época boa, agora até nisso eles também já estão entrando e nós feirantes aqui das ervas, a gente não dá essa preocupação pra nenhum deles, porque entra final de Ano, a gente não pega tucupi, jambu, tacacá, pra vender aqui e nem sai pela rua vendendo, a gente continua com as nossa ervas, mas quando chega num dia que é pra gente ganhar o dinheirinho da gente, melhor ainda, eles fazem isso, entendeu. Então, mas mesmo assim freguês fiel que jamais vai comprar assim, já vem direto com a gente.

Mesmo assim, conforme relataram, existem os fregueses fieis que não deixam de comprar daquelas erveiras com quem já estabeleceram laços de confiança e amizade.

## 5.8 Freguesia

Costuma-se chamar de freguês/freguesa ou cliente aquele (a) que compra as ervas, ou seja, ao consumidor dos produtos vendidos no setor de ervas do Ver-o-Peso. Quando se buscou saber qual o público que compõe a freguesia desse setor, a maioria das erveiras mencionou não haver predominância de gênero, sendo procuradas igualmente por homens e mulheres, de diferentes faixas etárias e classe sociais. Isso se evidencia na fala da Erveira 13: “temos homens, temos mulheres, temos jovens, temos de todos os níveis sociais. Eu tenho cliente aqui que é juiz, eu tenho cliente que é médico, eu tenho cliente que é enfermeira, tenho cliente que é gari, tenho todos os níveis sociais, graças à Deus”.

Esse também é o entendimento do Erveiro 5, ao afirmar que sua clientela é “mais eclética mesmo, não tem uma quantia certa de homem e de mulher”, da Erveira 9 que garante ser “igual, mulher, homem”, da Erveira 15 que acredita ser “igual, meio a meio, jovem, adulto e idoso” e da Erveira 11 que “diria 50%, aqui não tem dessa de faixa etária não, pode usar adolescentes, jovens, as pessoas já de, os coroas né, de terceira idade”.

Em contrapartida, alguns garantiram serem mais procurados por mulheres, tais como a Erveira 1 “a minha [freguesia] é mulher, mais mulher”, a Erveira 8 “mulher, dá mais mulher, elas compram mais” e o Erveiro 17 “feminina, 70% feminina, 30% masculina e [faixa etária] não tem, é misturado”. Estas afirmações

remetem a Gomes (2015) que em seu estudo sobre os consumidores do setor de ervas do Ver-o-Peso levantou que as mulheres são as maiores frequentadoras da feira, com predominância da faixa etária que vai dos 41 aos 60 anos e uma idade média de 45 anos. Contudo, a autora entrevistou jovens de 17 anos e idosos com 76 anos.

Gomes (2015) assinalou ainda que a grande maioria dos clientes do setor de ervas medicinais se declara católica e que no quesito escolaridade encontra maior representatividade nos que cursaram o ensino médio completo, mas também é frequentada por pessoas que possuem o ensino fundamental, o nível superior e pós-graduação, com média salarial que variou de um a mais de cinco salários mínimo, dentre os entrevistados.

A pesquisa de Gomes (2015) ajuda a entender a diversidade que compõe a freguesia do setor de ervas medicinais do Ver-o-Peso. Mesmo levando em consideração que as informações nem sempre coincidam com os dados coletados, como no caso da questão de gênero indicada pela maioria, importa referir que se trata de percepções de atores diferentes, de um lado a observação dos clientes e de outro a das feirantes, mas que se complementam nos demais pontos.

De toda forma, o Erveiro 2 chama a atenção para o fato de que algumas pessoas vão ao setor de ervas medicinais comprar os produtos para terceiros e, em sua fala, já indica a origem da maioria dos compradores:

olha, na verdade, assim, vamos dizer né, as pessoas que mais compram são as pessoas daqui do local, de Belém do Pará. É, isso aí é o seguinte, é no geral né, porque, tanto faz homem como mulher, porque nem todo mundo vem comprar pra si próprio, às vezes a pessoa vem aqui a mando de alguém comprar um produto, comprar uma pomada, comprar um perfume, etc., uma erva e assim sucessivamente.

E no que diz respeito à procedência dos clientes, foram unânimes as respostas que afirmaram ser constituída em sua maior parte por locais, isto é, pessoas da própria cidade de Belém ou do interior do estado. Quanto aos turistas, alguns informantes declararam que não compram tanto, dirigem-se ao Ver-o-Peso para conhecer o famoso ponto turístico e não deixam de passar no setor de ervas medicinais: apreciam, fotografam e se vão.

Estes dados confirmam o levantamento de Gomes (2015) que no seu recorte identificou a maior parte como residente na cidade de Belém ou região

metropolitana, tendo também representatividade dos que moram no interior do estado, assim como, em outros estados da federação. Na referida pesquisa, a autora não entrevistou nenhum estrangeiro levando-a a concluir que os turistas não apresentam grande representatividade na demanda de consumidores do setor. O que também se aplica ao Ver-o-Peso como um todo, conforme observou Lima (2008). Segundo se constatou em campo, uma das explicações utilizada por esses visitantes é que não podem levar consigo os produtos. Os relatos dos erveiros 6, 9, 15 e 17 sinalizam nesse sentido:

a gente vende mais assim pros daqui, os de fora, os gringos, que nem o pessoal chama, eles não levam nada, porque eles não levam nada, porque pra onde eles moram, eles não podem levar [...] então, eles não podem levar quando eles vão, então a gente vende mais pros daqui (Erveira 6).

De casa, tudo de casa, turista compra menos do que gente de casa. Turista quer bater foto, quer fazer gracinha [...] compram, compram, mas de 100%, 30% compra e 70% zoa (Erveiro 17).

Não turista não compra nada, turista só bate foto, se depender de turista a gente ia todo dia até sem o da passagem [...] (Erveira 9).

Mais local, turistas, eles não compram, eles querem admirar e tirar foto, mesmo porque eles falam que não podem levar nada, daqui não entra nada, então eles não compram, eles querem só tirar foto e conhecer, só isso, então quem compra é quem realmente conhece (Erveira 15).

Vê-se que esse comportamento é atribuído ao turista estrangeiro, o visitante, que chega de outros estados da federação, costuma adquirir os produtos. Inclusive, as novas tecnologias de comunicação, com ênfase para os aplicativos de mensagens instantâneas, têm ajudado no atendimento deste público. A Erveira 11 explica como funciona:

na verdade, o povo paraense que gosta muito dos nossos produtos, entendeu, mas a gente tem também, eu mando muito pra São Paulo, Brasília, todos os estado, mando pelo correio, pelo Sedex. Às vezes, eu tô em casa, tô ganhando dinheiro, celular tá todo tempo né. Olha, tô precisando de tal coisa, quanto é que custa, dou o valor, embalo tudinho e levo pro correio, mando pra qualquer estado.

A Erveira 6 dá um exemplo de cliente fixa de outro estado, que aproveita a ocasião de visita à cidade para levar em quantidade os banhos sem os quais “as coisas não andam”:

eu tenho uma amiga, ela é de Curitiba, vem uma vez por ano, vou só te mostrar, arrumei agorinha antes de você chegar, hoje ela já veio e mandou

eu fazer mais garrafas pra ela, dessas aqui ó, deixa eu te mostrar aqui [...] isso aqui minha filha vai tudo pra Curitiba, olha aqui, isso é banho de limpeza e chama dos negócios, olha isso aqui, só de garrafa dela, olha só que ela vai levar, isso aqui tá cheio tudo de dois litros, são 14 garrafas de banho de dois litros de limpeza e 12 garrafas de chama dos negócios, eu entrego a 75,00 uma garrafa dessa, a gente já se conhece há mais de 20 anos, [e ela sempre pede] todo ano, eles não vivem sem isso. Lá, se não tiver o banho as coisas não andam, é a fé né.

Aliás, a grande maioria das entrevistadas alegou possuir uma clientela fixa. Mas também vende para as pessoas que passam pelo setor e ao serem abordadas pelas feirantes, param e levam os produtos. Algumas afirmaram vender mais para os passantes, assim como tiveram aqueles que disseram ser igualmente distribuída a venda.

A Erveira 15 menciona que possui cliente de muitos anos: “[a maioria é cliente] fixo. Eu tenho freguês do tempo que ainda não tinha nem filho, continuo tendo e eu já tenho filhos, tenho netos e continua o mesmo cliente”. Nesse mesmo sentido, tem-se a Erveira 1 que exemplifica: “eu tenho uma, uma enfermeira, ela compra comigo há mais de 36 anos [...]”.

As Erveiras 11 e 13, respectivamente, falam com entusiasmo sobre os clientes que não compram se não for em suas barracas e que, mesmo se estiverem ocupadas, as esperam, como se vê: “tenho muitos clientes fixos mesmo da banca, que não compram, se chegar aqui e não tiver eu ou a minha irmã não compram, voltam e esperam, cliente fiel mesmo”; “tenho bastante cliente fixo mesmo, que vem direto pra comprar comigo, me espera, mesmo que eu esteja ocupada, cliente fiel que fala, tem o telefone pra reservar o produto”.

A Erveira 9 acrescenta que além de vender para os fregueses também aborda os passantes: “a gente tem os clientes certos da gente e tem o que a gente vai pegando”. Nesse ponto de vista, o Erveiro 5 comenta: “é tipo assim, tem as pessoas que são fixas e tem as que não conhecem, vem pra conhecer e a gente dá a informação dos produtos”.

Sobre a forma como essas abordagens ocorrem, a Erveira 8 explica: “tem bastante cliente fixo e tem também alguém que passa, aí a gente chama: **diga freguesa!**”. Aliás, esta forma de abordagem dos fregueses adotada pelas erveiras, caracterizada por Lima (2008, p. 181) como íntima e carinhosa, constitui uma “marca registrada” do setor. O atendimento personalizado destinado aos clientes acaba por

cativá-los, quando requer um maior tempo, os banquinhos são logo oferecidos, este item pode ser observado na Fotografia 8.

Fotografia 8 – Registro do atendimento aos fregueses do setor de ervas, com os banquinhos logo à vista.



Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda a respeito da abordagem aos passantes, o Erveiro 2 explica:

a gente tem os clientes fixos, outras pessoas vem passando, a gente consegue abordar, a pessoa para, se interessa, vê um produto interessante, aí chama a atenção, a pessoa olha em algum produto e aquele produto coincidiu com a necessidade daquela pessoa ou a pessoa vê um produto né e lembrou de um parente, lembrou de um amigo e aí já fica interessada em comprar.

O Erveiro 18 conta como conseguiu transformar uma pessoa que passava pela feira em cliente. Essa cliente satisfeita com o resultado o indicou para outra pessoa, que morando na Austrália não deixa de encomendar seus potinhos:

eu tenho cliente de praticamente todo mundo né, tem gente que vem de muito longe, tem cliente na Austrália, tem cliente em Nova Iorque que manda buscar. Por exemplo, um dia, faz alguns anos, ia passando uma senhora com uma senhora nova, puxando, daí eu chamei, fiz uma massagem na perna dela, ela levou um potinho, ela foi, voltou correndo levou 10 potinhos,

a mãe dela mora na Austrália, lá em Sydney, aí todo ano ela manda pegar 10 potinhos dessa pomada.

No que concerne ao retorno para comentar sobre os resultados alcançados com o uso dos produtos, há concordância nos relatos de que os clientes voltam, falam a respeito das suas experiências e indicam para terceiros, além de que muitas vezes criam laços de amizade, como garante a Erveira 8: “voltam sim, às vezes a pessoa cria até uma amizade. Às vezes se precisar manda uma mensagem no *WhatsApp*”.

Quando perguntadas se identificam ao longo do tempo alguma mudança no comportamento dos consumidores ou relacionada aos produtos, algumas disseram não notar enquanto outras pontuam quais seriam, dentre as quais se destacam a compra em casas de ervas e o fato de estarem mais exigentes.

A Erveira 8, por exemplo, menciona que as pessoas passaram a comprar em casa de ervas o que não acontecia com tanta frequência no passado: “já mudou muito né. Eu acho que assim, às vezes, eles já compram nas casas de ervas já mudou né, antigamente não existia compravam mais com a gente, agora não”.

Ao passo que, os que continuam comprando no Ver-o-Peso estão mais exigentes, sobretudo em relação aos produtos, ao atendimento, ao preço, em busca de qualidade, como afirmam os Erveiros 13 e 17:

eles estão mais exigentes, o que é justo, acho muito justo [exigente com relação] aos produtos, aos valores a tudo eu acho que é justo porque dinheiro não está fácil e pra você comprar qualquer coisa, eu sempre digo pro cliente, olha você pode até ter visto por ali mais barato, mas esse daqui você já conhece é qualidade (Erveira 13).

Eles sempre buscam melhor atendimento, preço, qualidade, nada melhor do que servi-los (Erveiro 17).

Nota-se que esse aumento da exigência por parte dos clientes é bem recebido pelas feirantes que, na maioria das vezes, também almejam melhorias, seja na infraestrutura como na disponibilização de serviços públicos nesse espaço para que possam oferecer a melhor qualidade no atendimento de quem vai ao Ver-o-Peso.

## 5.9 Ameaças

Conforme já se verificou, parte se não todo o conhecimento que permeia o setor de ervas do Ver-o-Peso encontra-se armazenado na memória das feirantes. Isso leva a crer que o conhecimento estruturado pelas informações que possuem e que se encontra na memória está sujeito a riscos. E sobre as fragilidades envolvidas no repositório mental dessas detentoras de conhecimentos tradicionais, pode-se citar o esquecimento derivado da própria degeneração orgânica dos indivíduos à medida que a idade avança. Além disso, se não houver a transferência desse conhecimento, como garantir a sua continuidade futuramente? Esse questionamento também inquietou Dantas e Ferreira (2013). Há preocupação no sentido de que quando as erveiras não ensinam a ninguém o que sabem, incorre-se no risco de que levem consigo, e somente consigo esse conhecimento. Essa questão é posta de forma muito clara nas palavras da Erveira 16:

já teve ocasião aqui no nosso bloco que só era a mãe, tinha um monte de filho, mas não trouxeram as filhas pra aprender, ai faleceu e teve que, os filhos venderam a barraca, porque não tinham conhecimento, ai fica ruim, tem que ter, isso aqui é anos e anos, vai de geração pra geração, e vai levando a vida, não pode parar, não pode morrer.

O sentimento de tristeza é levantado pela maior parte das entrevistadas se por algum motivo não tivessem alguém que herdasse seus conhecimentos e suas barracas. A Erveira 6 expressa bem como se sentiria caso não tivesse preparando sua sucessora:

muito triste, porque eu amo o Ver-o-Peso, amo o que eu faço, me identifico muito com o que eu trabalho e, hoje, eu digo pras minhas filhas se eu não tivesse alguém que ficasse aqui, eu ia ficar muito triste. Eu vejo amigas minhas que já se foram, que amavam aquilo que faziam, e os filhos simplesmente venderam as bancas, só pelo dinheiro, entendeu. Então, eu fico triste assim se caso não tivesse ninguém pra tomar conta da minha barraca, mas como eu já tenho eu sei que eu vou morrer sossegada, porque sei que vai ficar em boas mãos, porque ela se identifica igual a mim, ela ama aquilo que faz, então, posso ir ainda não meu Deus, mas eu vou ficar descansada.

A Erveira 3 também afirma com segurança que possui quem vá lhe substituir no trabalho com as ervas, trata-se dos filhos e já iniciou a preparação de uma neta: “vão ficar, quando Deus precisar de mim já tem meus filhos pra ficar, vai passando



de geração pra geração. Tenho filha, neta. Tenho uma neta que eu ensino tudo pra ela, sabe tudo, sabe tudo a menina, tem 17 anos, mas estuda né mana”.

Perguntou-se ainda a Erveira 6 se poderia citar como exemplo alguns nomes de feirantes falecidos, acenando positivamente, ela respondeu: “já foi vendido as bancas [...] era um senhor por nome de Careca, a finada Peruana, a finada Filó, são as veteranas né [...]”.

Assim como a Erveira 6, outras informantes também sinalizaram que não gostariam que seus equipamentos de trabalho fossem vendidos quando não puderem mais estar ali. Afirmaram que, nesta situação, preferem que alguém da família assuma seu posto. Esse é o entendimento da Erveira 13, que assegura:

eu preparo o meu filho M. pra que ele pudesse tomar conta dos meus equipamentos [...] E em relação de eu ficar aqui e eu não puder está trabalhando, eu também já conversei com as minhas sobrinhas, já conversei com a minha irmã, com o meu filho, que eu não quero que venda minhas barracas, eu quero que alguém da minha família, que queira trabalhar de fato, venha.

Isso porque, para as feirantes do setor de ervas medicinais do Ver-o-Peso o conhecimento que possuem representa tudo em suas vidas. A Erveira 8 afirma que esse famoso mercado é a sua casa e que seu equipamento de trabalho é seu marido e o Erveiro 17 ressalta que tem a ver com a história, com o legado, representa saúde, amor, vida e família é de onde provem seu sustento. Conforme se vê:

representa tudo, é a minha vida, daqui o Ver-o-Peso é a minha casa e a minha barraca é o meu marido, aqui é que me dá tudo (Erveira 8).

Isso aqui é história, é legado, é saúde, é amor, é vida, é família, daqui a gente tira o nosso (Erveiro 17).

Apesar de haver este entendimento para a maioria, existem aquelas feirantes que almejam que seus filhos sigam outras profissões, sobretudo amparados por uma formação acadêmica. O Erveiro 2 é um exemplo de quem gostaria que sua filha trilhasse outro caminho que não o seu, devido algumas situações que ocorrem no espaço e que o erveiro não quis comentar:

[...] mas tipo assim, eu não quero que no futuro, não desmerecendo, que a minha filha venha trabalhar aqui, quero que ela consiga terminar seus estudos e se empregue numa empresa e siga a vida dela de uma outra maneira. É porque, é tipo assim, é porque você trabalha, você ganha o seu

pão de cada dia, mas às vezes você passa por algumas situações que não é bacana, não é legal você nem comentar entendeu, é um ganha pão, você consegue ganhar o pão de cada dia. Aqui você ganha mais do que você trabalhando numa empresa, por exemplo, eu que só tenho o ensino médio, se eu for trabalhar numa empresa eu jamais ganharia o que eu ganho aqui, mas eu se tivesse pensado, dessa forma que eu penso hoje, eu teria investido de uma forma mais pesada nos meus estudos, com certeza, mas aqui é um meio de vida honesto, com certeza, mas o jovem, ele precisa se desenvolver, precisa aplicar nos estudos dele, precisa se aprofundar pra não vim trabalhar aqui.

A questão é bem mais complexa se levar-se em consideração que o Erveiro 2 representa os feirantes que buscam outros caminhos para seus filhos. Mas, existem casos em que os próprios filhos é que não desejam seguir a ocupação dos pais. A Erveira 1, por exemplo, encontra-se diante de uma situação difícil, pois os seus possíveis sucessores não querem seguir o ofício, inclusive já sugeriram a venda de sua barraca. Logo ela, que foi uma das poucas filhas que optou por ter a venda de ervas medicinais como fonte de renda, com as limitações impostas pelo avançar da idade, triste, vê-se diante da possibilidade de parar de vir para o Ver-o-Peso, conforme explica:

as minhas irmãs todas conhecem. Nós éramos 8, já morreu 2. [Trabalham com a venda de ervas?] Não. Só eu e a V., mais nova. [As outras conhecem] mas só ficam em casa, nunca vem na feira, nunca fazem garrafadas, nem perfume, nada dessas coisas, não gostam de vim para o Ver-o-Peso. Só quem vinha era eu e a V. que faleceu [...] a V. que era dona dessa barraca [...]. Gostaria [que alguém continuasse o ofício], mas ninguém quer segui mais, eles [os filhos] querem que eu venda minha banca, querem que eu fique em casa já. Eu me sinto meio triste porque eu não queria sair do Ver-o-Peso, mas ai aqui já está pesando né, um pouco, e mesmo morando longe eu to vendo a hora sair daqui. [...] As filhas da finada V., que era a dona, a primeira dona na feira, não querem ficar aqui [...].

Noutra perspectiva de ameaça, tem-se o problema dos desmandos públicos, pois a cada novo mandato municipal, fica-se a expectativa quanto aos planos para o local. Foram mencionados casos em que se propôs uma mudança de localização para o setor, planejando-se inclusive transformar o atual espaço em estacionamento. A Erveira 16 comenta sobre a questão:

já teve ocasião desses governantes querer acabar com nós daqui, veio gente pra tirar, ai nós se metemos tudo assim numa reunião, metemos ele numa prensa. Como pode, isso aqui é patrimônio histórico, num pode, é patrimônio cultural, nós não podemos abandonar e nem deixar que vocês, eles queriam jogar a gente lá pra Doca. Ai sai de perto do mercado que é duas fontes de renda, o mercado de carne e o mercado de peixe, pra ir pra longe, na época, fica difícil, né [...] é assim, então a gente não pode se

separar do Ver-o-Peso pra outro setor, outro lugar como eles queriam, ai a gente se reuniu ai, com os secretários, é cada prefeito que vem, eles querem fazer do jeito deles [...].

A esse respeito, Lima (2008, p. 79) comenta que por vezes o próprio Ver-o-Peso é alvo de propostas que buscam transformá-lo, substituindo a feira “por uma espécie de ‘calçadão à beira-mar’”, por exemplo.

Outro risco levantado corresponde à apropriação e o uso dos conhecimentos tradicionais associados que possuem as erveiras sobre as propriedades e aplicações dos produtos que comercializam sem respeito às orientações normativas de acesso que as protegem, o que pode resultar na exploração econômica sem o atendimento do quesito repartição de benefícios (DANTAS; FERREIRA, 2013).

Importa frisar que, no contexto em que “os conhecimentos das chamadas comunidades tradicionais e povos indígenas passaram a ser valorizados pelas instituições de pesquisa e empresas pela possibilidade de serem transformados em produtos que serão comercializados no mercado” (SOARES, 2010, p. 216), a procura pelas detentoras desses conhecimentos, as erveiras, dá-se não somente pelos belenenses e turistas, mas também por pesquisadores e representantes de empresas.

Uma dessas abordagens as erveiras do Ver-o-Peso resultou no “primeiro contrato firmado sobre repartição de benefícios acerca do acesso a conhecimentos tradicionais associados” (SOARES, 2010, p. 216). Este famoso caso<sup>9</sup> envolvendo a empresa Natura do Brasil e as erveiras foi reportado por Lima (2008) e também analisado por Soares (2010).

Cabe mencionar que, segundo Lima (2008), o incidente ocorrido com a Natura modificou a maneira pela qual as erveiras se relacionam com os pesquisadores e a imprensa. Receosos em falar sobre os conhecimentos que possuem e sem saber o que pode ser dito ou não, há neste ponto uma dificuldade encontrada por pesquisadores que buscam coletar dados no local. Esta dificuldade foi também relatada por Lopes, Lima e Almeida (2010), quando por lá estiveram realizando estudos *in loco* e fica bem representada na recusa dessas trabalhadoras em participar de levantamento feito por Costa e Cordovil (2017) quando buscavam identificar a presença de benzedeiras naquele setor do Ver-o-Peso.

---

<sup>9</sup> Trata-se de um episódio envolvendo apropriação de conhecimentos tradicionais em que as erveiras do Ver-o-Peso afirmam terem sido enganadas pela Natura.

Conforme esclarece Soares (2010), o aparente desfecho para o caso envolvendo a empresa de cosméticos gerou novos conflitos, sobretudo, decorrentes das diversas interpretações das disposições contratuais. Pois, observa-se que as erveiras evitam falar sobre o episódio, receosas afirmam que não podem comentar sobre o assunto, o que se deve principalmente à cláusula de sigilo estabelecida no contrato.

Em 2012, quando se esteve coletando dados no setor de ervas, notou-se maior cuidado ao se referir ao assunto. Inclusive, usaram como argumento a cláusula de sigilo mencionada acima. Atualmente, durante o trabalho de campo, quando informadas de que se iniciaria a gravação das entrevistas, algumas informantes preferiram não mencionar o nome da empresa envolvida, utilizando, por exemplo, a expressão “a empresa que eu não vou falar o nome”. Por outro lado, tem aquelas que falaram abertamente sobre o caso, indicando inclusive as suas consequências.

Nota-se com isso certa mudança de comportamento das erveiras, o que pode ser presumido como uma consequência da passagem do tempo. É bem verdade que esta abertura para o diálogo com as erveiras foi construída, possibilitando até falar do caso Natura, por exemplo, contudo, houve situações em que o trabalho de convencimento foi intenso.

Se por um lado, este caso serviu para efetivamente assegurar ou reafirmar as erveiras do Ver-o-Peso a condição de detentoras de conhecimentos tradicionais, por outro revela a fragilidade com a qual essas pessoas (comunidades e povos detentores de conhecimentos tradicionais, de forma geral) se encontram diante ao embate a grandes empresas.

Conforme se observou, a empresa em foco, apesar de relutar no início do conflito, optou por entrar em acordo com a outra parte, as erveiras, no que concerne à repartição dos benefícios, mas com a cláusula de sigilo. Acredita-se que motivada pelo fato de que uma maior exposição seria mais prejudicial a própria imagem da empresa, que hoje se apresenta como valorizadora dos produtos e conhecimentos advindos da natureza. Para Lima (2008), a empresa reverteu uma situação que geraria imagem negativa em algo positivo ou politicamente correto.

## 5.10 Representatividade

A fundação da Associação das Erveiras e dos Erveiros do Ver-o-Peso (Ver-as-Ervas), em julho de 2007, foi uma consequência do episódio envolvendo a Natura. Conforme explica Carvalho (2016, p. 218):

diante de muitas dificuldades e severas divergências, o Setor de Ervas era desafiado, pela situação, a encontrar novos caminhos para responder às demandas do mercado por novos bens – os conhecimentos. Para se movimentar na rede de trocas desses bens tão tradicionais quanto singulares, as formas de organização tradicionalmente constitutivas do Setor de Ervas não eram adequadas nem suficientes.

Então, a entidade foi criada para representar os interesses dessas trabalhadoras. Vê-se que foi uma das formas encontradas para que a empresa pudesse fazer a repartição de benefícios decorrentes do acesso aos conhecimentos tradicionais das erveiras, tendo em vista a impossibilidade do repasse individual. Segundo Lima (2008, p. 138):

organização de direito privado e sem fins lucrativos a Associação Ver-as-Ervas está constituída em torno da categoria profissional associada ao lugar de trabalho que é o Ver-o-Peso. Tem entre as suas finalidades a representação política e melhorias profissionais e sociais para o grupo, entre outras coisas voltadas à preservação da biodiversidade e à proteção dos conhecimentos tradicionais.

Questionada em sua legitimidade por segmentos sociais, “a entidade buscou também nos instrumentos públicos de patrimonialização de bens culturais imateriais o reforço conceitual e simbólico para valorização de seus conhecimentos”, do que derivou o Inventário de Referências Culturais do Ver-o-Peso (CARVALHO, 2016, p. 218). Contudo, as dificuldades não pararam por aí:

a Ver-as-Ervas carecia de coesão enquanto organização coletiva e sofria as dificuldades decorrentes de uma formação apressada e baseada mais em interesses individuais imediatos que em interesses coletivos amadurecidos. Tais dificuldades refletiriam tanto nas etapas de formulação quanto de execução e avaliação dos trabalhos de campo, conduzidos por uma equipe de pesquisadores em Antropologia e auxiliares de pesquisa selecionados entre feirantes (CARVALHO, 2016, p. 218).

Como se pode verificar adiante, os problemas relacionados a atuação da associação continuaram, levando inclusive algumas feirantes a decretarem o seu fim. Atualmente, há uma iniciativa no sentido de reerguê-la.

Sobre a sede da associação Ver-as-Ervas, um dos bens ganhos pelas erveiras resultante da repartição de benefícios, foi inaugurada no dia 9 janeiro de 2008 e hoje é alvo de nova polêmica. Consta que, trata-se de um prédio adquirido, reformado e adaptado pela empresa, por meio de um convênio técnico-cultural assinado em outubro de 2006 (ASSOCIAÇÃO..., 2008).

Segundo contam as erveiras, o prédio foi vendido e outro foi adquirido em seu lugar. Como não se tem muita informação a respeito, essa transação se soma a outras tidas como suspeitas pelas associadas. Quando perguntado de que forma a associação tem atuado na defesa dos seus interesses, o Erveiro 18 responde indignado:

não vem atuando, bando de ladrão, safado, e bem explicado, bando de ladrão safado. É assim, tipo assim, a associação era mantida pela Natura, então a Natura todo ano mandava uma certa quantia, dinheiro, 150, 300 mil reais que era pra fazer, já que não pode repassar pros feirantes, fazer um benefício. Só fica na diretoria, até a sede da associação que não poderia ser vendida já foi vendida, já fizeram uma transação danada ai, um bando de safado, ladrão, sem vergonha e é isso.

É de se notar que essa entidade já teve no cargo de presidente diversos feirantes do setor e conforme pontua a Erveira 1 todos acabam saindo com fama de ladrão. Inclusive ela refere que o filho, segundo a assumir o cargo, foi taxado dessa forma e trata de defendê-lo.

Hoje, acabou-se o prédio, teve a maior confusão. Disseram que meu filho roubou, meu filho não roubou a associação, ele provou que não roubou, passou três dias no Renato Chaves, fazendo o reconhecimento de assinatura, ai foi provado que ele não assinou, não era a assinatura dele. Mesmo da primeira presidente saiu como ladrona, ai meu filho foi o segundo saiu como ladrão, ai por último teve as outras que também saíram como ladronas e também teve agora o último também que já tá como ladrão do prédio, já venderam e compraram num lugar ali que até esqueço o nome, nem sei o que resultou mais. Um dia desses veio um papel pra assinar da associação um bocado de coisa e eu ainda assinei.

Costa e Cordovil (2017) supõe que a grande insatisfação manifestada pelas erveiras se deva ao fato de que o contrato assinado com a empresa de cosméticos

não esclarecia sobre como se daria a divisão dos benefícios entre elas e desta forma sentiram-se prejudicadas.

Há quem veja algum benefício trazido por ela, como é o caso da Erveira 6, ao citar a possibilidade de aprendizagem constante:

a nossa associação pra gente ela é tudo, não porque a gente não soubesse, é um meio da gente ganhar mais e mais conhecimento, quanto mais conhecimento no nosso ramo você ganhar é melhor, quer dizer é um caso que não acontece com o pessoal que vende folhas secas naquelas lojinhas lá, eles não tem conhecimento de nada. Então, pra nós a nossa associação representa um futuro melhor.

A Erveira 9, em sua leitura sobre os problemas enfrentados para se manter a associação, menciona a dificuldade em conseguir o apoio da maioria das feirantes, especialmente, no que diz respeito à questão financeira:

a Associação Ver-as-Ervas que saiba ela acabou porque as pessoas que são associadas não querem ajudar com nada, não dão dinheiro, quando pede algum tostão, não quer ajudar, então, não existe mais. A menina está tentando reconquistar de novo pra ver se vai pra frente de novo, mas é muito difícil lidar com o povo, num gosta de dar dois reais, um real, difícil. Porque se cada associado der dois reais pra ajudar acho que ia pra frente.

Contudo, para a maioria resta o descontentamento, sobretudo em função da suspeita de desvio de recursos, gerando inclusive desavenças entre as feirantes que a defendem e as que a criticam. Desse modo, durante a pesquisa foi comum ouvir falas que evidenciam a insatisfação quando as erveiras são levadas a avaliar a ação da Associação na defesa dos seus interesses, como se pode observar:

a nossa associação dos erveiros, no momento, eu acho que deve está desativada, porque a gente não tem ajuda nenhuma dela, entendeu, abandonaram (Erveira 7).

Meu amor, agora não está ajudando em nada, tá parada, ajudou muito, mas aí vinha um vinha outro e fazia num fazia acabaram gastando o dinheiro e não fizeram nada. Iam fazer laboratório, fazer não sei o que, só comeram foi o dinheiro que a Natura pagava pelos conhecimentos né e acabou que tá aí parada (Erveira 8).

Essa situação de descrédito por parte das feirantes leva a afirmarem que agora atuam por conta própria, cada uma por si, é o que fica evidente na fala da Erveira 15 ao ser perguntada sobre a associação: “agora eu me pergunto, ainda existe, eu acho que isso não existe mais, ainda existe, pra mim isso não existe mais.

Já existiu, mas acho que hoje não existe mais não, eu não vejo mais nem falar [...] Cada um por si e Deus por todos, eu acredito isso”.

Como se vê, a insatisfação com a atuação da Associação é grande entre as erveiras. Algumas chegam até a declarar o seu fim. Todavia, existe um movimento no sentido de reerguê-la, a Erveira 11 explica:

na verdade, deixa eu explicar o que aconteceu, é desde a primeira gestão, da segunda gestão, da terceira gestão, nós como associados, a gente não tivemos muito assim o que elogiar porque os cursos que eram repassados pra nós muitas das vezes não foram feitos e os que começaram geralmente ficou pelo meio como o de inglês, línguas né que isso é muito bom pra nós, então a gente está naquele novo impasse né de colocar a associação pra cima, de funcionar e buscar recursos pra nós, entendeu, buscar mais conhecimento e que venha mais cursos pra nós é isso que é o correto pra nós como erveiros e erveiras do Ver-o-Peso. Eu na verdade eu sou representante do setor de ervas medicinais, estou lutando pra gente reerguer de novo a associação que está desde o dia 03 de setembro de 2017 que não tem mais presidente, então quer dizer a associação está a deriva e não pode é uma coisa nossa, nos temos que lutar por isso, justamente por causa das más gestões que houve.

A erveira citada é apontada por algumas como a nova encarregada pela instituição e revela que a maior dificuldade encontrada é que as certidões são caras, têm-se os honorários advocatícios, e as feirantes não querem colaborar, os custos, segundo a feirante, estão sendo arcados por ela.

O que se vê de fato em todo este relato é um dos pontos críticos para os quais chama a atenção Carvalho (2016) no que concerne a implantação de políticas públicas voltadas ao patrimônio imaterial no âmbito brasileiro. A autora se refere a questão da organização e afirma que diferentemente ao que estão acostumados:

os grupos que recentemente se têm envolvido em projetos de patrimonialização e proteção de bens culturais de que são autores ou detentores também se têm envolvido em difíceis jogos de manutenção e fortalecimento de seus laços coletivos, continuamente ameaçados por processos de ruptura e cisma na mesma medida em que avançam no sentido da formalização de suas experiências associativas (CARVALHO, 2016, p. 224).

Os desafios que se impõe a uma associação que represente os interesses coletivos no setor de ervas do Ver-o-Peso vão além da adequação a uma nova forma de organização requerida pela legislação brasileira, a tensão se dá sobretudo no que envolve a questão financeira.



### 5.11 Demandas para o Poder Público

Quanto às condições de trabalho no setor de ervas medicinais do Ver-o-Peso, é algo que precisa ser melhorado. Fatores como a limpeza, a segurança e a própria situação das barracas impactam diretamente nas vendas e interferem na presença dos turistas e clientes que frequentam a feira.

Não se trata de uma particularidade deste setor. É de se constatar que a última reforma pela qual passou o Ver-o-Peso data do final da década de 1990 e início dos anos 2000 e com o passar do tempo o espaço já carece de um olhar mais atento do Poder Público. Leitão (2010) já relatou que a referida intervenção na feira finalizou em 2003 e que promoveu grandes mudanças, o projeto de revitalização foi tratado com mais detalhes por Campelo (2010). Segundo enfatizam os Erveiros 2 e 3, respectivamente: “precisa ser feita uma reforma, faz tempo que o Ver-o-Peso passou por uma reforma, faz bastante tempo, o último Prefeito que fez isso foi o Edimilson Rodrigues”; “olha aí, olha aí, tira por isso, isso aqui é do tempo do Edimilson Rodrigues, mana”.

Desta forma, quando perguntadas sobre as demandas para o Poder Público algumas respostas foram no sentido de que não é preciso falar, basta olhar a situação em volta e perceber as condições em que se encontra a feira. A Erveira 7 lamenta: “há poxa olha, não precisa nem falar, só olhar não é não. Mais segurança, higiene, as nossas barraquinhas estão danificadas, enfim é isso aí” e a Erveira 15 acrescenta “acho que tudo né, olha pra cima que tu vai ver o que tá faltando, muita coisa, segurança, melhorar isso aí, que é pra melhorar pra gente e melhorar pro cliente, eu acho que está faltando muita coisa a respeito disso, está deixando a desejar”.

A Erveira 6 está entre as trabalhaoras que acreditam que tudo deve ser melhorado. Afirmou que tem orgulho de ser feirante, mas que tem vergonha de receber os visitantes pelo abandono em que se encontra o Ver-o-Peso. Enumera uma série de problemas: bancas pequenas e danificadas, insegurança, prédios abandonados (a exemplo do Solar da Beira que aparece aos fundos da Fotografia 21), não possuem banheiro e nem água, além da incidência do sol sobre as feirantes e as mercadorias. Conforme se constata em sua resposta:

tudo. Nosso Ver-o-Peso está um zero, abandonado. Eu tenho orgulho de ser feirante, acho bonito as pessoas chegarem, eu me acho privilegiada e ao mesmo tempo eu fico com vergonha porque poderia ser uma coisa melhor. Tu já pensou o que os turistas vão dizer daqui, olha como está o nosso Ver-o-Peso, as bancas quebradas, é assalto constantemente, prédio patrimônio histórico aqui abandonado que é o Solar da Beira, a gente não tem um banheiro, as nossas ervas precisam ser molhadas, a gente tem que pagar um real pra ir buscar água pra molhar, entendeu. As nossas bancas a gente não tem espaço pra nada que é menos de um metro, eu graças a Deus eu tenho duas, mas quem tem uma barraca e ninguém faz nada pela gente. É no escuro, o sol dá, se eu já sou preta, no verão mesmo, aí que eu fico mais queimada do que eu já tô. A quentura estragando a nossa mercadoria, porque a mercadoria não pode pegar sol, entendeu e, os nossos governantes pra mim é um zero bem grande, deixaram a desejar.

Na Fotografia 9 podem ser observados alguns dos aspectos mencionados pelas erveiras e, conforme sugeriram algumas, basta olhar para ver a situação que se encontra a lona que cobre as barracas, já bastante desgastada pelo tempo não consegue proteger da chuva que é comum na capital paraense e nem da incidência solar que prejudica a conservação dos produtos. O lixo espalhado pelo setor também se faz notar e, aos fundos, uma vista do Solar da Beira com mato subindo pelas paredes o que revela a ausência de manutenção predial. Ressalta-se que a imagem foi fotografada em janeiro de 2019, atualmente, ao passar pelo Ver-o-Peso se observa tapumes em volta do Solar da Beira que, por sua vez, sugerem o início de obras no local.

Fotografia 9 – “Basta olhar para ver”, algumas das demandas do setor de ervas para o Poder Público.



Fonte: Dados da pesquisa.

A Erveira 16 também revela preocupação com os turistas. Pois, normalmente, são pessoas de diversas partes do mundo que vêm em busca de conhecer pessoalmente o famoso cartão postal da cidade e acabam se deparando com os problemas decorrentes da falta de cuidado do Poder Público com o espaço. Em sua opinião:

haa bateu na ferida, tudo [precisa ser melhorado], que tá tudo avacalhado. A minha maior tristeza não é tanto por nós, estamos no dia a dia aqui, as pessoas que vem de fora quando chegam aqui. Principalmente este Ver-o-Peso era pra ser uma coisa de primeiro mundo, bem organizado, porque vem gente de todo o mundo, muita gente de fora que quer conhecer o Ver-o-Peso pessoalmente [...]. Na realidade você gosta de ver o que é lixo, o que é sujo, rato de vez em quando mete a cara ali naquele bueiro, é lixo, é sujo, sem contar com pivete, sem contar com mendigos [...].

No relato da erveira também se evidencia a relação tensa e conflituosa que envolve “grupos de pessoas marginalizadas socialmente”, atraídos pela grande movimentação do Ver-o-Peso, pela fartura de alimento e pela facilidade de se obter algum dinheiro, e os feirantes, que os atribuem a responsabilidade por algumas atitudes que além de afastar os fregueses caracterizam o local como perigoso, conforme apontou Lima (2008, p. 63).

No que concerne à situação das barracas foram projetadas em pequenas proporções, com 90 centímetros cada uma e unidas umas as outras, de forma que o espaço se torna pequeno para a disposição dos produtos e para o trabalho. A Erveira 4 menciona o que acredita que precisa ser feito e explica:

em primeiro lugar, dá um espaço maior pra gente trabalhar, porque a gente só tem, não é nem um metro, é só 90 centímetros, a nossa qualidade de vida aqui dentro da feira se torna muito ruim, sabe. A gente tem vontade de colocar mais coisas, mas não pode. São duas pessoas pra trabalhar, um fica na frente, a outra fica lá atrás, uma situação muito desumana até, difícil, muito calor, a gente não tem água, quando montaram essa feira aqui nem energia colocaram, tem gente que não tem uma tomada para botar o celular [...].

Aos problemas citados anteriormente, a erveira acrescenta a situação da instalação elétrica no setor de ervas. Trata-se de um fator relevante, pois entre outras coisas, já se mencionou que as erveiras têm-se utilizado com frequência dos aparelhos celulares como uma forma de comunicação com os clientes e, assim, incrementar as vendas.

Para o Erveiro 17, fatores como infraestrutura, segurança e mobilidade devem ser levados em conta. Ele requer, ao menos, que o Poder Público ofereça uma estrutura básica de funcionamento e, assim, possa cobrar dos feirantes suas obrigações. E dos colegas cobra mais educação:

na verdade assim, é tudo um conjunto: primeiro infraestrutura, eles querem cobrar, mas não querem dá estrutura; dois segurança, o cliente se ele não se sentir seguro ele não vem, muitas pessoas eu escuto falar eu não volto aqui é nunca; três mobilidade, não tem onde o pessoal estacionar o carro e ai aquela coisa. Várias coisas, inclusive a educação dos próprios feirantes [...].

Em resumo, como bem afirmou o erveiro, trata-se de um conjunto de ações que devem ser tomadas pelo Poder Público, em conjunto com os trabalhadores, com a finalidade de propiciar condições mais adequadas a quem trabalha ou circula pelo Ver-o-Peso.

## **5.12 Fluxo da informação no contexto da atividade de erveira (o) do Ver-o-Peso**

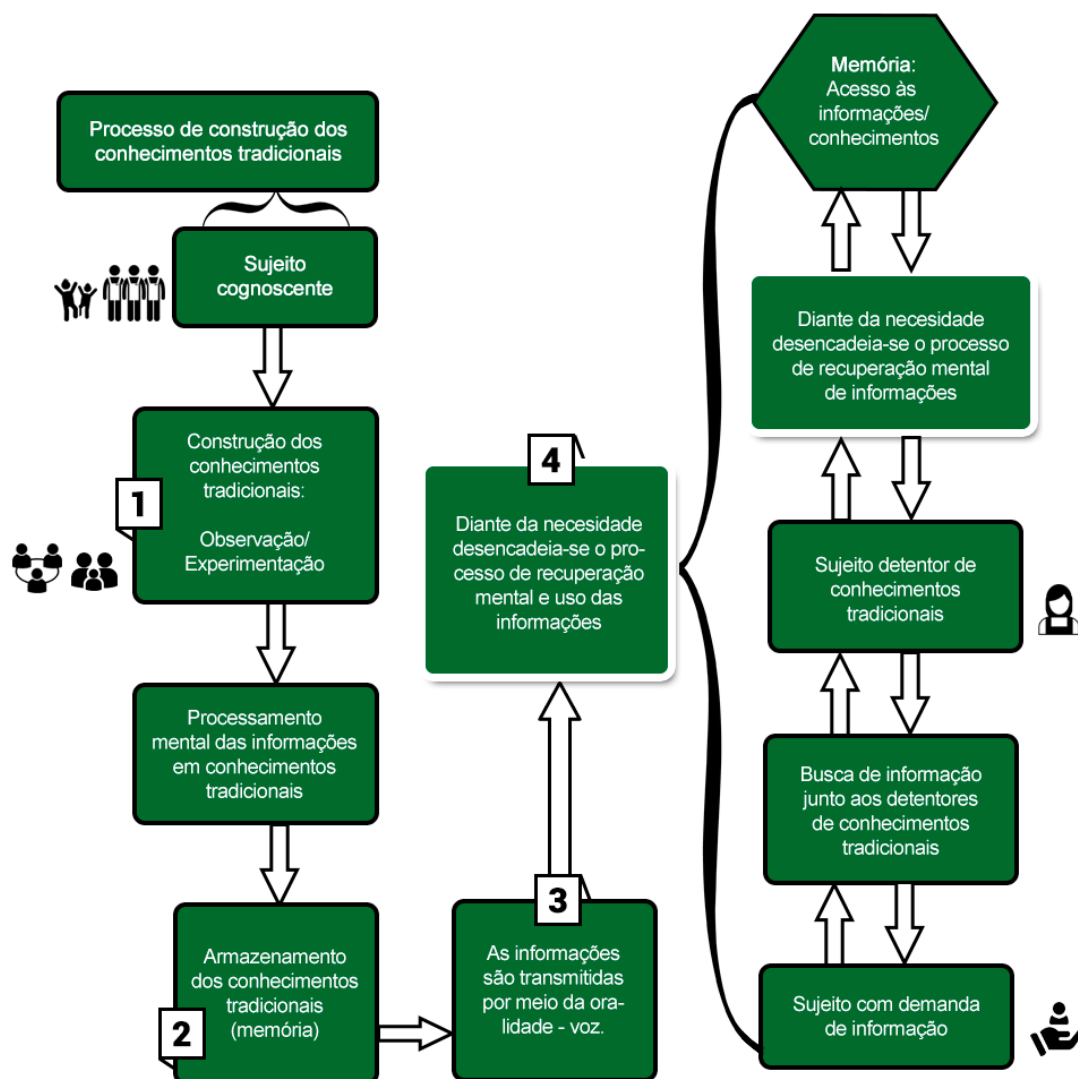
Um passo fundamental para a elaboração do percurso da informação utilizada pelas erveiras sobre conhecimentos tradicionais no contexto da atividade produtiva

que desempenham nessa feira livre de Belém consiste em situar o sentido de fluxo da informação aqui mobilizado. A esse respeito, recorre-se a Medeiros (1985, p. 139) que define fluxo da informação como: “caminho percorrido pela informação desde o momento em que é produzida até o momento de sua utilização”.

Conforme se pode constatar nesta pesquisa, o conhecimento das populações tradicionais resulta da observação e da experimentação. Quando acreditam que as coisas possuem determinada aplicação, a forma de manipulá-las e utilizá-las é armazenada na memória, sendo transmitida por meio da oralidade. Assim, cada vez que os sujeitos se vêem diante da necessidade de fazer uso desse conhecimento é desencadeado um processo mental de recuperação dessas informações.

Isso pode ser explicado, por exemplo, por meio da seguinte demanda de informação: para um ferimento na pele, que planta ou raiz pode ser utilizada para acelerar o processo de cicatrização? Manifestada a questão, então as detentoras desse conhecimento colocam seu repertório informacional a serviço do uso efetivo. Nesta direção, o fluxo da informação representado a seguir procura expor esse processo.

Fluxograma 1 - Processo de aquisição, armazenamento, recuperação, transferência e uso das informações que estruturam os conhecimentos tradicionais.



**Legenda:**



Ajudantes



Filhos



Erveira



Freguês



Pais



Pessoas que já trabalham no local

Fonte: Dados da pesquisa.

Em resumo, o fluxograma apresenta o percurso da informação desde a sua produção até a sua utilização. Nesse fluxograma é possível observar que por meio do que ouvem e observam, as pessoas assimilam as informações e as armazenam na memória, estas por sua vez são recuperadas diante de uma necessidade e transmitidas através da oralidade, a fim de que o resultado seja alcançado mediante o uso, reproduzindo este processo.

No caso das erveiras do Ver-o-Peso, parte senão todo o conhecimento que possuem permanece armazenado na memória e são recuperados sempre que um cliente manifesta uma questão, do tipo: como preparo o banho de cheiro? Tem arruda (*Ruta graveolens*) para preninir contra o mau olhado? Que planta é indicada para gastrite? Nesse instante, as erveiras fazem uma busca mental no estoque de conhecimentos que possuem e que foi sendo acumulado na vivência diária com suas antecessoras no Ver-o-Peso, fornecendo a resposta buscada pelo cliente. Desta forma, as erveiras podem ser pensadas:

como pessoas capazes de armazenar complexos estoques de informações e de conhecimentos em suas memórias, e, sob demanda, recuperá-los para fins de disseminação e uso quando às ervas, cascas e raízes que se aplicam a tratamentos específicos, tais como problemas na pele, nos sistemas urinário, respiratório, circulatório e outros; bem como as indicações que fazem para mau olhado, para incrementar os lucros nos negócios e mesmo para obter sucesso na vida sexual e/ou afetiva (DANTAS; FERREIRA, 2017, p. 5118).

No caso do setor de ervas do Ver-o-Peso, importante se faz o esclarecimento de que os conhecimentos do qual são detentoras não estão condicionados à aplicação medicinal ou mística de determinados produtos, o saber fazer também se relaciona ao modo de atender os fregueses, a formar de lidar com os fornecedores, a saber vender, entre outras coisas pertinentes ao ofício na feira.

Outro ponto a se destacar consiste nas trocas que se estabelecem entre as diferentes categorias envolvidas na comercialização das ervas. Das quais se destaca: o produtor - aquele que cultiva as ervas ou fornece os produtos; o atravessador - aquele que pega as ervas do produtor e vende para as feirantes, atuando como um distribuidor; a erveira – quem manipula os produtos e comercializa as ervas e que, por vezes é auxiliada por um ajudante; e o freguês – que é o cliente que compra os produtos ou as ervas. Isto leva a crer que entre eles além do fluxo de produtos também se dá uma intensa troca de informações. Portanto, pode-se afirmar

que no Ver-o-Peso se estabelecem relações que vão muito além da compra e venda de ervas medicinais, trata-se de um ponto de troca de informações para estes diferentes atores.

Nesse sentido, o conceito de redes sociais trabalhado por Tomaél e Marteleto (2006) pode ser aplicado, entendendo que se trata de rede social estabelecida na feira do Ver-o-Peso em que pessoas se conectam diariamente e compartilham informações. Isto é,

ao lado das pessoas do contexto familiar detentoras de igual saber, de outros (as) erveiros (as) e dos fregueses, as pessoas que interessam a este estudo formam redes humanas de informação e de conhecimento que se estendem pela vida cotidiana e, de algum modo, permitem que essas informações e conhecimentos sejam reproduzidos, ainda que parte desses intangíveis possa se perder por estar registrada somente na memória dessas pessoas (DANTAS; FERREIRA, 2017, p. 5119).

Em termos de práticas informacionais, conforme conceitua Araújo (2001), ao se relacionar ao saber e ao fazer das erveiras do Ver-o-Peso, tem-se que a prática de recepção se desenvolve em dois momentos: o acesso e a seleção da informação. O primeiro se dá por meio do que ouvem e observam as filhas e as ajudantes das erveiras, seja no ambiente doméstico, no momento em que as ervas são separadas e os produtos são preparados para venda, ou no cotidiano de trabalho na feira, com a efetiva comercialização. O segundo momento tem a ver com o estabelecimento de critérios para se decidir pelo uso ou não da informação acessada, pois, conforme se notou nem todos os que acessam as informações sobre o manuseio das ervas, de fato tornam-se conhecedores. Nos depoimentos colhidos se observou que tanto a identificação com a atividade quanto a necessidade de se obter uma renda são fatores que levam a transformação das informações acessadas em informações selecionadas, úteis.

O canal utilizado para a transferência das informações das detentoras de conhecimentos tradicionais para seus possíveis sucessores é a voz, logo, ela é o meio pelo qual ensinam as características de determinados produtos, para que eles servem e como prepará-los.

No que concerne à prática de geração de informação, isto é, a reapropriação, agregação de valor às informações acessadas e selecionadas, entende-se que se dá por meio da experimentação, propiciada pelas experiências de vida das pessoas. Seja ocasionada por um problema de saúde ou por uma demanda do cliente para a



qual ainda não se tinha a resposta pode derivar, por exemplo, um novo uso para determinada erva.

Se considerarmos a perspectiva de Buckland (1991) em que o exame de vários tipos de coisas pode propiciar aprendizado e que, neste caso, a informação é a base para a compreensão, tem-se que os conhecimentos e opiniões dos sucessores das erveiras são afetados por meio do veem, ouvem e experimentam, seja no ambiente doméstico ou na lida diária no Ver-o-Peso. Por outro lado, o autor aponta que ser informativo é algo circunstancial e desta forma o julgamento subjetivo é que determina a utilidade das coisas, o que pode explicar o fato de que numa mesma família existam pessoas que, por não se identificar com a atividade, não detém o conhecimento tradicional que permeia o ofício de erveira.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar sobre conhecimentos tradicionais deparou-se com inúmeros impasses que desafiam os profissionais das mais diversas áreas. A Ciência da Informação tanto quanto o Direito, a Antropologia, a Sociologia e outras disciplinas ocupam uma posição considerável na contribuição para o tema, uma vez que se ocupa do estudo da matéria prima que estrutura todo o tipo de conhecimento. E para além desse aspecto, ela também se dedica à investigação dos processos de transferência, armazenamento, disseminação e uso de informações, estejam estas registradas em algum suporte ou não. Portanto, entender as práticas informacionais imbricadas no dia a dia de pessoas que detêm conhecimentos tradicionais, assim como as erveiras do Ver-o-Peso, poderá subsidiar condições que favoreçam a continuidade desses saberes transmitidos através das gerações.

Uma vez identificada a complexidade que envolve os conhecimentos tradicionais, seus riscos e necessidade de proteção, considera-se que se trata de um tema que carece de discussões numa perspectiva interdisciplinar. Neste sentido, os diferentes interesses precisam ser levados em consideração, por meio da análise ampla, envolvendo os diferentes enfoques. Além disso, protegê-los implica garantir que as práticas informacionais se perpetuem, sem qualquer impedimento.

Pelo que se pode verificar, apesar da importância evidente dos conhecimentos tradicionais, no campo da Ciência da Informação ainda são poucos os profissionais que se aplicaram a pesquisar sobre o tema. Ademais, quando se estuda a respeito dos aspectos epistemológicos do conhecimento nessa área, predominam os trabalhos que privilegiam o conhecimento científico, ainda que algumas vezes mencionem outros tipos de conhecimento. Contudo, os conhecimentos tradicionais pouco são citados.

Com base no estudo realizado foi possível elaborar um fluxo que representasse a informação no contexto da atividade de erveira do Ver-o-Peso, passo inicial para formulações de proposições mais elaboradas.

Considera-se ainda que: a) as erveiras podem ser entendidas como fontes de informação de grande apelo popular quanto ao uso de determinados produtos (de origem animal ou vegetal) para curar os males do corpo e da alma, e nisso a bibliografia retrospectiva sobre o Ver-o-Peso ajudou a compreender; b) os conhecimentos que tais trabalhadoras detêm sobre os tipos e as aplicações dos

produtos que comercializam são estruturados a partir de informações adquiridas principalmente por meio da oralidade e da observação de suas antecessoras; c) as informações que estruturam esse saber permanecem armazenadas na mente das erveiras; d) os canais informais, principalmente as conversas e as interações sociais com outra erveiras ajudam a disseminar as informações que dão sustentação aos conhecimentos tradicionais; e) ainda que para alguns os conhecimentos tradicionais sejam considerados de menor valor em função da comparação com o conhecimento científico, como no modo como ele é construído, a indústria farmacêutica e de cosméticos sabe da importância econômica desses saberes para economizar em anos de pesquisa e adquirir lucro mais rapidamente; f) pelo valor que possuem, os conhecimentos tradicionais se tornaram objeto de proteção legal no âmbito federal, seja como patrimônio imaterial ou como conhecimentos associados aos recursos biogenéticos; g) no caso do setor de ervas medicinais, trata-se de um conhecimento estruturado por um legado de informações transmitidas no movimento das gerações numa das feiras populares mais famosa do Brasil: a do Ver-o-Peso; e h) é a partir das práticas informacionais (tangíveis) que os conhecimentos tradicionais (intangíveis) são expressos, isto é, os processos que envolvem a informação imbricados no dia a dia das erveiras do Ver-o-Peso possibilitam a continuidade desses conhecimentos.

Ao se chegar ao final desta pesquisa, importa dizer que a mesma não abarcou todas as possibilidades do tema explorado, e também não trouxe soluções para as questões críticas que envolvem os conhecimentos detidos por povos e populações tradicionais e nem era este seu objetivo. Por outro lado, contribuiu para o debate sobre o assunto e tentou indicar um caminho possível para os cientistas da informação investigarem sobre o tema em questão. Em outras palavras, buscou-se colaborar para a discussão sobre o assunto, trazendo à tona a necessidade de se ampliar os estudos com um olhar acadêmico direcionado aos conhecimentos tradicionais.

Para estudos futuros, sugere-se um aprofundamento no que diz respeito ao tema da longevidade destas práticas reproduzidas ao longo do tempo, por meio das gerações, como perspectiva a continuidade dos conhecimentos tradicionais detidos por populações tradicionais. No âmbito do setor de ervas medicinais do Ver-o-Peso, mostra-se produtivo o estudo das redes humanas de informação e de conhecimento que se estabelecem naquela feira.

## REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 2, n. 5, out. 2001. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000001246/d11daa9de3ea05fb4652e9cde6bef943/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Transferência de informação como processo social: uma proposta de paradigma. **Informação e Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 68-73, jan./dez. 1997. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/358>. Acesso em: 11 set. 2018.

ASSOCIAÇÃO 'Ver-as-Ervas' inaugura sede. **Portal ORM**, Belém, 8 jan. 2008. Disponível em: <http://noticias.orm.com.br/noticia.asp?id=313492#.XGrzoKJKjIU>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BARBOSA, Eduardo José Siqueira. Incubadora do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 26, n. 1, jan./abr. 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-196519970001000013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-196519970001000013&script=sci_arttext). Acesso em: 15 nov. 2017.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BELÉM. Decreto Municipal nº 39326, de 10 de outubro de 2001. Regulamenta o uso do complexo "Ver-o-Peso" e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém**, Belém, 22 out. 2004.

BORGES, Luiz C.; GONDIM, Lourdes. **O saber no mito**: conhecimento e inventividade indígenas. Rio de Janeiro: Teatral, 2003.

BRASIL. **Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015**. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm). Acesso em: 30 jul. 2018.

BUCKLAND, Michael K. *Information as thing*. **Journal of the American Society for Information Science**, 1991.

BURKE, Peter. Sociologias e histórias do conhecimento: introdução. *In*: BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot, 2003. p. 11-24.

CAMPELO, Marilu Marcia. Conflito e espacialidades de um mercado paraense. *In*: LEITÃO, Wilma Marques (org.). **Ver-o-Peso**: estudos antropológicos no mercado de Belém. Belém: NAEA, 2010. p. 41-68.

CAPURRO, Rafael; HYORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>. Acesso em: 3 jan. 2018.

CARVALHO, Luciana Gonçalves de. Das bancas às bancadas: ensaio sobre conhecimentos tradicionais num mercado popular. *In*: LEITÃO, Wilma Marques (org.). **Ver-o-Peso**: estudos antropológicos no mercado de Belém. Belém: Paka-Tatu, 2016. v. 2. p. 211-227.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

CONVENÇÃO sobre Diversidade Biológica. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: [http://www.rbma.org.br/anuario/pdf/legislacao\\_01.pdf](http://www.rbma.org.br/anuario/pdf/legislacao_01.pdf). Acesso em: 7 jul. 2018.

COSTA, Iracema Silva da; CORDOVIL, Daniela. Presença de mulheres benzedeiras nos bairros de Belém a partir de sua circulação nas feiras. *In*: RODRIGUES, Carmem Izabel; SILVA, Luiz de Jesus Dias; RAVENA-CANETE, Voyner (org.). **Mercados populares em Belém**: produção de sociabilidades e identidades em espaço urbano. Belém: NAEA, 2017. v. 2. p. 37-67.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-163, maio/ago. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n36/v13n36a08.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, São Paulo, n. 75, p. 76-84, set./nov. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13623/15441>. Acesso em: 31 mar. 2018.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia R. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DANTAS, Cleide Furtado Nascimento *et al.* A produção científica da UFPA sobre conhecimentos tradicionais: análise das teses e dissertações disponíveis no Banco de Teses da Capes. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 9, n. 2, p. 48-70, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/143377/148269>. Acesso em: 3 dez. 2018.

DANTAS, Cleide Furtado Nascimento; FERREIRA, Rubens da Silva. Os conhecimentos tradicionais dos (as) erveiros (as) da Feira do Ver-O-Peso (Belém, Pará, Brasil): um olhar sob a ótica da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 105-125, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v18n2/08.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

DANTAS, Cleide Furtado Nascimento; FERREIRA, Rubens da Silva. “Pode chegar, freguês!”: reprodução e circulação de informação e conhecimento entre os (as) erveiros (as) da feira do Ver-o-Peso (Belém, PA). *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA: políticas e conflitos contemporâneos, 2., Belém. **Anais [...]**. Belém: UFPA, 2017. p. 5115-5125. Disponível em: <https://sialat2017.com/wp-content/uploads/2017/11/GT-12-COMPLETO-internet-2.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. (Coleção Estudos, 85).

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Revisão histórico-crítica dos estudos sobre interdisciplinaridade. *In*: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papyrus, 2012. p. 13-35.

FIGUEIREDO, Napoleão. **Rezadores, pajés e puçangas**. Belém: Boitempo, 1979. (Série pesquisa, 8).

FRANCA, Aline da Silva. **Do cocar ao catálogo: a representação bibliográfica da autoria indígena no Brasil**. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/aline-franca>. Acesso em: 12 abr. 2017.

FRANCA, Aline da Silva; SILVEIRA, Naira Christofolletti. A representação do etnoconhecimento sob a ótica da epistemografia interativa. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3092/1027>. Acesso em: 12 abr. 2017.

GARCIA, João Vitor; NAVEGANTES-ALVES, Livia de Freitas. Todas as Amazônias se encontram no Ver-o-Peso: as “erveiras” e sua contribuição para a manutenção do conhecimento tradicional. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, jul. 2018. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/1967/10>. Acesso em: 9 abr. 2019.

GOMES, Camila Alice da Silva. **Socioeconomia do Complexo Ver-o-Peso: uma análise dos setores de ervas e artesanato na perspectiva do turismo**. 59 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Centro de Ciências Naturais e Tecnologia, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O espírito e a matéria: o patrimônio enquanto categoria de pensamento. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007. p. 107-116.

HAMZE, Amélia. O princípio da interdisciplinaridade da transversalidade. **Brasil Escola**, [21--]. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/o-principio-da-interdisciplinaridade-transversalidade.htm>. Acesso em: 6 mar. 2019.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: IMAGO, 1976.

LEITÃO, Wilma Marques. Mercado do Ver-o-Peso: práticas sociais no mundo do trabalho. In: LEITÃO, Wilma Marques (org.). **Ver-o-Peso**: estudos antropológicos no mercado de Belém. Belém: NAEA, 2010. p. 21-40.

LEITÃO, Wilma Marques; RODRIGUES, Carmem Izabel. O mercado do Ver-o-peso - Belém. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador. [Anais...] Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308321230\\_ARQUIVO\\_LusoafroOMercadodover-o-Peso-Belem1.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308321230_ARQUIVO_LusoafroOMercadodover-o-Peso-Belem1.pdf). Acesso em: 12 jan. 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2006. p. 15-49.

LIMA, Maria Dorotéa de. **Ver-o-Peso, patrimônio[s] e práticas sociais**: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível em: <http://www.ppgcs.ufpa.br/arquivos/dissertacoes/dissertacaoTurma2006-MariaLima.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

LOPES, Tereza Cristina; LIMA, Wilcléa da Costa; ALMEIDA, Jedna Kato Dantas de. Erveiros (as) do Ver-o-Peso, em Belém do Pará: um estudo etnográfico. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, maio 2010. Disponível em: [http://www.africaeaficanidades.com/documentos/Erveiros\\_do\\_Ver\\_o\\_Peso.pdf](http://www.africaeaficanidades.com/documentos/Erveiros_do_Ver_o_Peso.pdf). Acesso em: 1 jul. 2018.

LÓPEZ GARCÉS, Claudia Leonor. Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais: tendências e perspectivas. In: BARROS, Benedita da Silva *et al.* (org.). **Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais**. Belém: MPEG, CESUPA, 2007. p. 71-83.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2019.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613>. Acesso em: 27 jan. 2018.

MARTELETO, Regina Maria. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. **Informação e Informação**, Londrina, v. 12, número especial, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1785>. Acesso em: 27 jan. 2018.

MARTELETO, Regina Maria. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. **Pesq. bras. ci. inf**, Brasília, DF, v. 3, n. 1, p. 27-46, jan./dez. 2010. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/13080>. Acesso em: 9 abr. 2019.

McGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. **Levantamento e análise da terminologia brasileira em ciência da informação**. 1985. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1985.

MENEZES, Bruno de. **São Benedito da Praia**: (folclore do Ver-o-Peso). Belém: H. Barra, 1959.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Temas transversais. *In*: DICIONÁRIO Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/transversalidade/>. Acesso em: 6 mar. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 61-77.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. (Coleção Temas sociais).



MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8., Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--341.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MORAES, Eneida de. **Aruanda. Banho de Cheiro**. Belém: SECULT: FCPTN, 1989. (Série Lendo o Pará, v. 2).

MOREIRA, Eliane. Conhecimento tradicional e a proteção. **T&C Amazônia**, v. 5, n.11, jun. 2007. Disponível em: [https://portal.fucapi.br/tec/imagens/revistas/005\\_rev011\\_conhecimento\\_tradicional\\_e\\_a\\_protecao.pdf](https://portal.fucapi.br/tec/imagens/revistas/005_rev011_conhecimento_tradicional_e_a_protecao.pdf). Acesso em: 19 jul. 2018.

MOTT, Luiz. Feiras e mercados: pistas para pesquisa de campo. *In: FERRETTI, Sergio (org.). Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados*. São Luís: Ed. UFMA/PROIN-CS, 2000.

MPEG. **Belém sediará Congresso Internacional de Etnobiologia**. Belém, 17 jan. 2018. Disponível em: <http://www.museu-goeldi.br/portal/content/bel-m-sediar-congresso-internacional-de-etnobiologia>. Acesso em: 4 abr. 2018.

OLIVEIRA, Valéria Rodrigues de. **Desmistificando a pesquisa científica**. Belém: EDUFPA, 2008.

PANTOJA, Ana Lídia Nauar. Cenas do mundo do trabalho: fragmentos de experiências e trajetórias de mulheres negras em Belém do Pará (1890-1910). **Gênero**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 31-52, 2004. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/02112009-125221pantoja.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2019.

PAULINO, Maria Angela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 1, p.135-148, jul./dez. 1999. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2018.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém do Pará: (estudo de geografia urbana)**. Belém: Ed. da UFPA, 1968. v. 2. (Coleção amazônica. Série José Veríssimo).

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINARIDADE, HUMANISMO, UNIVERSIDADE*, 2003, Porto. **[Anais]**. Porto: Universidade do Porto, 2003. p. 1-18.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em revista**, v. 1, n. 1, p. 4-16, mar. 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082/2778>. Acesso em: 6 abr. 2018.

ROBREDO, Jaime. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2003.

SANTILLI, Juliana. Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos. *In*: BARROS, Benedita da Silva *et al.* (org.). **Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais**. Belém: MPEG, CESUPA, 2007. p. 119-138.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos, v. 4).

SANTOS, Suellen Nascimento dos; LEITÃO, Wilma Marques. Transmissão de patrimônio: barracas e saberes na feira do Ver-o-Peso. *In*: RODRIGUES, Carmem Izabel; SILVA, Luiz de Jesus Dias; MARTINS, Rosiane Ferreira (org.). **Mercados populares em Belém**: produção de sociabilidades e identidades em espaço urbano. Belém: NAEA, 2014. v. 1. p. 105-122.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O antropólogo e sua magia**: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. São Paulo: Edusp, 2015.

SOARES, Gysele Amanajás. “Cante lá que eu canto cá”: propriedade intelectual e proteção dos conhecimentos tradicionais. *In*: LEITÃO, Wilma Marques (org.). **Ver-o-Peso**: estudos antropológicos no mercado de Belém. Belém: NAEA, 2010. p. 205-222.

SOUZA, Leila Bárbara Menezes; CARVALHO, Kátia de. Disseminação da informação sobre plantas medicinais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. [Anais] Salvador: [UFBA], 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT3--168.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2018.

TRANSVERSAL. *In*: DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2018. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/transversal>. Acesso em: 9 abr. 2019.

TOMAÉL, Maria Inês; MARTELETO, Regina Maria. Redes sociais: posições dos atores no fluxo da informação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp1p75/387>. Acesso em: 9 abr. 2019.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**: Paris, 17 de outubro de 2003. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interesting to information science. **Information Scientist**, v. 9, n. 4, p. 127-140, dec. 1975.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 39-55, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a04.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ZERDA SARMIENTO, Álvaro. ***Derechos de propiedad intelectual sobre conocimiento vernáculo***. 224 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Nacional de Colômbia, Bogotá, 2002.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

- Como você se chama?
- Qual a sua idade?
- Qual seu nível de escolaridade?
- Qual a sua religião?
- Tem filhos?
- Você nasceu em que cidade?
- Desde quando trabalha no setor de ervas do Ver-o-Peso?
- Trabalha sozinho (a)?
- Quais os produtos que você comercializa?
- Como começou a trabalhar com as ervas?
- Com quem você aprendeu sobre os produtos que comercializa? De que maneira?
- De onde são seus pais? Seus familiares também são originários do mesmo lugar?
- Eles também possuem esse conhecimento? Com quem aprenderam?
- Você tem parentes com o mesmo ofício? Onde eles exercem suas atividades?
- Como vocês guardam as informações sobre as plantas, cascas e raízes que comercializam? Escrevem, gravam, etc.
- Você troca informações com outras erveiras? Com quais?
- São feitas novas descobertas sobre as ervas no decorrer do tempo? De que forma isso ocorre?
- Dentre as informações sobre as ervas, existem aquelas que você considera sigilosa? Por quê?
- Você transmite os seus conhecimentos para alguém? Quem? De que forma?
- Gostaria que seus filhos, um familiar ou um ajudante continuassem com o seu ofício?
- O que você acha que acontecerá se seus filhos não se interessarem em aprender os seus conhecimentos?
- O que esse conhecimento sobre as ervas representa em sua vida?

- De que locais vem os produtos que você vende? Você os adquire diretamente do produtor?
- Você também cultiva as ervas em casa?
- As vendas são boas?
- Somente esta renda garante o sustento da sua família?
- Quais são os produtos mais procurados?
- Em que época ou período do ano é melhor para vender as ervas?
- E nos demais períodos? As vendas são satisfatórias?
- Qual o público que compõe a sua freguesia? Há uma predominância entre locais ou turistas?
- São clientes fixos ou passantes do Ver-o-Peso?
- Os seus fregueses comentam sobre os resultados obtidos com o uso dos produtos?
- Você sente alguma mudança nos consumidores e nos produtos procurados?
- Você sente que esse conhecimento é valorizado pelos seus fregueses, pelo poder público, pela universidade, por instituições de pesquisa, por empresas nacionais e internacionais ou pela mídia?
- O que você acha que o poder público municipal e estadual poderia fazer para melhorar as condições no setor de ervas do Ver-o-Peso?
- De que forma a Associação Ver-as-Ervas tem ajudado as erveiras na defesa dos seus interesses?

## APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E ENTREVISTAS

Aceito participar da pesquisa sobre as práticas informacionais relacionadas aos conhecimentos tradicionais das erveiras da Feira do Ver-o-Peso em Belém do Pará, de autoria da mestranda Cleide Furtado Nascimento Dantas, orientada pela Profa. Dra. Alegria Celia Benchimol, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (PPGCI/ICSA/UFPA).

Declaro que fui informada que a pesquisa objetiva analisar, em uma perspectiva interdisciplinar, os processos que envolvem a informação no saber e no fazer das erveiras que trabalham no Ver-o-Peso. E, ainda, que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo minha participação, temporária ou definitivamente.

Concordo em dar o depoimento solicitado, ( ) permitindo / ( ) não permitindo a gravação das entrevistas, e dou meu consentimento, de livre e espontânea vontade e sem reservas, para que a mesma seja realizada. Autorizo também a realização das fotografias que se façam necessárias e a divulgação dos dados completos e/ou parciais em eventos acadêmicos, bem como a sua publicação em veículos de difusão acadêmica e científica, em âmbito nacional e/ou internacional, em suporte digital e/ou impresso.

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Assinatura do entrevistado

---

Mestranda PPGCI/ICSA/UFPA